

Brasília, 2006

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

BRASÍLIA
NARRATIVAS URBANAS

Autor: Maria Cecília Campos Castello Branco

DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO DEPARTAMENTO DE
SOCIOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA/UNB
COMO PARTE DOS REQUISITOS PARA A OBTENÇÃO DO
TÍTULO DE MESTRE.

Brasília, fevereiro de 2006
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**BRASÍLIA
NARRATIVAS URBANAS**

Autor: Maria Cecília Campos Castello Branco

Orientador: Prof. Dra. Maria Salete Kern Machado

BANCA: PROF. DR. FREDERICO DE HOLANDA (FAU/UNB)
PROF. DR. BRASILMAR NUNES (SOL UNB)
PROF. DRA. MARIA SALETE KERN MACHADO (SOL
/UNB)
PROF. DRA. MARISA VELOSO MOTTA SANTOS (SOL/UNB)

AGRADECIMENTOS

Prof. Salete:

solidariedade e apoio constante.

Prof. Brasilmar:

generosidade da acolhida.

Professores do Programa:

Maria Angélica, João Gabriel, Marisa, Caetano, Fernanda, Stella e Astrid,
apoio solidário no passeio solitário por Brasília.

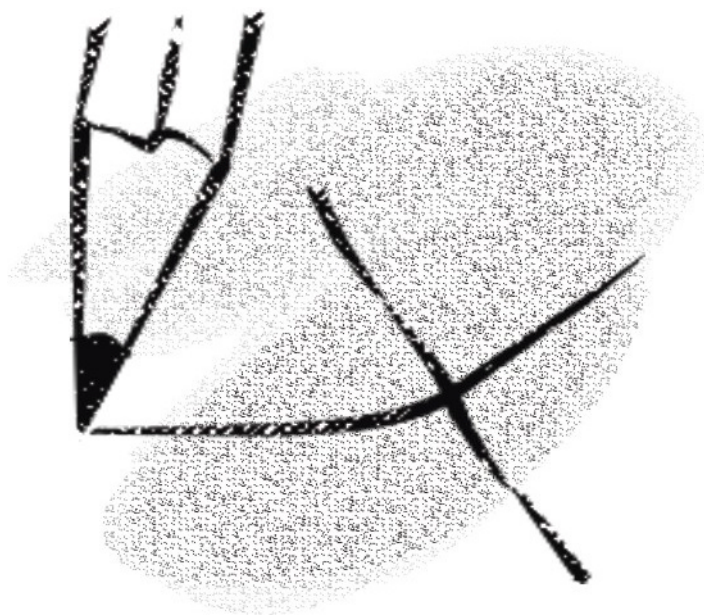
Prof. Frederico de Holanda:

carinho e atenção com Brasília.

Meninos da Socius:

compromisso e seriedade.

Os participantes da pesquisa: *por me darem as vozes da Cidade.*



DEDICATÓRIA

Minha cidade é habitada por muitos amores.

Nascimento e vida: *José e Vilma, onde tudo começa e termina.*

Modernidade, projeto e destino: *Nick, pelo e-terno encontro.*

Mito de origem: *Omar e as angústias originais no cerrado errado.*

Espaço e sociabilidade: *Marco, o amigo dos amigos da nova tribo.*

Memória e Imagem: *Patty, minha filha e meu colo candango.*

Espaço Público e Vida Cotidiana: *Zezinho e Cia, sem vocês, eu não poderia.*

Percursos na cidade: *Fê e Bia, por me darem a sombra sob o sol de Brasília.*

Vozes de outra cidade: *Sônia, pela presença atenta e solidária;
e os 3C – Carmen, Cláudia e Charles - pela ausência sempre amorosa.*

Interações Possíveis: *Aninha, Bebeth e Calu,
as três mosqueteiras que me habitam.*

Resumo

O objetivo deste trabalho é verificar em que medida o espaço urbano moderno influencia práticas sociais que diferenciam e singularizam a vida cotidiana na cidade, construindo um discurso próprio dos moradores de Brasília. Refiro-me a mapear as representações, comportamentos e práticas de todos que se utilizam desse espaço, identificando formas de sociabilidade tanto nos que habitam o Plano, quanto naqueles que apenas ali trabalham, mas habitam sua periferia. A questão recai sobre a peculiaridade do espaço urbano modernista e sua proposta política e estética, que fundou Brasília como uma cidade monumento, obra de arte em si, reconhecida como patrimônio da humanidade. Importa descobrir como os moradores de Brasília atualizam no presente os significados de sua trajetória histórica, construindo novos sentidos a partir da interação dinâmica da vida cotidiana com o espaço urbano. O discurso fundador realizou-se como linguagem universal da arquitetura moderna - Brasília não se parece com o Brasil colorido, multifacetado e caótico das outras cidades brasileiras. No entanto, ela talvez seja o lugar-símbolo mais representativo do País, seja pela multiplicidade de origens de seus habitantes, seja por ser sua capital. A sociabilidade, gerada na pouca interação com o espaço urbano, reforça o individualismo inerente às grandes cidades, enfatizando o âmbito individual em detrimento do coletivo. A vida sem surpresas na Cidade, sem multidões ou contatos cotidianos propiciados por trajetos a pé, privilegia o espaço da individualidade, projetando o indivíduo para seu mundo interior, da solidão e da reserva. A proximidade do poder do Estado finda por gerar um distanciamento do exercício político do cidadão. O espaço urbano reitera a segmentação do espaço social, fragmentando as relações sociais e, conseqüentemente, a memória coletiva, necessária à construção de uma narrativa que consolide a relação de Brasília e seus habitantes.

Abstratc

The work's aims to verify how the social practices, which make the city's daily life different and unique, are influenced by the modern urban space and how those spaces help to build up a particular speech among Brasilia's inhabitants. By pointing out the representations, behaviors and practices of all the people who use that space, the project identifies sociability form not only by those who live in the Plano Piloto but also from the people who work in the city and live in satelite cities. The main issue is how the peculiarity regarding the political and esthetic purpose of Modern Architecture has influenced Brasilia's urban space. A monument city, a piece of art in itself, Brasilia is recognized as a World Heritage. It's very important to understand how Brasilia's inhabitants are influenced, at the present, by their life path and how they find out new senses from the dynamic interaction that involves urban space and the city's daily life. The Brasília's fundamental speech was raised by the Modern Architecture's universal language, making a special city with no color, no multiple forms neither the chaotic look of other brazilian cities. Nevertheless, being Brazil's capital and by having inhabitants of many origins, Brasília can be considered the most simbolic and representative place of the country. The sociability raised from the low interaction with the urban space reinforces the expected individualism in big cities's, placing emphasis on the individual in spite of the collective. There is no surprise, no crowd or meetings in Brasília's daily life, what projects solitude and reserve into the inner world. The State nearness results in political practices distant from the citizen issues. The urban space reinforces the social spatial segmentation and shatters the social relationships, resulting in a fragmented collective memory, necessary to construct a solid interaction between Brasília and its inhabitants.

Hablo de la ciudad

novedad de hoy y ruina de pasado mañana, enterrada
y resucitada cada día,

convivida en calles, plazas, autobuses, taxis, cines,
teatros, bares, hoteles, palomares,
catacumbas,

la ciudad enorme que cabe en un cuarto de tres
metros cuadrados inacabable como una galaxia,

la ciudad que nos sueña a todos y que todos
hacemos y deshacemos y rehacemos mientras soñamos,

la ciudad que todos soñamos y que cambia sin cesara
mientras la soñamos,

la ciudad que despierta cada cien años y se mira en el
espejo de una palabra y no se reconoce y otra vez se echa
a dormir,

la ciudad que brota de los párpados de la mujer que
duerme a mi lado y se convierte,
con sus monumentos y sus estatuas, sus historias
y sus leyendas,

en un manantial hecho de muchos ojos y cada
ojo refleja el mismo paisaje detenido,

antes de las escuelas y las prisiones, los alfabetos
y los números, el altar y la ley:

el río que es cuatro ríos, el huerto, el árbol, la
Varona y el Varón vestidos de viento

-volver, volver, ser otra vez arcilla, bañarse en
esa luz, dormir bajo esas luminarias,

flotas sobre las aguas del tiempo como la hoja
llameante del arce que arrastra la corriente,

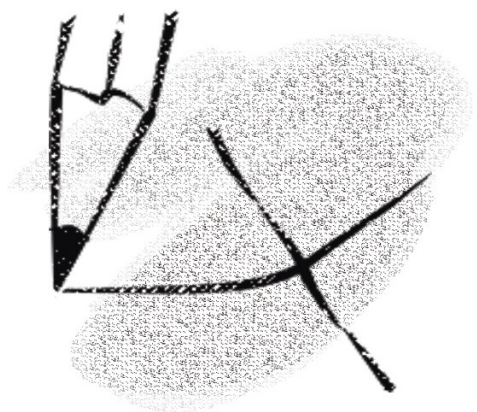
volver, ¿estamos dormidos o despiertos?, estamos,
nada más estamos, amanece, es temprano,

estamos en la ciudad, no podemos salir de ella
sin caer en otra, idéntica aunque sea distinta,

hablo de la ciudad inmensa, realidad diaria
hecha de dos palabras: los otros,

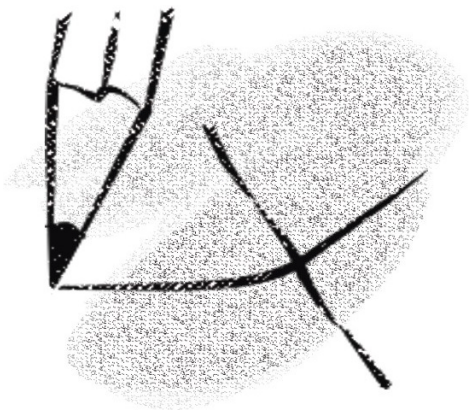
y en cada uno de ellos hay un yo cercenado de
un nosotros, un yo a la deriva.

Octavio Paz



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. NARRATIVAS SÓCIO-HISTÓRICAS	19
I – Nascimento e vida da cidade	21
II – Modernidade: projeto e destino	32
III – Mito de Origem	41
2. NARRATIVAS URBANAS	52
I – Espaço e Sociabilidade	56
II – Memória e Imagem da cidade	65
III – Espaço Público e Vida Cotidiana	75
3. NARRATIVAS HUMANAS	84
I – Percursos na Cidade	86
II – As Vozes da Cidade	95
III – Interações Possíveis	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	131
ANEXO - 1 CD Rom na contracapa:	
Pasta Recém-chegados:	
o Roteiro	
o PP – gravação /imagens/transcrições	
o CS - gravação /imagens/transcrições	
Pasta Nascidos:	
o Roteiro	
o PP – gravação /imagens/transcrições	
o CS - gravação /imagens/transcrições	
Pasta Pioneiros:	
o Roteiro	
o PP – gravação/imagens/transcrições	



INTRODUÇÃO

Você sabe melhor do que ninguém, sábio Kublai, que jamais se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve. Contudo, existe uma ligação entre eles.

Ítalo Calvino. As Cidades e os Símbolos. p.59

A cidade¹ é atravessada por uma multidão. Desde tempos imemoriais, os homens se aglomeram em pequenos povoados e constroem seus laços e afetos com o lugar. Esse fato, aparentemente tão simples, adquire, nos dias de hoje, enorme complexidade. Da pólis grega às megalópoles contemporâneas, muita coisa aconteceu. As cidades cobriram o mundo e o que sobrou entre elas, adquiriu uma condição de não-cidade, de natureza afirmada na negação do espaço construído.

Ao começar a percorrê-la, percebi logo a multiplicidade de olhares que ela permite. Visitada por geógrafos, antropólogos, sociólogos, arquitetos, historiadores, filósofos, poetas e quem mais se deixe encantar por sua sedução – a cidade já foi revirada do avesso. Qual Ulisses e a sua Ítaca: a cada um, a sua cidade. Por isso, não me furtei em me fazer acompanhar por todos que tivessem alguma contribuição a dar na construção da minha.

Dada sua singularidade, como, então, defini-la? A realidade objetiva do mapa ou do plano urbanístico congela uma imagem parcial e pouco desvela da trama complexa de relações humanas que o espaço real engendra. Somos tentados a descrevê-la em suas formas mais visíveis, sua arquitetura e os espaços que ela produz. Se, como quer Rossi, entendermos arquitetura como “uma criação inseparável da vida civil e da sociedade em

¹ Utilizarei sempre *cidade*, em letra minúscula, para falar das cidades em geral e *Cidade*, em letra maiúscula, para referir-me a Brasília, evitando, assim, divergências semânticas em relação ao contexto.

que se manifesta” (ROSSI, 1966, p.2), ela adquire um caráter coletivo e social; mas, ainda assim, induz a leitura da cidade a seu aspecto morfológico.

Existe uma dialética entre espaço e sociedade que foi determinante para a cidade. Por isso, é preciso entender que na história das cidades, houve várias formas diferentes dessa interação. “*Polis, urbes*, burgo, cidade e metrópole são diferentes denominações para diferentes coisas” (GOMES, 2001, p. 20, grifos do autor). Em cada uma delas, a associação humana gerou formas diversas; mas sua progressão na história nos leva a ver uma evolução urbana.

Ao tecermos um mesmo fio lógico, estamos de fato diminuindo a coerência que a dinâmica deste adensamento possuía a cada momento. Isto não quer dizer que não existam analogias e relações evolutivas entre elas, mas estas só podem ser estabelecidas à medida que vislumbrarmos a interação necessária que existe, a cada momento histórico, entre a morfologia urbana e o conteúdo comportamental (Id.).

Para dar a ênfase que pretendo, vou circunscrevê-la inicialmente como “um tipo de associação entre as pessoas, associação esta que é uma forma física e um conteúdo” (Id., p. 19). Não cabe aqui a discussão sobre quem determina quem na relação forma e conteúdo; ao contrário, o que o conceito quer mostrar é exatamente uma determinação recíproca entre as duas. E aqui chegamos à escolha da nossa cidade: Brasília. Seu espaço urbano será nossa forma; as práticas sociais na Cidade, nosso conteúdo.

Nenhuma escolha é arbitrária. O ponto de partida é minha relação de distância e proximidade com Brasília. Sem a relação contraditória, não haveria pergunta. E não temos como negar que toda pergunta deseja esconder quem perguntou. Penso em Barthes e no seu desafio à leitura da cidade. Toda cidade é singular na relação com seus habitantes – a multiplicidade de cidades que só aquela comporta. Um labirinto de caminhos que contam vidas de todo dia. Barthes nos alerta que a cidade é um poema, uma estrutura fugidia que não se imobiliza, pois ela dança; mas que à escuta atenta, pode cantar.

Deveremos ser numerosos a tentar decifrar a cidade onde nos encontramos, partindo, se for necessário, de uma relação pessoal. Dominando todas essas leituras de diversas categorias de leitores (pois temos uma gama completa de leitores, do sedentário ao estrangeiro), elaborar-se-ia assim a língua da cidade (BARTHES, 1985, p.231, grifo do autor).

Há quem duvide da voz de Brasília. Com sua história de exceção, nela cabe o estranho, o inusitado, a quase irreconhecível pertença ao Brasil. Em vários sentidos, somos todos estrangeiros na Cidade. Seu plano urbanístico já não comporta as numerosas cidades

que transbordam em cada um de seus habitantes, expondo suas falas, suas faltas, suas sociabilidades possíveis.

O umbigo do País - essa imagem que nos dá a geografia se parece àquela que se ouve na cidade invisível, que habita os bares, os lares, os pares que não caminham por Brasília; nas gentes que existem seus espaços, e suas falas cheias de impressões e depressões na Cidade única. Todas as cidades são únicas, mas aqui está o Brasil inteiro. Será Brasília a síntese de um Brasil que se encontrou? Ou se perdeu?

Não se pode negar certo fascínio e espanto que Brasília exerce até hoje - talvez por ser completamente diferente do resto do Brasil. Ela também possui mais estranhezas: a história quase épica de sua construção; uma natureza estritamente administrativa e política, que provoca um enorme contingente de populações flutuantes, vindas de todo o País; uma economia quase sem indústrias, com atividades eminentemente terciárias e uma classe média de funcionários públicos², em sua maioria, circunscritos ao Plano Piloto³ e protegidos da miséria periférica. Seria Brasília uma cidade artificial, na medida de sua existência estar intrinsecamente ligada ao *status* de capital do País?

Essa parece ser uma hipótese inútil, pois não há nenhum motivo para supor uma transferência enlouquecida para outra cidade, o que realmente poderia assassiná-la. É precisamente este fato que a torna mais intrigante – a aparente artificialidade da chamada *ilha da fantasia* se contrapõe ao cotidiano real da Cidade. Sua circunstância não se compara à de nenhuma outra cidade no Brasil, muito menos à da antiga capital, o Rio de Janeiro, com uma história que quase se confunde com a do País. Portanto, é na sua exemplaridade que vamos buscar matéria ímpar de pesquisa.

² Trabalhando com diversos autores, Nunes analisa o setor terciário como atividade “não produtiva”, no sentido da economia política clássica e do marxismo, para definir uma “nova” classe média e diferenciá-la das “classes médias tradicionais”. Utilizo a expressão a partir de suas reflexões teóricas, que identifica na Cidade uma atividade preponderantemente de prestação de serviços: “Brasília estaria assim caracterizada como cidade de classe média, especialmente, o ‘paraíso do funcionalismo’” (2004, p.122, grifo do autor).

³ O recorte do Plano Piloto, que adotei para a pesquisa, engloba 5 Regiões Administrativas (RA), do total de 28 RAs, que compõe hoje o Distrito Federal (DF). São elas: **Brasília, Lago Norte, Lago Sul, Cruzeiro e Sudoeste/Octogonal**. Fiz essa opção por considerar que o espaço urbano mantém nessas Ras as mesmas características físicas e sócio-econômicas. Apesar do Cruzeiro abrigar uma classe média de menor renda, essa característica se repete nas 400, superquadras mais populares de Brasília.

Nos últimos dois anos, foram criadas 5 RAs, ainda sem delimitação definida. A pesquisa mais recente, a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD, realizada em 2004, considerou somente 26 RAs, pois ainda não haviam sido desmembradas as duas últimas, Itapoã e Jardim Botânico. Sempre que me referir ao **Plano Piloto** ou a **Brasília**, estarei considerando as 5 RAs. Como contraponto, optei por me referir genericamente às outras 23 como cidades-satélites, ou apenas Satélites. Meu objetivo foi enfatizar a segmentação espacial flagrante entre esses dois conjuntos: um plano urbanístico modernista e um grupo de cidades aglutinadas, com características espaciais diferenciadas.

Por se tratar de uma metrópole inserida na realidade de todas as outras grandes cidades do País, a proposta de estudá-la não se justifica em si mesma. Observá-la pode trazer contribuições para o desafio do planejamento urbano de grandes concentrações humanas, questão que atinge não só o Brasil, mas todas as metrópoles do mundo. Brasília é um estudo de caso interessante não só por suas singularidades, mas também pelo que revela de fenômenos comuns à atualidade.

É óbvio para todos que vêem a Brasília atual que o ideal sonhado em seu projeto modernista⁴ não se concretizou. O Distrito Federal abriga hoje 2.096.534 habitantes, sendo somente 15,9% da população em seu Plano Piloto, espaço urbano compreendido em cinco Regiões Administrativas, enquanto 84,1% da população distribuem-se em vinte e três RAs. Significa dizer que a intenção de produzir espaços que permitissem a convivência de grupos sociais diferentes foi realizada ao avesso, pois os de menor renda residem na periferia, muitas vezes em condições subumanas. Talvez Brasília seja o lugar, entre todas as grandes cidades brasileiras, onde a segregação social seja mais notável⁵, porque a maioria das pessoas do seu entorno não consegue utilizar o Plano nem para lazer.

A escolha do Plano Piloto se deve à peculiaridade do espaço urbano modernista e sua proposta política e estética, que fundou Brasília como uma Cidade monumento, obra

⁴ É preciso esclarecer, de partida, os significados aqui entendidos nas expressões **arquitetura moderna** e **projeto modernista** e nos conceitos de **Modernidade** e **Modernismo**, e também o sentido dado à palavra **moderno** que serão exaustivamente utilizados ao longo deste trabalho.

a. **Arquitetura moderna** ou **projeto modernista** serão usados como sinônimo. São expressões usuais para nomear o movimento surgido nos anos 20 do século passado, criando uma nova estética que atendesse às demandas da sociedade industrial. Propõe, grosso modo, a rigidez das formas geométricas e a eliminação de elementos escultóricos, em contraponto aos dogmas vigentes da arquitetura neoclássica. Além de uma nova estética, ela também pretendia a democratização do acesso à arquitetura pela padronização da produção e conseqüente redução dos custos.

b. **Modernidade** estará sempre referida ao período histórico que se inicia no século XVI e cujo final é tido por muitos como não realizado. Apesar de vários autores nomearem nosso tempo de pós-modernidade, não me aprofundarei nesse tema, por considerá-lo questão muito complexa para caber nesse estudo.

c. **Modernismo** é uma designação para vários movimentos artísticos, que desconstruíram os preceitos da arte tradicional – Cubismo, Dadaísmo, Surrealismo etc -, e que surgiram ao final do século XIX e início do século XX. No Brasil, é reconhecido a partir da Semana de Arte Moderna de 22, marco de um momento de renovação artística, quando técnicas da vanguarda européia foram introduzidas no País.

d. **Moderno** é uma palavra *per se* ambígua, na medida em que é também utilizada para traduzir tudo que é contemporâneo a nós. Para não incitar maiores confusões, sempre a usarei com referência à Modernidade, ou seja, nunca no sentido da atualidade, mas no do momento histórico em que se constroem as bases da Modernidade, especialmente o século XIX.

⁵ A confusão em torno ao nome da Cidade reflete esse problema. Ninguém mora no Distrito Federal, e sim em Brasília. Significa dizer que é o nome Brasília que simboliza a capital do País e poucos brasileiros sabem tratar-se apenas de uma RA do Distrito Federal. O senso comum refere-se, em geral, a Brasília e suas cidades-satélites.

de arte em si, reconhecida como patrimônio da humanidade⁶. O conjunto do Plano é o principal núcleo aglutinador das atividades da Cidade, econômicas, culturais e políticas, e seu estudo pressupõe a força simbólica de sua presença no imaginário de todo o País, reiterado cotidianamente pela mídia, que consagrou algumas de suas formas arquitetônicas quase como símbolos da nação brasileira.

A singularidade do Plano Piloto confirma a fragmentação espacial e social de Brasília, pois as cidades-satélites não se amalgamam nem física nem economicamente com o núcleo principal da Cidade, funcionando como apêndices do mesmo⁷. Desta forma, parte-se de um inegável fato objetivo da realidade, mesmo reconhecendo-se nele a reprodução injusta dos problemas sociais brasileiros.

Há vasto material sobre Brasília. Teses, livros acadêmicos, literatura e poesia - muito já se estudou sobre sua arquitetura, sua geografia, a história de sua construção, o registro dos primeiros “candangos”, e tantos outros aspectos da Cidade. Interessa-nos estudá-la nos dias de hoje e descobrir como os moradores de Brasília atualizam no presente os significados de sua trajetória histórica, construindo novos sentidos a partir da interação dinâmica da vida cotidiana com o espaço urbano.

O objetivo é verificar em que medida o espaço urbano modernista influencia práticas sociais que diferenciam e singularizam a vida cotidiana na Cidade, revelando um *discurso* próprio dos moradores de Brasília. A idéia é identificar formas de sociabilidade tanto nos que habitam o Plano, quanto naqueles que apenas ali trabalham, mas habitam sua periferia. Utilizo *discurso* como o conjunto de representações, comportamentos e práticas de todos que se utilizam desse espaço.

A cidade é um discurso, e esse discurso é verdadeiramente uma linguagem: a cidade fala a seus habitantes, falamos nossa cidade, a cidade em que nos encontramos, habitando-a simplesmente, percorrendo-a, olhando-a. Entretanto, o problema é fazer surgir do estágio puramente metafórico uma expressão como ‘linguagem da cidade’. [...] O verdadeiro salto científico será realizado quando se puder falar da linguagem da cidade sem metáforas (BARTHES, 1985, p.224, grifo do autor).

É possível uma analogia entre o espaço urbano e o sistema lingüístico de Saussure, que definia duas esferas distintas, geradoras de ordens de relações entre as

⁶ O Plano Piloto de Brasília foi tombado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1987, sendo considerado, desde então, Patrimônio Cultural da Humanidade.

⁷ Por meio de estudos morfológicos de Brasília, Holanda conclui que o Plano Piloto não é central em relação ao sistema urbano do Distrito Federal. Nasceu excêntrico, marcando intensa segregação espacial e grandes deslocamentos casa/trabalho para a maioria de seus habitantes, pois 70% dos postos de trabalho estão concentrados no Plano (2003, p.41).

palavras. A cadeia, que as palavras estabelecem entre si na ordem do discurso, forma as relações *sintagmáticas*, enquanto que o grupo de palavras, fora do discurso, que se associa na memória, estabelece as relações *associativas*. O uso cotidiano das funções urbanas equivale à ordem *sintagmática* do discurso. Já o arcabouço de memória e representações, que vive em cada um de seus habitantes, estabelece relações *associativas*, o que lhes proporciona um sentimento de pertença, tal qual a língua o faz. Portanto, entender o *discurso* da cidade possibilita identificar vínculos de identidade entre os indivíduos (ARGAN, 1984, p.239).

Lynch fez um primeiro esforço ao relacionar elementos perceptivos que identificam a imagem da cidade, ao que ele chamou de legibilidade. Percebeu que havia ali uma linguagem da obra arquitetônica captada no tempo e no espaço, pois como construção em grande escala, só pode ser apreendida aos poucos, no decorrer de longos períodos. As formas da cidade, assim como os objetos, não são só passíveis de serem vistos, mas principalmente de se fazerem presentes e nítidos aos sentidos (LYNCH, 1960, p.2)⁸.

Ao reconhecer elementos constantes nessa imagem individual da cidade, Lynch percebeu que ela traduzia bem mais do que a simples localização no espaço físico. Ela desempenha um papel social, pois cria símbolos comuns que permite que membros de um grupo se comuniquem entre si.

[...] a imagem é válida não apenas nesse sentido imediato, no qual funciona como um mapa para a orientação do movimento; em sentido mais amplo, pode servir como um sistema geral de coordenadas dentro do qual o indivíduo pode agir, ou em relação ao qual pode associar seu conhecimento. Nesse sentido, ela se assemelha a um conjunto de crenças ou de hábitos sociais: é um organizador de fatos e possibilidades (1960, p.142).

A intenção não é separar a imagem de Brasília das práticas sociais de seus habitantes. O desafio aqui é descobrir o quanto da Cidade habita o homem e o movimento oposto, a Cidade que se modifica ao abrigá-lo. Não se trata de uma relação de causa e efeito, mas antes de uma relação dinâmica onde tudo se mistura, se amalgama, para ser traduzida nas sociabilidades que se estabelecem, nos usos e percepções dos espaços urbanos.

Para isso, é preciso ouvir o homem na Cidade, aquele que a percebe no seu dia a dia como sua “casa subjetiva”. Verificar como se moldam os estilos de vida, os produtos

⁸ Há pesquisas desenvolvidas nessa direção na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, a exemplo do modelo de desempenho topoceptivo das cidades, de Maria Elaine Kohlsdorf (1996), e da metodologia de sintaxe espacial, aplicada em Brasília por Frederico de Holanda (2002).

e construtos que derivam das relações humanas no espaço urbano e que constroem sentidos comuns. Relações determinadas no espaço e tempo próprios da cidade, pois é nessa interação que se moldam as representações e as práticas sociais.

O caminho que se mostrou mais adequado para essa proposta foi o de realizar uma pesquisa empírica com os habitantes de Brasília. O desafio metodológico era grande, pois a matéria de que se trata aqui é fugidia; mas resolvi correr o risco, apostando que poderiam surgir algumas Brasília insuspeitas. Investiguei esse tecido social para tentar retirar ao menos parte de uma linguagem própria, que representasse Brasília para além de seu mapa – o avião que habita em todos nós.

A pergunta que norteou a pesquisa foi: *“Existe um discurso próprio de Brasília, constituído nas relações com a espacialidade singular do Plano Piloto, que configura comportamentos e práticas sociais específicas entre seus habitantes?”*

Em busca dessa resposta, construí as seguintes hipóteses:

- I. A cidade é um fato cultural: não se funda, mas se forma através de sua história, refletindo a memória coletiva de um grupo social num determinado lugar. Se, como quer Barthes, toda cidade é um discurso, uma linguagem que fala e escuta seus habitantes, que conta uma história de vida em comum, Brasília se constituiu como uma narrativa urbana dada no tempo, que atualiza em seu universo simbólico a proposta estética e política da arquitetura moderna. A história de uma construção quase épica, de onde desapareceram os milhares de participantes anônimos para dar lugar de destaque às figuras míticas de seu herói fundador e seus arquitetos, se torna presente na Cidade monumento, obra de arte em si, intocada como patrimônio da humanidade. Seu espaço urbano materializa a percepção de um cenário teatral, feito mais para *ver* do que *conviver*, gerando em relação à Cidade um sentimento de não pertencimento e uma pouco provável solidariedade urbana;
- II. O discurso fundador realizou-se como linguagem universal da arquitetura moderna - Brasília não se parece com o Brasil colorido, multifacetado e caótico das outras cidades brasileiras. No entanto, ela talvez seja o lugar-símbolo mais representativo do País, seja pela multiplicidade de origens de seus habitantes, seja por ser sua capital. As estranhezas

se espalham por toda a Cidade – seu mito de origem, seu espaço moderno, sua racionalidade e natureza burocrática, entre outras características únicas – criam uma atmosfera diferenciada e sacralizada, que singulariza as formas de sociabilidade de seus moradores.

- III. É a sociabilidade gerada nessa pouca interação com o espaço urbano que reforça a individualidade inerente às grandes cidades, enfatizando o âmbito individual em detrimento do coletivo, proporcionando em seus espaços públicos a experiência dos *não-lugares* (AUGÉ, 1992, p.76)⁹. A vida sem surpresas na Cidade, sem multidões ou contatos cotidianos propiciados por trajetos a pé, privilegia o espaço da individualidade, projetando o indivíduo para o distanciamento de seu mundo interior, da solidão e da reserva. A proximidade do poder do Estado finda por gerar um distanciamento do exercício político de cidadão. O espaço urbano reitera a segmentação do espaço social, fragmentando as relações sociais e, conseqüentemente, a memória coletiva, necessária à construção de uma narrativa que consolide a relação de Brasília e seus habitantes.

A PESQUISA: NARRATIVA E EXPERIÊNCIA

Procurei fazer uma leitura o mais abrangente possível, que nada recusasse, a princípio, como insumo de conteúdo para entender Brasília. Foi bem-vindo qualquer material da cidade, da história, da memória, de usos e apropriações dos espaços, de falas captadas dos que fazem a cidade existir concretamente. Todos foram lidos como narrativas das cidades, com as escolhas dirigidas para a nossa eleita Brasília. A proposta foi a de construir “narrativas de narrativas”, razão pela qual nomeei os três capítulos deste trabalho.

A primeira dificuldade foi o de escolher os critérios para recortá-las. Percebi que elas se interpenetravam, formando redes intercambiáveis de sentidos. Minha decisão foi não me restringir a narrá-las temporalmente, mas por temas, mesmo correndo o risco das interseções inevitáveis. O exercício realizado foi o de buscar explicações nos fatos narrados da história para entender o presente. Com esse material, construí o Capítulo I: as **Narrativas Sócio-Históricas**.

⁹ O conceito de *não-lugar*, desenvolvido por Marc Augé, será aprofundado na segunda parte do Capítulo II.

Optei por me distrair de Brasília em vários momentos, sem nunca esquecê-la. Pensar a cidade é um exercício tão desafiador, que me pareceu razoável começar pensando grande, junto com quem fez as primeiras e brilhantes aproximações na Sociologia: Weber, Durkheim e Marx, este último na voz de Lefebvre. Chamei a esse conjunto, que compõe a primeira parte do Capítulo I, de **Nascimento e vida da cidade**.

A segunda parte, **Modernidade: projeto e destino**, é quase auto-explicativa em seu nome. Refazer esse caminho era fundamental para entender a atualidade de Brasília. Se ainda vivemos, ou não, dentro dos limites dos paradigmas que a constituíram, é uma discussão mais complexa do que a que pretendo fazer. Limito-me a constatar que a tentativa de entender uma pós-modernidade insinua-se ainda na própria Modernidade, já que tantos autores não conseguiram nomeá-la para fora dela mesma.

Na terceira e última parte do Capítulo, **Mito de Origem**, Brasília volta à cena, pois o tema em discussão é a origem da Cidade. A pesquisa revisitou os temas recorrentes do pensamento brasileiro, em sua tentativa de apreensão de uma identidade nacional, para fundamentar os discursos instauradores da construção de Brasília. Centrei esforços nos três principais personagens de sua história: Juscelino Kubitschek, Lúcio Costa e Oscar Niemeyer.

O Capítulo II reúne as **Narrativas Urbanas**, onde restrinjo o espectro conceitual da pesquisa. Lidei com os textos dos autores utilizados na delimitação de conceitos também como narrativas de algum momento da história, que adquiriam sentido no contexto da análise. Os grupos de conceitos trabalhados compõem as partes do Capítulo II: **Espaço e sociabilidade**, **Memória e representação social** e **Espaço público e vida cotidiana**. Optei por ver a cidade genérica nas narrativas, reservando as articulações com Brasília para o Capítulo III.

As **Narrativas Humanas**, o terceiro Capítulo desse trabalho, contam sobre a realização da pesquisa empírica. Na primeira parte, os **Percursos na cidade**, está a discussão metodológica, as escolhas e recortes para definição dos entrevistados. Ali também se encontra a descrição da metodologia utilizada, os grupos de discussão, e os critérios para elaboração dos roteiros.

As **Vozes da Cidade** é onde faço uma primeira aproximação com o material bruto da pesquisa. Procurei fazer uma escuta atenta, mas não tenho ilusões quanto às suas limitações. Todo o material coletado está anexo ao trabalho e disponível para outras

leituras possíveis além da que pude fazer. O texto buscou articular a fala dos entrevistados, buscando algumas sínteses que servissem de base para a análise final.

A terceira e última parte, as **Interações possíveis**, quer mesmo explicitar as limitações da leitura. É aqui que tiro algumas conclusões e aproximo as hipóteses do resultado da pesquisa. A tentativa foi de contar uma outra estória¹⁰, que ajudasse a revelar novas possibilidades para Brasília. O resultado canta uma Brasília em prosa, porque a poesia já estava lá, revelando uma apropriação única do espaço da Cidade:

naquela noite ela estava
mais dabelhutrês
do que nunca

toda eixosa
cheia de L2

vai ser superquadra
assim lá em casa

(BERH, L2 Noves Fora W3, 1980)

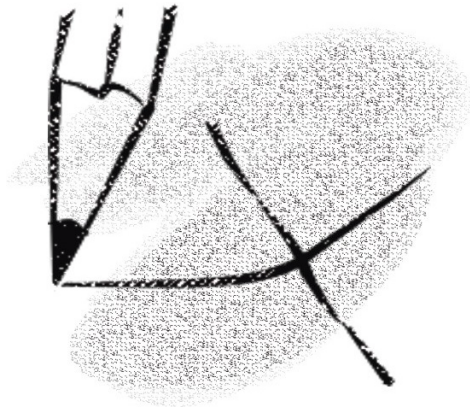
Nas **Considerações Finais**, volto a abrir o horizonte para todas as cidades, de forma a inserir Brasília em sua contemporaneidade. Há problemas da vida urbana nos dias de hoje que não pertencem só a Brasília, nem dizem respeito à arquitetura moderna. Muitos deles são problemas de todo o País, quiçá do mundo periférico ao capitalismo. Identificar suas patologias não pretendeu, em nenhum momento, reduzi-la a uma empobrecida visão dicotômica do *a favor* ou *contra*.

Tentei descrever caminhos para harmonizá-la entre a imobilidade do tombamento integral do espaço urbano do Plano Piloto e as necessidades que surgem com a sua história atual, consciente de que não é uma tarefa fácil, e que todas as contribuições são bem-vindas. O maior alerta talvez seja para refrearmos o nosso “impulso moderno” em direção ao novo e atentarmo-nos para as experiências vividas. Como nas narrativas tradicionais, também há um ensinamento nessa estória¹¹.

A grande tarefa cultural dos arquitetos, hoje, é a recuperação da cidade, e não importa que a cura da cidade doente seja, como programa, menos brilhante que a invenção de novas cidades (ARGAN, 1984, p.250).

¹⁰ A palavra *estória*, utilizada aqui, quer resgatar mais o sentido da narrativa popular e menos o da ficção, como a *estória de tradição oral*, contada pelos homens comuns e não a *história* como narrativa científica.

¹¹ Em seu ensaio “Experiência e Pobreza”, Benjamin vê na Modernidade a perda da experiência pelo homem. “Sua característica é uma desilusão radical com o século e ao mesmo tempo uma total fidelidade a esse século” (1933, p.116). Identifica uma espécie de barbárie, que impele os homens a seguir em frente, a começar sempre de novo. “Vocês estão todos tão cansados – e tudo porque não concentraram todos os seus pensamentos num plano totalmente simples mas absolutamente grandioso” (Id., p. 118).



NARRATIVAS SÓCIO-HISTÓRICAS

Repito a razão pela qual quis descrevê-la:
das inúmeras cidades imagináveis, devem-se excluir aquelas
em que os elementos se juntam sem um fio condutor,
sem um código interno, uma perspectiva, um discurso. [...]
As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda
que o fio condutor de seu discurso seja secreto,
que as suas regras sejam absurdas,
as suas perspectivas enganosas,
e que todas as coisas escondam uma outra coisa.

Ítalo Calvino, p.44.

Cidades são feitas de pedra, areia e barro. Isso explica? Brasília, por exemplo, também é feita de céu. Sob esse azul profundo, talvez por melancolia, Lúcio Costa se persignou e traçou uma cruz. “Apenas o cerrado, o céu imenso e uma idéia saída da minha cabeça” (COSTA, 2001. p.104). Em seguida, com uma curva, Niemeyer a ligou ao céu. Que atire a primeira pedra quem não reconhecer a poesia.

Sob a poesia do texto e do traço de Lúcio Costa, nasceu Brasília. Entregue aos brasilienses como uma jóia do cerrado, o que de melhor a arquitetura nacional poderia produzir para a capital do País, Brasília nasceu como um produto de *griffe* e vem assim se consolidando, auxiliada por alguns fatos de sua história. O discurso mítico de Costa poetiza o momento mágico da criação da cidade, como uma epifania subitamente revelada, condensando todo um devir histórico que ele então representava.

Começamos por entender a cidade na história, que traz à luz questões fundamentais para sua compreensão no presente, desnaturalizando compreensões, crenças ou impressões muitas vezes cristalizadas. Percorrer sua história pode iluminar alguns sentidos e explicar problemas e crises na cidade contemporânea, especialmente no caso de cidades planejadas como Brasília.

Para tanto, é importante entender as primeiras apreensões sobre a cidade pela sociologia clássica. Refazer os caminhos percorridos por esses pensadores como ponto de partida para sua travessia.

A cidade surge, na compreensão clássica da sociologia, como lugar de trocas, o mercado sendo a base da associação humana, em Weber; como o lugar da divisão do trabalho, em Durkheim; ou, ainda, como a expressão do modo de produção capitalista, em Marx. Essas visões explicam parte da cidade, mas dada sua complexidade, não alcançam a totalidade de seus fenômenos. A cidade é tudo isso e muito mais.

Assim, percorrer a cidade nos conta mais do que sua própria história: explica o contexto do surgimento da arquitetura moderna ocidental e como se constituiu o homem na metrópole moderna. Por isso, um olhar retrospectivo para o nascimento da Modernidade nos ajuda a entender como se conformaram a arquitetura e o urbanismo modernos e de que forma isso possibilitou práticas de projeto que definiram o destino de cidades. Dos bulevares de Haussmann ao Eixo Monumental de Brasília, há uma descendência e um enorme caminho a ser vencido.

Brasília, com seu plano urbanístico, atualiza a proposta estética e política da arquitetura moderna, como espaço simbólico realizado nessa perspectiva histórica. Há, na origem de Brasília, um discurso fundador tão permeado de mitos do imaginário brasileiro que até hoje é difícil separar sua construção da imagem de uma nova nação (OLIVEIRA, 1998, p.227). Como todo processo de fundação se contrapõe à idéia de continuidade histórica, o mito de origem ganha relevância na memória de seus habitantes.

Daí a importância em verificar como se construíram os mitos que fundaram as bases da Cidade em seu contexto histórico, social e político, utilizando como elementos de análise as narrativas legadas pelos principais atores participantes dessa história. Como Foucault, acreditamos que essas falas não são pessoais nem originárias; antes, repetem formações discursivas que se complementam ao longo da história e que resistem até hoje como estruturas simbólicas esquecidas e naturalizadas (1971, p.56).

I

NASCIMENTO E VIDA DA CIDADE

O viajante anda de um lado para o outro
e enche-se de dúvidas: incapaz de distinguir os pontos da cidade,
os pontos que ele conserva distintos na mente se confundem.
Chega-se à seguinte conclusão: se a existência em todos os momentos é uma única,
a cidade de Zoe é o lugar da existência indivisível.
Mas então qual é o motivo da cidade?
Qual é a linha que separa a parte de dentro da de fora,
o estampido das rodas do uivo dos lobos?

Ítalo Calvino. As Cidades e os Símbolos. p. 34

Sabemos da importância do fenômeno da industrialização para a formação das cidades que hoje conhecemos. No entanto, o fenômeno urbano precede em muito à indústria, pois remonta aos primórdios do homem, ao surgir como o espaço onde se instaura a vida social. A atração exercida pelas cidades é parte da história do homem e não um mal do mundo moderno.

São exemplos encontrados na China, Grécia e Roma antigas e nas civilizações da América do Sul. Huizinga observa que, desde a Antigüidade, “a unidade urbana se tornou a tal ponto o centro e o princípio da vida social e da civilização que continuamos a fundar e construir centenas de cidades até as fronteiras dos desertos” (1951, apud MAFFESOLI, 1984, p.60)*. É nessa eterna conquista da natureza que o homem instaura o princípio da vida social.

WEBER

A cidade moderna ocidental não foi objeto de estudo em Weber. Ele reconstrói a evolução das cidades, comparando e investigando as características de cidades antigas, orientais e ocidentais, a fim de encontrar aí rico material para entender as bases da

* HUIZINGA, J. **Homo Ludens**. Essai sur la fonction social du jeu. PARIS: Gallimard, 1951.p.284.

Modernidade. Afirma a inexistência de tipos ideais puros¹² na cidade empírica, só sendo possível classificá-la por seus elementos econômicos dominantes.

A complexidade do fenômeno urbano já aparece na tentativa de definir a cidade. Na procura por seus sentidos comuns, a cidade não é uma ou várias casas isoladas, mas um assentamento relativamente fechado, um *povoado*. Também se associa à cidade um povoado extenso, com tantos habitantes que não seja possível conhecer a todos; ou ainda pela ótica econômica, como sendo um povoado onde a maioria não vive da agricultura, e sim do comércio e da indústria. No entanto, nenhuma dessas características é suficiente para a definição da cidade.

Weber considera dois princípios fundamentais para começar a delinear a cidade: a existência de uma sede principesca como centro – o *oikos*, e a realização de uma troca de bens regular, que configure um *mercado*. Mesmo reconhecendo que ainda não é suficiente para circunscrever o conceito, ele afirma só querer falar da cidade no sentido econômico, como localidade de mercado, *um assentamento com mercado permanente*, onde o mercado é o centro econômico e a população local urbana e não urbana satisfaz suas necessidades. Configuram-se, então, cidades com maior ênfase no consumo e outras, na produção, na medida em que tenham fábricas ou indústrias artesanais que abasteçam regiões maiores para além do seu sítio.

Considera a cidade mercantil como a síntese da cidade dos consumidores e da cidade industrial, pois se instaura tanto a troca entre consumidores e produtores locais, quanto entre consumidores e produtores estrangeiros ou ainda com a venda lucrativa dos produtos locais para outras cidades. Aí se encontra uma característica que vai marcar a cidade moderna: a capacidade de produzir para si e para outrem. Londres, Paris e Berlim servem como exemplo de fuga do lucro de lugares distintos de onde foi produzido, em função da presença de grandes bancos, sociedades anônimas ou centrais de cartéis.

Ainda há a chamada *cidade dos agricultores*, onde Weber faz a distinção cidade – campo. Efetivamente, essas cidades restringem-se a pequenas aldeias, pois quanto maior o número de moradores, menos área de cultivo poderão dispor para suas

¹² Weber criou o tipo ideal para servir de base ao trabalho científico da Sociologia e da História. É um instrumento metodológico e propõe um recorte conceitual do objeto analisado em sua forma pura, de maneira a criar um referencial abstrato da realidade. Assim, cada aspecto concreto do real complexo pode ser estudado em função do tipo ideal, sem ser confundido com ele. Tipos ideais podem ser indivíduos históricos, como o capitalismo, elementos abstratos da realidade histórica, a exemplo da burocracia, ou mesmo a construção racional de um tipo de conduta (ARON, 1967, p.465-67).

necessidades alimentares. Observa que na Antigüidade e na Idade Média, os arredores das cidades possuíam áreas de cultivo que faziam parte dela. “O cidadão pleno da Antigüidade é um ‘cidadão agricultor’” (WEBER, 1999, p.420, grifo do autor). Hoje, o cidadão típico é aquele que não satisfaz mais suas próprias necessidades.

A relação entre a cidade - onde se localiza a indústria e o comércio - e o campo - que fornece o alimento para as cidades - configura uma parte do que define como economia urbana. A cidade como associação econômica e reguladora das práticas mercantis instaura uma política econômica urbana, que harmoniza os diversos agentes envolvidos no mercado. Weber reconhece a insuficiência da ótica econômica diante da complexidade do fenômeno urbano. É preciso incluir a dimensão político-administrativa, distinguindo um aspecto que é próprio da cidade: a regulação dos bens de raiz hereditários é distinta dos bens fundiários rurais, pois na cidade a base rentável é o imóvel. A diferença no direito fundiário era um fator sempre presente na cidade medieval ocidental.

A *comuna*, tal como Weber a define, só se constitui no Ocidente. Além de ser um povoado com caráter artesanal-comercial relativamente desenvolvido, a comuna precisava ter: uma fortificação; um mercado; um tribunal e um direito próprios; caráter de associação e autonomia de gestão. No Oriente, as cidades desconheciam a administração autônoma, o caráter de associação da cidade e o conceito de cidadão urbano em oposição ao morador do campo.

Em toda parte, a cidade nasceu e cresceu com a chegada de forasteiros: na Antigüidade, na Idade Média, no Oriente Próximo e no Oriente Extremo. Por isso, era uma arena onde se encontravam senhores territoriais nobres e seus funcionários de corte e criados ao lado de escravos, servos ou libertos; membros de linhagens organizados em clãs ao lado de artesãos sem terras; mercenários, monges e sacerdotes. Os estamentos¹³ eram, portanto, muito diversificados, mas em geral defendiam uma política que possibilitava a compra da liberdade como mercadoria, dentro do regime da economia monetária. Desta maneira, a cidade ocidental antiga, a Rússia e principalmente a cidade medieval eram lugares de *ascensão da servidão à liberdade*.

Para Weber, esta foi a grande inovação revolucionária na formação das cidades: o rompimento do direito senhorial por parte dos cidadãos urbanos. Isso se disseminou

¹³ A palavra *estamento* ganhou uso na língua portuguesa a partir da obra de Weber como um “grupo de indivíduos com análoga função social ou com influência em determinado campo de atividade” (**Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. 2001, p.1245).

como uma regra prática e as diferenças estamentais começaram a desaparecer, “pelo menos na medida em que significavam a diferença entre a liberdade e a não-liberdade comum (1999, p.427)”. O elemento decisivo, no entanto, é a qualidade associativa entre os cidadãos, a que Weber chama de *relação associativa com caráter institucional*, dotada de órgãos especiais e característicos, ou seja, a formação de comunidades jurídicas estamentais, a exemplo do direito exclusivo e comum aos burgueses, só observável na cidade tipo ocidental - a *polis* antiga e a *commune* medieval.

Inicialmente organizados em associações ritualmente orientadas, o cidadão pleno de uma *polis* da Antigüidade pertencia a clãs, associações militares ou associações políticas de tribo, todas excludentes com relação a forasteiros e aos habitantes excluídos, os plebeus. Essas associações exclusivas foram se enfraquecendo, à medida que os plebeus impuseram uma igualdade ritual. É assim que a *polis* transforma-se numa *commune* com caráter institucional: as cidades medievais são, desde seu início, uma confederação de cidadãos *individuais*, que, ao prestarem seu juramento à associação local da cidade, garantiam sua posição jurídica pessoal como cidadão.

Weber observa que isso só ocorreu nas cidades ocidentais em função do enfraquecimento dos clãs rituais, que retirou dos habitantes as limitações de seus tabus, os vínculos mágicos totêmicos ou de culto aos antepassados e da casta. O cristianismo tornou-se, em seguida, a religião desses povos já com tradições abaladas, ajudando a acabar de vez com qualquer resquício de significação religiosa de vínculos de clã. A comunidade eclesiástica exerce, então, um papel fundamental na organização técnico-administrativa das cidades medievais, constituídas como irmandades - associação de culto, com sua igreja e seu santo padroeiro.

A participação dos cidadãos na comunhão e nas festas religiosas oficiais possibilita a *confraternização em uma corporação homogênea*. O decisivo é que, às necessidades associativas de caráter institucional por interesses econômicos dos cidadãos, não correspondeu nenhum impedimento de ordem mágica ou religiosa, a exemplo do que ocorreu na Ásia e na Antigüidade. Com o enfraquecimento dos clãs e a perda dos vínculos mágico-anímicos, deu-se uma confraternização urbana, que resultou num fortalecimento das relações associativas e autônomas político-administrativas.

A narrativa weberiana da cidade nos permite ver nascer o cidadão moderno e suas instituições. À medida que os homens perdem as relações mágicas, a racionalidade

econômica ganha espaço, derivando na autonomização legítima de outros campos análogos, como o jurídico e o político, o que certamente teceu as bases de formação da cidade e do Estado modernos. Ao penetrar na história da cidade - mesmo sem sistematizá-la, tal qual fez com o Estado -, Weber torna-a, simultaneamente, agente e cenário de seu mais constante objeto de investigação: a racionalidade moderna.

DURKHEIM

Assim como Weber, Durkheim vai demonstrar que é no percurso evolutivo e histórico das cidades que as relações sociais se modificam, à medida que os vínculos entre os homens se enfraquecem. A cidade aparece como o lugar onde se intensifica a divisão do trabalho, quando se dá a passagem da *solidariedade mecânica* para a *solidariedade orgânica* (DURKHEIM, 1930, p.107 a 109)¹⁴ e onde se constrói a base moral individualista moderna.

Partindo do que considera a forma mais primitiva de associação humana – o *clã* -, Durkheim constata seu desaparecimento no estado puro já no Império Romano e a conseqüente passagem para um gênero mais extenso, o *segmento*, primeiro enfraquecimento da consciência coletiva¹⁵: “A massa da população não se divide mais de acordo com as relações de consangüinidade, reais ou fictícias, mas segundo a divisão do território (1930, p.169)”. Ocorre a perda da consciência de si, pois desaparecem as relações domésticas e a origem comum, o que transforma o clã numa aldeia.

Todos os povos que atravessam o *clã* formam distritos territoriais – *marcas* ou *comunas*, que se inserem, por sua vez, em outros distritos maiores – *círculo*, *centena* ou *distrito*, que pertencem a *condados*, *províncias* ou *departamentos*. A força dos laços pode variar, mas a estrutura de segmentos, que englobam grupos menores, se repete, fazendo

¹⁴ Durkheim conceitua a solidariedade que o homem estabelece em sociedade como sendo de dois tipos: a *mecânica*, que liga o homem diretamente à sociedade, é do tipo coletivo, “é um conjunto mais ou menos organizado de crenças e de sentimentos comuns a todos os membros do grupo”; e só é forte se esse conjunto superar em número e intensidade às idéias que pertencem a cada um; já a *orgânica* é do tipo individual, onde o indivíduo depende das partes da sociedade e se diferencia na divisão do trabalho. “Temos aí duas forças contrárias, uma centrípeta, a outra centrífuga, que não podem crescer ao mesmo tempo. Não podemos desenvolver ao mesmo tempo em dois sentidos tão opostos” (1930, p. 106-8).

¹⁵ Para Durkheim, “o conjunto de crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade forma um sistema determinado que tem vida própria [...]”, o qual chamou de “consciência coletiva”. “De fato, ela é independente das condições particulares em que os indivíduos se encontram: eles passam, ela permanece” (1930, p. 50). Esse conceito será a base dos estudos de Maurice Halbwachs para a memória coletiva.

com que sempre restem vestígios de solidariedade mecânica, mesmo em sociedades mais organizadas. A solidariedade orgânica só cresce na medida em que desaparecem os núcleos de solidariedade mecânica, configurando um duplo movimento; no entanto, o avanço de uma não elimina completamente a outra.

Durkheim observa que esse início da cidade possui algo de artificial, pois os vínculos de vizinhança são muito mais fracos que os de consangüinidade. A distribuição geográfica das divisões territoriais tendeu, primeiramente, a coincidir com a distribuição moral; mas à medida que o território se expande, as diferenças vão desaparecendo, permitindo que os homens se desloquem com mais fluidez. As diferenças originais acabam por se perder com a mistura das populações e as cidades são a prova da ocorrência dessas imigrações. Durkheim constata que as cidades se formaram basicamente por meio delas, a exemplo dos forasteiros identificados por Weber. Na Idade Média, já com as cidades constituídas, os artesãos circulavam facilmente e tão longe quanto as mercadorias.

Com o enfraquecimento dos vínculos coletivos, os *segmentos* perdem sua individualidade em prol de um segmento mais vasto. As religiões locais desaparecem e os costumes que ainda subsistem se diluem junto com dialetos e as divisões territoriais ganham um caráter superficial. É do desaparecimento dos tipos *segmentários* que surgem as grandes cidades. Paralelamente ao desaparecimento da organização *segmentária*, crescem as organizações profissionais e acentua-se a divisão do trabalho.

As cidades na Antigüidade se organizam em associações de classe¹⁶, tentando concentrar em si todas as atividades industriais e de comércio. A cidade medieval só acelera o processo de divisão do trabalho. Cada vez mais, as cidades se especializam, surgindo, assim, as cidades de fábricas, de comércio, de universidades, de águas etc. O agrupamento profissional já não coincide nem com o agrupamento territorial nem com o familiar, pois um só surge com o desaparecimento dos outros.

A consciência coletiva é um legado de gerações anteriores, muito mais do que um compartilhamento do presente. As mudanças são lentas, tanto na formação quanto na perda das tradições. A autoridade está ligada aos anciãos do grupo, que detêm a força da tradição como únicas testemunhas entre o passado e o presente. Conforme os laços se

¹⁶ São as *guildas*, identificadas por Weber como forma típica da união urbana: “As cidades *não* ‘nasceram’, como se acreditou muitas vezes, ‘das guildas’, mas sim – em regra – as guildas surgiram *nas* cidades”(WEBER, 1999, p.441, grifos do autor).

afrouxam, os indivíduos ganham mobilidade em relação a seus locais de origem, rompendo com a permanência de gerações.

As grandes cidades concentram cada vez mais populações jovens e desvinculadas de tradições, o que as torna um centro irradiador de modas, costumes ou idéias para o resto do país:

Nelas, os humores são tão móveis que tudo o que vem do passado é um pouco suspeito; ao contrário, as novidades, quaisquer que sejam, desfrutam de um prestígio quase igual àquele de que desfrutavam outrora os costumes dos ancestrais. Nelas, os espíritos são naturalmente orientados para o futuro (DURKHEIM, 1930. p.298).

A vida ganha velocidade, porque se as camadas sociais são descontínuas, a vida coletiva também o é. Ao mesmo tempo, o enfraquecimento das tradições facilita a livre expansão dos indivíduos, que passam a sofrer menos pressões da sociedade. É notável a pouca força da opinião sobre nossas ações nas grandes cidades. O aumento da densidade e do volume da população torna dispersa a vigilância coletiva, incapaz de seguir as ações do indivíduo, até por não haver proximidade entre as pessoas. As relações na multidão são, em sua maioria, superficiais, os contatos, mais raros e a atenção de cada um, voltada para muitos interesses.

Essa indiferença mútua permite uma maior liberdade de ação individual, que, uma vez desfrutada, dificilmente abre-se mão - torna-se necessária e sagrada. Isso explica como se constituiu a base moral individualista da sociedade moderna no coração das grandes cidades. A redução das distâncias materiais e morais tornaram as cidades tão próximas quanto bairros em relação a uma única cidade; e essa analogia se estende por toda a sociedade e pelo mundo.

Entre a diferenciação e a solidariedade - aí se dá a grande tensão dos indivíduos na sociedade para Durkheim. A moral, como base de toda solidariedade social, não pode ser definida como liberdade, pois ela expõe nossos vínculos sociais e nos dá o limite para nosso egoísmo. Longe de emancipar o indivíduo, “é dela que vem as forças que o retém e o contém” (DURKHEIM, 1930, p. 420).

KARL MARX E LEFEBVRE

Com Marx, a cidade pode ser contada através da história dos meios de produção ou mesmo da história das lutas de classes. À cidade oriental, corresponde o modo de produção asiático; à grega e romana, o modo de produção escravista; e à medieval, o modo de produção feudal. Como modo de produção que instaura a Modernidade, o capitalismo e a industrialização são um fenômeno posterior ao surgimento das cidades e da vida urbana. No entanto, seu impacto foi notável como processo transformador da sociedade contemporânea.

É decisivo na história das cidades o surgimento do fenômeno da industrialização. De fato, a industrialização rompe com os cânones urbanos pré-capitalistas, quando a cidade concentrava a riqueza de seu entorno rural. Instalando-se em geral fora das cidades, perto de fontes de energia, meios de transporte, matérias primas e mão-de-obra, as indústrias prescindem das cidades antigas. Geram acumulação de riquezas e novas cidades, enquanto as antigas tornam-se mercado, fonte de capitais e mão-de-obra para as indústrias. Com a industrialização, vários fenômenos urbanos, inexistentes anteriormente, surgem: crescimento, fusão, conurbação¹⁷ – todos próprios da urbanização.

É com o filósofo Henri Lefebvre que vamos percorrer a cidade dentro do pensamento marxista. Ele propõe uma periodização para a cidade, vis-à-vis as três eras do tempo histórico, ampliando a visão para além dos meios de produção: a *agrária*, a *industrial* e a *urbana*. A era *agrária*, que compreende tanto a cidade oriental, quanto a antiga e a medieval, inaugura a cidade como obra da criação humana. A cidade se distingue do campo enquanto objeto espacialmente distinto e a relação dialética desses diferentes espaços depende das relações de produção e da divisão do trabalho.

Por isso, a cidade é uma transição entre um sistema próximo, que organiza e explora o território circundante, e um sistema afastado, definido pela sociedade em seu conjunto. É também o lugar de manifestação das contradições dessa mesma sociedade. A cidade antiga é uma obra de arte, no sentido de ser um espaço único, configurado a partir dos valores de um grupo, ou seja, de sua ideologia; e continua sendo obra, não produto, pois nem a troca, nem o valor de troca, corromperam seus usos e costumes.

¹⁷ Extensa área urbana formada por cidades e vilarejos que foram surgindo e se desenvolvendo um ao lado do outro, formando um conjunto (**Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. 2001, p.826)

A chegada da indústria promove uma violenta dispersão da cidade tradicional, revelando um caráter de *anti-cidade* ou de *não cidade*, ao destruí-la e dissolvê-la. Na era *industrial*, o desenvolvimento desmedido e a generalização da troca e do comércio fazem desaparecer os usos e os costumes, convertendo o solo em mercadoria¹⁸. A generalização do produto retirou a vitalidade da cidade, sua característica principal enquanto obra de arte.

A expressão *sociedade industrial* acentua o aparecimento e desenvolvimento da produção material, mas obscurece as relações sociais constitutivas do processo de industrialização. Há entre a industrialização e a urbanização um processo dialético: existe unidade e conflito. Interessa a Lefebvre identificar o processo real da urbanização, conhecê-lo e dominá-lo, reconhecendo nele não apenas uma consequência da industrialização, mas uma nova problemática a ser tratada:

La novedad, pues, respecto a cuanto Marx escribía hace un siglo, es que el proceso de urbanización reemplaza hasta cierto punto en nuestras preocupaciones, y reemplazará más y más, al proceso de industrialización entendido separadamente, pero como una problemática nueva (LEFEBVRE, 1971, p. 222).

A era *urbana* é o resultado de um processo dialético que constrói, a partir da cidade antiga, sua negação através da industrialização e sua restituição em maior escala a toda a sociedade. O crescimento quantitativo da produção econômica produziu um *boom* qualitativo que gerou novas questões no espaço urbano, que não cabem mais na racionalidade da empresa e da divisão do trabalho. Como experiência da industrialização, essa racionalidade precisa se construir a partir de uma nova realidade: uma racionalidade urbana, que viria a substituir o *urbanismo* praticado hoje.

Dentro dessa perspectiva, Lefebvre conceitua a *sociedade urbana* como a sociedade que nasce da industrialização, que “resulta da urbanização completa, hoje virtual, amanhã real (1970, p. 15).” Com isso, pretende retirar a ambigüidade no emprego da mesma expressão para outros tipos urbanos, o que confundiria diferentes relações de produção. “Essa sociedade urbana só pode ser concebida ao final de um processo no curso do qual explodem as antigas formas urbanas, herdadas de transformações descontínuas” (Id., p. 15).

¹⁸ Segundo Nunes, Marx já refletia sobre o surgimento da burguesia a partir da indústria capitalista no Manifesto Comunista, sem, contudo, explicitá-lo dentro da lógica dos estudos urbanos: “A cidade como lugar de excelência do aparecimento da burguesia atravessa o essencial das obras mais importantes do marxismo” (NUNES, 2000, p.277).

O desenvolvimento e a complexidade da realidade urbana fazem a questão da segregação mais presente, pois o urbanismo praticado hoje crê organizar a cidade a partir de esquemas científicos, racionais e integradores, mas na verdade reproduz várias espécies de segregações – econômicas, sociais ou culturais. As segregações são negações teóricas e práticas do *urbano* e, precisamente por isso, o revelam: a pobreza e o abandono das periferias urbanas evidenciam novas contradições, que são também contradições de classe¹⁹. A leitura do espaço urbano deve privilegiar as diferenças, evitando a homogeneização racional de procedimentos analíticos, que consolidam o que se opõe à *sociedade urbana*, o que a nega e destrói: a segregação generalizada, a separação no território dos elementos e aspectos da prática social, que resulta numa reintegração por decisão política ao centro de um espaço homogêneo.

Assim, o *urbano* se distingue da cidade exatamente porque surge ao negá-la; mas permite entender alguns de seus aspectos fundamentais, como a monumentalidade, as segregações e a centralização urbana. Pode se afirmar que é um conceito teórico que representa a simultaneidade de todos os elementos que constituem a vida social. É chave para a prática, de forma análoga ao conceito de troca em Marx²⁰.

Os arquitetos e urbanistas têm encontrado soluções técnicas, modelos de sistemas de trânsito e outros recursos que, apesar de eficientes para sua finalidade, não possibilitam uma visão do todo da cidade. A sociologia urbana tem hoje o desafio de encontrar uma perspectiva que supere as análises funcionalistas da cena moderna, buscando uma visão mais global da cidade, para tornar possível uma análise exaustiva do fenômeno urbano.

Nesse desafio, Lefebvre propõe uma leitura original da cidade, a partir da noção marxista de superestrutura. Acolhendo duas hipóteses: a cidade é um todo; e esse todo é irredutível à soma dos seus elementos visíveis, sejam funcionais, morfológicos ou

¹⁹ Engels dedicou um capítulo inteiro de seu livro “A Situação da Classe Trabalhadora em Inglaterra”, de 1845, para relatar as segregações e as condições desumanas em que viviam os trabalhadores nas grandes cidades industriais inglesas.

²⁰ Nunes faz uma analogia entre o *urbano* e a *cidade* e a distinção feita por Marx para *valor* e *preço*, tratando o urbano como um conceito abstrato que tem na cidade a sua manifestação concreta, à semelhança da relação entre valor e preço (2001.p.9-10).

Para ainda maior clareza teórica, Milton Santos nos explica: “Na realidade, há duas coisas que estão sendo confundidas gratuita e alegremente, isto é, a cidade e o urbano. O urbano é freqüentemente o abstrato, o geral e o externo. A cidade é o particular, o concreto, o interno. Não há que confundir. Por isso, na realidade, há história do urbano e histórias da cidade”. SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo**. São Paulo: Hucitec, p. 69. (Apud FERRARA, 2000, p.123).

demográficos, entre outros; afirma que a cidade contém uma totalidade social que compreende sua cultura, ética, estética, valores, instituições etc, consideradas como suas superestruturas, além de sua estrutura propriamente dita – base econômica e relações sociais de produção.

A noção de totalidade é abstrata e não se oferece logo à investigação empírica; mas podemos reconstituí-la a partir de seus elementos, o que comporta sempre risco de erros. Se a cidade projeta uma totalidade social, não há como esquecer do tempo e da História, que se projetam na cidade em memória e atualidade, juntas atuando sobre o todo. Essa proposição ganha vida se pensarmos que tudo isso se materializa nas obras e nos habitantes da cidade. Assim, podemos analisar a intensidade da ação nessas obras – monumentos, edifícios públicos e privados – enquanto símbolos e atos sociais constantes que se dão no espaço e no tempo; mas, principalmente, na riqueza e na miséria da vida cotidiana que ali se estabelece.

II

MODERNIDADE: PROJETO E DESTINO

É inútil determinar se Zenóbia deva ser classificada entre as cidades felizes ou infelizes. Não faz sentido dividir as cidades nessas duas categorias, mas em outras duas: aquelas que continuam ao longo dos anos e das mutações a dar forma aos desejos e aquelas em que os desejos conseguem cancelar a cidade ou são por esta cancelados.

Ítalo Calvino. As Cidades Delgadas. p.37.

Situada historicamente no século XVI, a Modernidade se instaura com a quebra entre sujeito e objeto, no “penso, logo existo” de Descartes, que separa a *res cogitans* (pensamento) da *res extensa* (mundo físico). É somente com a Revolução Francesa, em fins do século XVIII, que as pessoas começam a perceber uma onda revolucionária, que provoca mudanças na vida pessoal, social e política; mas é o século XIX que vai experimentar a tensa dicotomia entre um mundo que desaparece e um novo mundo que se inicia, onde se desdobra a idéia de modernismo e modernização, esta última concretizada ao longo do século XX²¹.

Modernidade, modernismo, modernização. Boaventura Santos nos alerta que a raiz do projeto moderno, inscrita na seqüência histórica e semântica desses três conceitos, pode ser encontrada de forma análoga em racionalidade, racionalismo e racionalização (1995, p. 80). Apesar do projeto sócio-cultural moderno ter se constituído entre o século XVI e o final do XVIII, é somente com a instauração das relações de produção entre o capital e o trabalho que podemos ver a emergência do capitalismo:

[...] são elas que determinam a emergência e a generalização de um sistema de trocas caracterizadamente capitalista. Isso só ocorre a partir de finais do século XVIII ou mesmo meados do século XIX e, portanto, depois de estar constituído, enquanto projecto (*sic*) sócio-cultural, o paradigma da modernidade (SANTOS, 1995, p.78-79, grifo meu).

A sociologia clássica foi unânime em perceber na Modernidade o domínio das coisas sobre os homens. Seja em Marx, com a denúncia do fetichismo do mercado capitalista e suas mercadorias; seja a visão trágica simmeliana da separação entre as

²¹ Essa divisão em três fases da Modernidade foi proposta por Berman (1982, p.16): a primeira fase vai do século XVI a fins do século XVIII; a segunda, até o final do XIX; e a atual fase, inicia-se com o século XX.

culturas subjetivas e objetivas; ou ainda em Weber e seu alerta sobre a invasão da racionalidade instrumental em todas as esferas da vida – todos perceberam as profundas alterações que a humanidade vivia.

A cidade será o cenário onde esse choque será vivido mais intensamente, pois ela se modifica para dar espaço à metrópole. É o surgimento de uma nova percepção de tempo e espaço, com deslocamentos mais rápidos e invenções como o telefone, que permitiam a comunicação à distância. O homem na multidão da nova cidade será lançado em experiências sensoriais até então desconhecidas. À transformação da cidade antiga em metrópole, corresponde a formação do homem moderno.

É no rico pensamento dialético de Simmel que encontramos a base teórica, para pensar as tensões a que esse homem estava submetido. A cidade-metrópole perdeu o controle sobre seu fascínio e o homem transita em meio à multidão, tornando o habitar mais complexo. Ao descrever a luta da mente na metrópole, Simmel nos conta como o ritmo da vida moderna e a descontinuidade aguda de imagens rápidas atuam na base psíquica do homem, em sua intelectualidade, sua vida subjetiva (1902, p.12)²²:

[...] Antes da criação dos ônibus, trens e bondes no século XIX, os homens não estavam absolutamente em condições de poder ou precisar se contemplar mutuamente por minutos ou mesmo horas sem falar entre si. [...] O caráter mais enigmático do homem que só é visto em comparação com o que só é ouvido [...], contribui seguramente para o problema do sentimento moderno da vida, para o sentimento de desorientação na vida como um todo [...] (SIMMEL, 1902, apud WAIZBORT, 2000, p. 321-322)²³.

Há uma tensão entre a necessidade de estar-junto na cidade e a de ser único. A anonimidade na cidade, que lhe confere a sensação de liberdade, é a mesma que lhes retira a tão cara particularidade. Seguir as leis da nossa natureza é liberdade, mas isso “só se torna óbvio e convincente para nós mesmos e para os outros se as expressões dessa natureza diferirem das expressões de outras” (SIMMEL, 1902, p.21).

²² Simmel detecta, na cidade grande, uma perda de nossa “capacidade de memorização”, pois fixamos mais o que ouvimos do que o que vemos. Por isso, a cidade grande e, conseqüentemente, o moderno, é o lugar do esquecimento e da perda da experiência. Benjamin retoma essa idéia quando diagnostica a morte da narrativa (WAIZBORT, 2000, p.331).

* SIMMEL, G. **Soziologie**. 1902, p. 727.

²³ No entanto, Simmel reconhece a importância do olhar nas interações sociais em diversos ensaios: “De todos os órgãos dos sentidos, o olho tem uma função sociológica única. A união e a interação entre os indivíduos se baseiam numa troca de olhares. Talvez esteja aí a reciprocidade mais pura que pode existir. Contudo, a mais forte reação psíquica pela qual um olhar une os homens não se cristaliza em nenhuma estrutura: a unidade que surge entre duas pessoas se faz presente no momento e se dissolve na função”. SIMMEL, G. **Le problème de la sociologie**. 1908. In: WOLF, K (ed.). Georg Simmel 1858-1918. Ohio University Press, 1959. p. 320. (In: JOSEPH, 2000, p. 19).

Simmel identifica o surgimento da individualidade na Renascença, quando se dá “a superação das formas comunitárias medievais que conformavam a forma de vida” (2005, p.107). Era a busca da distinção, da valorização da singularidade. O espírito revolucionário ao final do século XVIII desenhou um *individualismo quantitativo*, baseado na liberdade individual e na igualdade natural dos homens. Dada a imperfeição dessa igualdade, a fraternidade aparece como um equilíbrio instintivo, como uma espécie de “renúncia eticamente voluntária”, que harmoniza a liberdade e as contradições da igualdade.

O século XIX assiste a um retorno do homem em si mesmo. Agora, há a busca pela diferenciação, por uma radicalização da individualidade na singularidade de cada um, a que Simmel chamou de *individualismo qualitativo*. É a busca metafísica e romântica da compreensão da vida, consciência que vai servir de base para a divisão do trabalho:

De forma geral, poder-se-ia dizer que o individualismo do simplesmente livre, das personalidades pensadas em princípio como tais, é produto do liberalismo racional da Inglaterra e da França, enquanto a singularidade qualitativa e única seria, antes de tudo, uma criação do espírito germânico. Na constituição de princípios econômicos, o século XIX seguramente uniu os dois princípios. Com certeza, a teoria da liberdade e igualdade é o fundamento da livre concorrência, enquanto a personalidade diferenciada é o fundamento da divisão do trabalho (SIMMEL, 2005, p. 112).

É para esse indivíduo livre e universal que surge o urbanismo, constituindo-se como disciplina no alargamento industrial do século XIX. Formulado como ciência, vira um corpo doutrinário que vê a cidade como um todo indiviso, que requer uma planificação única, pressuposto possível enquanto abstração da vida urbana e, conseqüentemente, dos próprios homens que habitam a cidade. Uma sociedade de homens iguais, onde cada um representa uma unidade plena de toda a humanidade, um ser coletivo²⁴. Como representação simbólica das práticas sociais de uma sociedade, o espaço urbano sempre esteve associado ao poder, que instaura e determina os usos do espaço (SOUZA, 1997, p. 110); mas é o surgimento do urbanismo enquanto prática científica que valida a centralização do planejamento nas mãos do Estado e da elite dominante como única

²⁴ Para uma discussão mais aprofundada, ver **Brasília: mitos e vivências** (MAGALHÃES, 1985), que faz uma interessante discussão do urbanismo como fruto da ideologia individualista moderna, a partir do pensamento de Louis Dumont.

solução dos problemas das cidades²⁵.

A Cidade-conceito de Certeau é a cidade instaurada pelo discurso urbanístico científico, ancorado em três princípios fundamentais: “a produção de um espaço próprio”, baseada na organização racional que soluciona os problemas indesejáveis; o estabelecimento de “um não-tempo ou um sistema sincrônico”, de forma a eliminar as continuidades das tradições e seus ocasos históricos; e “a criação de um *sujeito universal* e anônimo que é a própria cidade”, o equivalente ao modelo político de Estado em Hobbes.

‘A cidade’, à maneira de um nome próprio, oferece assim a capacidade de conceber e construir o espaço a partir de um número finito de propriedades estáveis, isoladas e articuladas uma sobre a outra. [...] Assim funciona a Cidade-conceito, lugar de transformações e apropriações, objeto de intervenções, mas sujeito sem cessar enriquecido com novos atributos: ela é ao mesmo tempo a maquinaria e o herói da modernidade (De CERTEAU, 1990, p.173-4, grifo do autor).

Baudelaire nos legou as mais fantásticas imagens da Paris do século XIX, sendo transformada pelas obras de Hausmann, símbolo máximo da nova feição moderna, que derrubou bairros inteiros e transformou as ruelas da cidade antiga nas largas perspectivas dos bulevares. Surgem as galerias da cidade moderna, por onde passeia o *flâneur* baudelaireano²⁶:

As galerias, uma nova descoberta do luxo industrial – diz um guia ilustrado de Paris de 1852 – são caminhos cobertos de vidro e revestidos de mármore, através de blocos de casas, cujos proprietários se uniram para tais especulações. De ambos os lados dessas vias se estendem os mais elegantes estabelecimentos comerciais, de modo que uma de tais passagens é como uma cidade, um mundo em miniatura (BENJAMIN, 1991, p.35)²⁷.

Aparecem soluções em toda a Europa, que resultam em planos urbanísticos de ampliação da malha urbana, evidenciando o espírito de renovação social potencializado pelo capitalismo industrial, que criou nova organização espacial para a cidade. Vemos grandes intervenções, realizadas a partir de modelos como o da cidade-linear, de Soria y

²⁵ Colquhoun chama atenção para uma característica fundamental da arquitetura: “A primeira condição pela qual a arquitetura difere das outras artes é que ela é muito dispendiosa. Estando a arquitetura tão vinculada às forças das finanças e poder, é muito mais difícil para o arquiteto [...] operar dentro de uma cultura particular *aparentemente* autônoma ou manter a independência em relação ao gosto burguês, o que tem sido a ambição da arte desde o início do século XIX. Para desempenhar um papel crítico eficaz, a arquitetura precisa aliar-se às principais tendências econômicas declaradas como progressistas – como aconteceu na década de 20, quando a “modernização” e o avanço técnico foram associados à renovação social e a uma visão utópica” (1989, p.229-230, grifos do autor).

²⁶ É o estado de devaneio. No *flâneur* é muito evidente o prazer do olhar. [...] As descrições sobre a grande cidade [...] pertencem àqueles que atravessaram a cidade como que ausentes, perdidos em seus pensamentos ou preocupações (BENJAMIN, 1955, p.9).

²⁷ É possível detectar uma descendência entre as galerias francesas (*passages*), as lojas de departamentos e os contemporâneos *shopping centers*.

Mata para Madri (1882), a cidade-jardim do inglês Ebenezer Howard (1898) ou ainda a Paris de Haussmann (1853), primeira grande intervenção urbana, que torna Paris a imagem da cidade moderna do século XIX.

Eixos, paralelismos, retineidades, simetrias, pontos focais eram os princípios de composição dos projetos urbanísticos, que através da arquitetura neoclássica e *art nouveau*, de avenidas e bulevares, com prédios contínuos por quadras e semelhantes nos seus dois lados, com calçadas largas e arborizadas, [...] os *rond points*, que recebiam em seu foco as várias avenidas [...] formavam a sua imagem. Mais que isso, ‘vendiam’ sua imagem (SOUZA, 1997, p. 113, grifos do autor).

Apesar das diferentes realidades entre as cidades européias e as cidades de países periféricos como o Brasil, essa imagem da cidade moderna de Paris foi “vendida” para o mundo como modelo a ser “copiado”, como uma espécie de “moda de *griffe* urbana”. São bons exemplos da disseminação desses modelos universais tanto a construção de Belo Horizonte, cujo plano realizou-se dentro da lógica técnica e universalizante do modelo parisiense, quanto seus reflexos no Rio de Janeiro de Pereira Passos, já na virada do século XX, a partir dos engenheiros formados pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Intervenções como essas nos mostram como se disseminam práticas discursivas, que findam por serem assimiladas e naturalizadas através da história, pois contêm uma intemporalidade inerente à importação de modelos, ganhando novos significados ao se combinarem com outros aspectos locais.

As transferências de modelos são indissociáveis das condições de possibilidade ligadas às práticas locais que as transformam. [...] Das representações aos funcionamentos, a inserção das imagens ideais na realidade física de uma cidade (a aplicação das utopias em circunstâncias efetivas) supõe discrepâncias e descontinuidades (SALGUEIRO, 2001, p.167, grifos do autor).

A abstração do homem urbano radicaliza-se nas propostas contidas no Modernismo do início do século XX, inicialmente apenas um movimento de vanguarda nas artes, o Construtivismo. São propostas surgidas na esteira da Revolução Russa de 1917, defendendo uma visão *construída* do mundo real apartado da natureza, a *civilização da máquina*. Predomina a ordem matemática, geométrica, que vai encontrar mais tarde na cidade modernista sua imagem ideal, como fica claro no discurso de um dos principais artistas do Construtivismo, Piet Mondrian:

O artista genuinamente moderno vê a metrópole como um viver abstrato convertido em formas; ela lhe é mais próxima do que a natureza e tem maiores probabilidades de excitar nele o senso de beleza... é por isso que a metrópole é o lugar onde se está desenvolvendo o temperamento artístico vindouro, é o lugar de onde emergirá o novo estilo (apud BANHAM, In ELIAS, 1989. p.47)*.

É na figura símbolo do arquiteto franco-suíço Charles Édouard Jeanneret, conhecido como Le Corbusier, que o Modernismo se expande para a arquitetura, principalmente através dos Congrès Internationaux d'Architecture Moderne (CIAM), cuja síntese materializou-se na Carta de Atenas, elaborada como um manifesto com suas principais idéias em 1933. “A cidade desenhada aqui é um puro jogo de conseqüências geométricas” (Le CORBUSIER, 1992, p. 165). É a primazia do traçado regular, do padrão industrial, da ordem como símbolo da racionalidade humana na arte de projetar cidades. Surge um *espaço universal* para o *homem universal*, privilegiando o *individualismo quantitativo* da igualdade.

A cidade se decompõe em *unidades de dimensão ideal*, correspondentes às funções vitais do homem: *morar, trabalhar, cultivar o corpo e o espírito e circular*. O objetivo do urbanismo, a “alegria de viver”, é conseguido por meio da autonomia dos elementos formais da cidade, sendo a casa “a máquina de morar” e a sociedade idealizada no homem-tipo do *Modulor* (Id., p. 165). O funcionalismo invade a cidade como uma linha de montagem industrial, com setores específicos para cada atividade sócio-econômica. A cidade modernista²⁸ rompe, de forma definitiva, com a forte herança das práticas urbanas das cidades pré-industriais. Ruas são eliminadas, construções flutuam soltas na malha urbana, equipamentos são apartados por funções ou ainda a circulação viária feita por grandes avenidas.

Na verdade, Le Corbusier reafirma a *tradição de mudança* na Modernidade. “Não me sinto em ruptura com a tradição; julgo-me em plena tradição. Todas as grandes obras do passado vêm uma após a outra confirmar que a todo estado de espírito corresponde um estado de coisas” (LE CORBUSIER, 1992, p. 282). Colquhoun identifica aí uma possível negação de tudo que representasse “traços de propriedade e decoro – qualquer coisa que, na verdade, estivesse ligada aos costumes sociais” (1989, p.222). Privilegiando a razão, a técnica, a ciência e a abstração - ao propor a aplicação funcional da

* Apud BANHAM, R. **Teoria e Projeto na Primeira Era da Máquina**. São Paulo: Perspectiva, p.240.

²⁸ Usamos a expressão *modernista* para diferenciá-la da cidade moderna do século XIX, por considerarmos que há diferenças e contradições suficientes para constituir outro escopo de análise.

forma abstrata -, o projeto modernista praticou uma visão positivista e científica da sociedade moderna (COLQUHOUN,1989, p. 222).

A arquitetura moderna do século XX nega exatamente a cena urbana baudelaireana aonde ela nasce. Referindo-se à morte da rua, decretada por Le Corbusier, e ao surgimento do homem no carro, Berman constata um processo autofágico na Modernidade, pois os espaços modernistas parecem planejados e organizados para impedir que ocorram os encontros primordiais de Baudelaire²⁹:

O signo distintivo do urbanismo oitocentista foi o bulevar, uma maneira de reunir explosivas forças materiais e humanas; o traço marcante do urbanismo do século XX tem sido a rodovia, uma forma de manter separadas essas mesmas forças. Deparamo-nos aqui com uma estranha dialética, em que um tipo de modernismo ao mesmo tempo encontra energia e se exaure a si mesmo, tentando aniquilar o outro, tudo em nome do modernismo (BERMAN, 1986, p.159).

A proposta de Le Corbusier findou por não acontecer na velha Europa de herança medieval, a não ser em zonas urbanas menos nobres e periféricas. “[...] tudo se passava como se o Movimento Moderno tivesse encontrado o seu verdadeiro *lugar* na periferia do Capital, e não no centro metropolitano para cuja reordenação espacial e habitacional fora afinal concebido” (ARANTES, 2001, p.104-5). A arquitetura moderna encontrou ressonância em sociedades abertas à experimentação do novo, como ocorreu com inúmeras cidades norte-americanas; mas também ficou fortemente associada a construções nos países comunistas do Leste Europeu, principalmente em conjuntos habitacionais, onde a racionalidade de sua construção ajudou a viabilizar moradias populares. A presença forte do Estado no patrocínio dessa arquitetura foi uma característica típica dos países periféricos do capitalismo, o que, de fato, viabilizou sua implantação. Na Índia, Le Corbusier construiu Chandigarh (1951), capital do Punjab, única cidade completamente modernista além de Brasília.

No Brasil, ele fez sua estréia em 1945, no edifício do Ministério da Educação e Saúde Pública, no Rio de Janeiro, sob o patrocínio estatal da ditadura Vargas e o patrocínio intelectual de Lúcio Costa e do então arquiteto iniciante Oscar Niemeyer. Uma conjugação de interesses políticos, econômicos e estéticos nos leva ao momento histórico que

²⁹ O autor se refere aos escritos de Baudelaire no *Spleen de Paris*. O homem moderno arquetípico é o pedestre lançado no tráfego dos bulevares, que impõe seu ritmo às pessoas, deixando expostas as contradições do capitalismo: racionalidade em suas unidades individuais, conduzindo à irracionalidade e ao caos do sistema social, necessário para manter a coalisão das mesmas unidades (BERMAN, 1986. p.154).

viabilizou Brasília quase 20 anos depois. Lá estavam presentes o pensamento de Le Corbusier, os conceitos da arquitetura moderna e a crença em um plano urbanístico redentor, representados novamente por Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e um Estado personalizado em Juscelino Kubitschek.

A existência de um Estado forte sempre esteve pressuposta nos manifestos dos Congrès Internationaux d'Architecture Moderne (CIAM) que “conclamaram o estado a dar prioridade aos interesses coletivos sobre os privados, impondo ao caos das cidades existentes a construção de um novo tipo de cidade baseada em seus planos-diretores” (HOLSTON, 1995, p.245). Tratava-se de um tremendo estímulo ao desenvolvimento de um aparelho de estado com o supremo poder planejador, o que fez que as elites políticas o adotassem de maneira incontestável³⁰. Não podemos perder de vista que nunca existe planejamento sem ideologia:

Não se projeta nunca *para*, mas sempre *contra* alguém ou alguma coisa: contra a especulação imobiliária e as leis ou as autoridades que a protegem, contra a exploração do homem pelo homem, contra a mecanização da existência, contra a inércia do hábito e do costume, contra os tabus e a superstição, contra a agressão dos violentos, contra a adversidade das forças naturais, sobretudo, projeta-se contra a resignação ao imprevisível, aos golpes cegos dos acontecimentos, ao destino (ARGAN, 2001, p.53, grifo do autor).

Holston analisa que o problema não estava na utopia do planejamento urbano moderno, sempre necessária ao desejo de mudança do presente, mas porque “sua noção de futuros alternativos está baseada em causas ausentes e seus métodos, numa teoria de total descontextualização” (1995, p.245). São quatro os pontos relevantes nessa hipótese. Em

³⁰ A proposta de revolução global, contida na arquitetura moderna, promoveu efeitos contrários aos pretendidos. Colquhoun nos descreve dois fenômenos resultantes: “em primeiro lugar, a aplicação fragmentária e gradual de versões da utopia tecnológica da década de 20 como parte ou da política do estado de bem-estar social ou do crescimento capitalista; em segundo lugar, a apropriação de técnicas e imagem modernistas, originalmente utópicas em sua intenção, por corporações empresariais e grupos de pressão de interesse privado. No primeiro caso, a crítica era sociológica e psicológica. No segundo, era ideológica: a própria intenção e significado do movimento moderno eram vistos como se tivessem sido ‘traídos’ e invertidos, de modo que a tecnologia avançada de construção e a estética a ela relacionada, não sendo mais símbolos de uma nova ordem social fundada na cooperação, tornaram-se um meio de aumentar o prestígio das grandes empresas” (1989, p. 230-1, grifo do autor).

É interessante se perguntar por que uma proposta dita de vanguarda foi tão rapidamente absorvida pelo gosto da classe dominante. Dois pontos ganham destaque: as propostas da arquitetura moderna – formas puras, axialidade, eliminação do ornamento, entre outras – barateavam bastante a construção em relação à arquitetura neoclássica que vinha sendo praticada, pois permitiam a produção em série; e uma estética simbolicamente associada a novas tecnologias e ao progresso, o que se encaixava perfeitamente à imagem desejada pelas grandes corporações da sociedade industrial. Isso explica o sucesso da escola de artes visuais e arquitetura Bauhaus, que lançou as bases estéticas da nova arquitetura em 1919 e dominou o cenário estético até seu fim em 1933, com a ascensão do nazismo. Seu idealizador, o arquiteto Walter Gropius, foi um dos expoentes do movimento moderno e reuniu em torno à escola artistas de renome como Paul Klee e Vassili Kandinski.

primeiro lugar, está baseada numa tensão entre as condições sociais atuais e seu oposto desejado; em segundo, esse oposto utópico está pensado em termos de causas ausentes, que só existem nos planos e nas tecnologias; em terceiro, há necessidade da força do Estado para a implantação da tríade arquitetura/planejamento urbano/tecnologia tornar possível a transformação das condições objetivas; o quarto e último ponto é a utilização de técnicas de choque para mudança das condições subjetivas, tais como a “des-contextualização”, a “des-familiarização” e a “des-historização”, que juntas constituem uma “noção viral de revolução” (HOLSTON, p. 245-246)³¹.

É interessante verificar que havia uma unidade na proposta da cidade modernista, movida por ideais sociais progressistas, que reuniu a maioria dos arquitetos de então. “Eles viam seu trabalho como uma grande narrativa que lhes conferia uma razão de ser coletiva e um contexto filosófico e social no qual se poderia inserir a arquitetura” (COLQUHOUN, 1989, p. 17). Para Colquhoun, o declínio da ideologia modernista talvez se deva ao desaparecimento dessa grande narrativa nas últimas décadas do século XX.

Se, como querem diversos autores, vivemos já sob a égide de um tempo e espaço diferenciado da Modernidade³², ainda estamos próximos dela o suficiente para sofrer a dor de seus fracassos e a presença de suas permanências. Cada vez mais vamos nos esquecendo da Paris de Baudelaire, mas o que dela retemos percorre conosco a vida sobre rodas em Brasília. Isso nos mostra que temos muitas lições a tirar da Modernidade, antes de pularmos *de fato* para o próximo século.

Tudo isso sugere que o modernismo contém suas próprias contradições e tensões dialéticas interiores; que determinadas formas de pensamento e visão modernistas podem solidificar-se em ortodoxias dogmáticas e tornar-se arcaicas; que outras formas de modernismo podem ficar submersas por gerações, sem chegar a ser suplantadas; e que as mais fundas feridas sociais e psíquicas da modernidade podem ser indefinidamente tampadas, sem chegar a cicatrizar de fato. A aspiração contemporânea por uma cidade que seja abertamente turbulenta, mas intensamente viva, corresponde à aspiração de voltar a expor feridas antigas mais especificamente modernas. É a aspiração de conviver abertamente com o caráter dividido e irreconciliável de nossas vidas e extrair energia do âmago mesmo de nossos esforços, onde quer que isso nos conduza, no final (BERMAN, 1982, p. 165).

³¹ O deslocamento da vida social dos espaços públicos, como ruas e praças, para recintos fechados de parques e clubes é o melhor exemplo dessa “des-contextualização” (HOLSTON, 1995, p.247). Essa questão será aprofundada no Capítulo II - Espaço Público e Vida Cotidiana.

³² Pós-modernidade, supermodernidade, modernidade líquida. Existe uma grande discussão sobre a contemporaneidade e o fato de já não podermos mais reconhecer nos tempos atuais as mesmas características culturais e econômicas da modernidade. Os principais trabalhos surgem nos anos 70 do século XX, com Lyotard, Frederic Jameson e David Harvey. Para o objeto deste trabalho, não cabe o aprofundamento da questão.

III

MITO DE ORIGEM

Por isso, os habitantes sempre imaginam habitar numa Aglaura que só cresce em função do nome Aglaura e não se dão conta da Aglaura que cresce sobre o solo. E mesmo para mim, que gostaria de conservar as duas cidades distintas na mente, não resta alternativa senão falar de uma delas, porque a lembrança da outra, na ausência de palavras para fixá-la, perdeu-se.

Ítalo Calvino. As cidades e o nome. p.66.

A construção de Brasília é narrada como uma saga heróica, vivida pelos milhares de brasileiros que participaram dessa epopéia, os *candangos*. Essa narrativa nos é dada hoje ainda de forma oral por esses pioneiros de sua construção e pelo muito que já se contou da história. É de tal ordem seu impacto na memória nacional que Flósculo e Günther apontam para uma “ausência do presente e do cotidiano’ nas perspectivas históricas em uso”, afirmando que “os tempos atuais e as transformações havidas em sua urbanidade ainda não adquiriram sentido no universo simbólico de Brasília” (2003, p.139, grifos dos autores). Vamos percorrer o conjunto das narrativas e formações discursivas que ganharam força num determinado ponto da história, para entender o que possibilitou a *construção* de Brasília, a real e a mítica.

Para entender as circunstâncias históricas e sociais que possibilitaram o surgimento de Brasília na metade do século XX, é preciso refazer alguns caminhos da formação da sociedade brasileira. Havia uma tradição de busca de uma identidade nacional desde José Bonifácio, na independência brasileira em 1822. Uma espécie de embrião do nacionalismo, que vai se instaurar com o Estado Novo, essa busca pretendia formar uma cultura brasileira, ou seja, pressentia-se um vazio identitário e uma ausência de valores compartilhados, algo que mobilizasse um sentimento de orgulho e pertencimento.

Entre os vários intelectuais que contribuíram nesse sentido, Gilberto Freyre, com *Casa Grande e Senzala*, e Sérgio Buarque de Holanda, com *Raízes do Brasil*, são bons exemplos de tentativas de proporcionar à sociedade brasileira uma compreensão de si mesma a partir da sua história. Outros dois exemplos importantes são Capistrano de Abreu,

que defendia a interiorização do Brasil com a convicção da influência européia na faixa litorânea, e Euclides da Cunha, que reitera essa tese com sua obra prima *Os Sertões*, onde ele acredita ter encontrado o Brasil real. A singularidade de nossa constituição como nação alinhava os olhares numa mesma direção – a procura de uma identidade única -, numa tendência à homogeneização cultural, como assinala Schwartzman:

(...) Nunca houve, por parte das diversas correntes políticas de alguma significação na história brasileira, quem defendesse para o país a constituição de uma sociedade culturalmente pluralista, que desse a cada nacionalidade (...) as condições de manter e desenvolver sua própria identidade étnica e cultural (SHWARTZMAN, 1984, apud PEREIRA, 1997, p.69)*.

O chamado Movimento Modernista Brasileiro marca o encontro de escritores, artistas e arquitetos, atuando como uma frente intelectual pela primeira vez no Brasil. Inaugurado simbolicamente com a Semana de Arte Moderna, em 1922, seu objetivo primeiro era trazer para o País os ares da modernidade contemporânea. Várias escolas serviram de fonte e inspiração de novas visões de mundo: o futurismo, o dadaísmo, o expressionismo e o surrealismo formavam, à época, a vanguarda européia. O Modernismo é, portanto, a expressão da modernização operada no Brasil a partir da década de 20, que começava a dar sinais de mudança de uma economia agro-exportadora para uma economia industrial.

Em 1924, o movimento ganha novas tintas, com o lançamento do Manifesto Antropofágico por Oswald de Andrade, que denunciava o caráter assimétrico de nossa cultura e pregava uma assunção dos valores nacionais, a começar pelo uso mesmo da língua portuguesa praticada no Brasil. Os artistas, que se reuniram em torno à essa idéia, pregaram um nacionalismo que combinava tradição e modernidade. Deve-se a eles a “descoberta” de valor na arquitetura colonial e a incorporação do barroco como patrimônio histórico brasileiro.

Modernismo e barroco [...] não somente como estilo de época e estilo de arte, mas como uma forma de sensibilidade, um modo próprio de apreensão do mundo, um imaginário organizado simbolicamente de modo específico, e que, senão atravessa a sociedade de modo homogêneo, mantém relativa hegemonia nos respectivos horizontes culturais (SANTOS, M. V. mimeo s/data).

Em 1930, o período que se inicia com a constituição do Estado Novo assistirá uma aproximação da intelectualidade brasileira com o Governo Vargas, formalizando uma troca de interesses mútuos entre a esfera política e a cultural. Pode-se inferir que a

* SHWARTZMAN, S. et al. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/EDUSP, 1984, p.72.

construção de um Estado Nacional forte se coadunava com o espírito nacionalista da intelectualidade brasileira. A despeito da complexidade dessa afirmação, cabe aqui apenas destacar o início de uma relação de afinidades que vai ser determinante para a construção de Brasília.

É para o futuro que sempre olhou a arquitetura moderna desde sua chegada ao Brasil, ao final dos anos 20 do século passado³³; mas foi com a construção do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), no Rio de Janeiro, inaugurada em 1945, que ela se impôs ao Brasil e ao mundo: “Em 1938, com o prédio do Ministério já em construção, ainda não havia em Nova York nenhum arranha-céu com fachada envidraçada – a ‘*curtain wall*’ ou ‘*mur-rideau*’ – surgiram todos depois” (COSTA, 2001, p. 61, grifos do autor). Liderados por Lúcio Costa, que articulou e viabilizou sua construção, a equipe contou com a consultoria de Le Corbusier – por insistência de Costa – e reuniu ex-alunos da Escola Nacional de Belas Artes, entre eles Oscar Niemeyer. A relação de Costa com Niemeyer se constrói na admiração recíproca e no incentivo profissional que promove para o jovem arquiteto, ao incentiva-lo a participar da equipe do MESP e conviver por três meses com Le Corbusier.

Fazendo apelos a categorias como *conquista e interiorização, fundação e civilização, mudança e nova nação*, esses mitos deram corpo ao debate que se instaurou a época de sua construção, fazendo surgir um discurso messiânico de redenção nacional. Mais que isso, deu tal caráter de verdade que essa narrativa se manteve mesmo após a instauração do Regime Militar em 1964. Esse conteúdo discursivo, reunido em torno à Brasília, vai encontrar sua expressão formal no trabalho de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. Os dois arquitetos farão ecoar as propostas da arquitetura moderna nas imagens civilizatórias de JK. A forma como o *messianismo heróico* de JK se alinha com a *utopia social e estética* da arquitetura modernista nos permite estabelecer uma afinidade histórica e cultural, cujo fruto mais notável foi Brasília.

A construção da nova capital se dá em meio a um período que vai de 1954 a 1964, momento muito especial da história do Brasil³⁴: a chamada “década da utopia”

³³ O arquiteto russo Gregori Warchavchik chegou ao Brasil em 1923 e é considerado o precursor da arquitetura moderna no país, com o projeto “Casa da Rua Santa Cruz”, construído em São Paulo em 1928. Será sócio de Lúcio Costa de 1931 a 1933.

³⁴ O Plano Piloto de Brasília começou a ser construído em 1957, sendo a capital inaugurada oficialmente em 21 de abril de 1960.

situou-se entre dois períodos autoritários, o Estado Novo e o Regime Militar, proporcionando uma experiência democrática que permitiu a retomada criativa da sociedade. Com o choque da morte de Getúlio Vargas e a sensação de “perda do pai”, os brasileiros foram lançados na “maturidade” da idade adulta. Um período marcado pela busca eufórica do novo: bossa nova, cinema novo, desenvolvimentismo, concretismo, revolução social – faziam do Brasil um caldeirão efervescente. “O complexo de inferioridade e a passividade pareciam superados. Fantasias de onipotência de todos os matizes eram gestadas” (SILVA, 1997, p. 14).

Com a eleição de JK, em 1956, o país entra numa onda desenvolvimentista, baseada na crença da industrialização como forma de atingir o progresso. Novamente, vemos a presença dos intelectuais ter um importante papel na formação de um ideário nacional, agora com a criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que permanecerá até 1964. Fundado em 1955, junto ao Ministério da Educação, vai propor-se a lançar as bases de um *pensamento brasileiro*, por meio de um projeto teórico e ideológico, multidisciplinar e totalizante, com um caráter nacional-desenvolvimentista.

Para os isebianos, em sua visão sociológica, *no subdesenvolvimento tudo é subdesenvolvido*, e nesse contexto a cultura também será necessariamente pobre em suas produções. Não poderá haver um projeto de destino histórico independente, já que todas as produções terão a marca da alienação. Isto é, a cultura não poderá ser mais que um reflexo da cultura metropolitana. Só o desenvolvimento econômico traria uma nova e autêntica cultura brasileira (PEREIRA, 1997. p. 95. grifos do autor).

JK abre as fronteiras do Brasil para o capitalismo internacional e as multinacionais, com um Plano de Metas para fazer sua economia avançar “50 Anos em 5”. Esse sentimento civilizatório soma-se ao nacionalismo herdado da era Vargas, para frutificar no *messianismo heróico*, encarnado com propriedade por JK:

Tudo isso, assim enunciado sucintamente, poderia ser considerado um sonho irrealizável. No entanto, o *slogan* da minha campanha de candidato – 50 Anos em 5 – foi concretizado integralmente. É nítida a linha divisória que separa duas fases antagônicas da nossa História. Há um Brasil antes de 1956, afundado no marasmo econômico, descrente de si mesmo, e outro Brasil, confiante nas próprias energias, otimista, cioso da sua soberania e consciente do relevante papel que lhe compete representar no concerto das grandes nações. Qual o motivo da súbita mudança de mentalidade? As razões são diversas, mas sobressai-se, entre todas, a construção da nova capital (KUBITSCHKE, 1975. p.15).

A idéia de uma nova capital foi um verdadeiro achado político para JK, pois mobilizava em torno a um objetivo comum o que seu projeto desenvolvimentista precisava

estimular na memória nacional³⁵: a construção de uma *nova nação*, que trocasse o Brasil *real* por um Brasil *ideal*. “Brasília foi, enfim, definida por uma idéia. Transformou-se, portanto, numa utopia. Ora, quem diz utopia, diz arte, diz vontade criadora. A partir daí, todos podemos trabalhar por ela” (PEDROSA, 1981, p. 310). A *interiorização* da capital utilizava a tradição colonial bandeirante de *conquista, ocupação e fundação* de territórios, levando consigo a idéia de um *processo civilizatório*, contrapondo uma cidade moderna a um Brasil arcaico e rural, que precisava da utopia de um futuro melhor.

Brasília não poderia e não deveria ser uma cidade qualquer, igual ou semelhante a tantas outras que existiam no mundo. Devendo constituir a base de irradiação de um sistema desbravador que iria trazer, para a civilização, um universo irrevelado, teria de ser, forçosamente, uma metrópole com características diferentes, que ignorasse a realidade contemporânea e se voltasse, com todos os seus elementos constitutivos, para o futuro (KUBITSCHKE, 1975. p. 62-63).

Freitag nos mostra o *deslocamento* promovido pelo planejamento urbano brasileiro, “transferindo para outro lugar e sob outra forma (espacial) os problemas não solucionados e não conscientizados de sua sociedade” (2002, p. 34, grifo do autor). O *deslocamento* remete sempre a um novo começo, a um *retorno às origens*, mesmo exercício utilizado pela intelectualidade para encontrar a *alma brasileira*.

A geração de arquitetos que assistiu a construção de Brasília alinhava-se, em sua maioria, nas fileiras da esquerda nacional. Muitos eram filiados ao Partido Comunista Brasileiro, entre eles o próprio Niemeyer, Vilanova Artigas, Edgard Graeff e Sérgio Ferro. O papel de Costa na arquitetura brasileira foi o de intermediador influente entre os arquitetos e o Estado, bem como de introdutor e disseminador de um pensamento de vanguarda, ao se filiar ao ideário de Le Corbusier.

As construções atuais refletem, fielmente, em sua grande maioria, essa completa falta de rumo, de raízes... cujo único interesse é documentar, objetivamente, o incrível grau de imbecilidade a que chegamos – porque, ao lado dela existe, já perfeitamente constituída em seus elementos fundamentais, (...) toda uma técnica construtiva, paradoxalmente ainda à espera da sociedade à qual, logicamente, deverá pertencer (COSTA, 1980 apud PEREIRA, 1997, p.81)*.

³⁵ A proposta de transferência da capital do País para o interior já aparecia no ideário da Inconfidência Mineira. Em 1823, José Bonifácio propôs a transferência da Capital para Goiás, sugerindo o nome de Brasília. Adquire legalidade na Primeira Constituição da República de 1891, sendo reiterada pela Constituição de 1934. Além de todos esses fatos, utilizados como justificativa histórica para a construção de Brasília - JK apenas *cumpria os desejos* da nação brasileira -, ainda recuperou-se a profecia mítica de D. Bosco, o que rendeu, e rende até hoje, vínculos mágicos ao lugar.

* COSTA, L. **Razões da Nova Arquitetura**. Arte em Revista. Arquitetura Nova, número 4, agosto 1980, p.15

Sua proposta para o Plano Piloto de Brasília sintetiza o ideário da Carta de Atenas e o bucolismo da cidade-jardim inglesa, presente no cinturão verde que protege as superquadras em Brasília. “A Brasília de Lúcio Costa é uma bela utopia, mas terá ela algo que ver com a Brasília que Juscelino Kubitschek quer edificar?” (1981, p. 307), perguntava-se Mário Pedrosa diante do Plano vencedor. O Relatório do concurso da Capital nos prova o quanto a Brasília idealizada por Costa materializava a Brasília sonhada por JK. O texto é permeado de referências ao imaginário de *conquista*:

A liberação do acesso ao concurso reduziu de certo modo a consulta àquilo que de fato importa, ou seja, à concepção urbanística da cidade propriamente dita, porque esta não será, no caso, uma decorrência do planejamento regional, mas a causa dele: a sua fundação é que dará ensejo ao ulterior desenvolvimento planejado da região. Trata-se de ato deliberado de posse, de um gesto de sentido desbravador, nos moldes da tradição colonial (COSTA, 1957).

De civilização:

Ela deve ser concebida como organismo capaz de preencher satisfatoriamente e sem esforço as funções vitais próprias de uma cidade moderna qualquer, não apenas como *urbs*, mas como *civitas*, possuidora dos atributos inerentes a uma capital (Id.).

E de um Brasil grandioso, uma *nova nação*:

E para tanto a condição primeira é achar-se o urbanista imbuído de certa dignidade e nobreza de intenção, porquanto dessa atitude fundamental decorrem a ordenação e o senso de conveniência e medida capazes de conferir ao conjunto projetado o desejável caráter monumental. [...] não no sentido de ostentação, mas no sentido da expressão palpável, por assim dizer, consciente, daquilo que vale e significa (COSTA, 1957).

A repercussão de Brasília foi indiscutível: projetou a arquitetura brasileira para o mundo, reafirmando o que já vinha se desenhando desde o MESP. O sucesso obtido pela arquitetura moderna dentro e fora do país dava aos arquitetos brasileiros um sentido de afirmação nacional e de manifestação cultural original, ao mesmo tempo em que lhes retirava a capacidade crítica. Vemos um tom messiânico ecoar das palavras de Artigas, enfatizando a *reconquista* de uma *nação* brasileira, *nova* porque *universal*:

A arquitetura brasileira tem serviços prestados à nacionalidade nesse sentido. Mostrou ao mundo admirado que o Brasil pode erguer-se para o conceito de universal de nações, com linguagem própria, na qual o brasileiro e o universal se casam harmoniosamente. Ontem, construímos timidamente alguns edifícios; hoje, construímos Brasília – uma cidade inteira – com argumentos nossos. De casa em casa, de cidade em cidade, ficai certos, ajudaremos a reconquistar o Brasil para os brasileiros (ARTIGAS, 1999, p. 120).

Foi Ferreira Gullar quem alertou para os perigos de acreditarmos na nossa propaganda e ficarmos cegos para a tendência estetizante da arquitetura brasileira e da impossibilidade de trazer à pauta os reais problemas sociais existentes:

[...] Essa noção estetizante da arquitetura está profundamente arraigada à experiência brasileira atual, em consequência mesmo das origens dessa arquitetura e das condições econômico-sociais do país. [...] Num país onde a boa arquitetura [...] *não pode ser feita*, os arquitetos foram naturalmente levados a desenvolver em seu trabalho aquele aspecto que menos depende das soluções complexas: o aspecto formal (GULLAR, 1965, apud Pereira, 1997, p. 37, grifo do autor)*.

É nessa tensão que Niemeyer constrói sua carreira de grande arquiteto e escritor prolixo, onde se equilibra na difícil relação entre suas convicções marxistas e a realidade burguesa de sua obra edificada.

É evidente que não podemos analisar a arquitetura brasileira sem antes considerar o sistema social que ela representa, com a predominância do particular sobre o coletivo, com os privilégios de classe e os contrastes de miséria e riqueza que caracterizam o mundo capitalista. Escrever sobre a nossa arquitetura sem abordar tais problemas nos levaria a atribuir-lhe deficiências que ela apenas reflete, a culpá-la sem razão desses contrastes de palácios e favelas que nossas cidades exibem, a assumir uma posição de alheamento injustificável. É isso explica meu empenho em tentar comentá-la dialeticamente... (NIEMEYER, 1977, apud PEREIRA, 1997, p. 139)*.

Desde a Pampulha, quando conheceu JK e abriu caminho para Brasília, Niemeyer veio amadurecendo seu trabalho, convencido de que sua contribuição dentro de uma sociedade capitalista só poderia se dar como denúncia de uma base social injusta: “Se a miséria existe – como ocorre entre nós – ela [a arquitetura] não a deve esconder e sim denunciar”(NIEMEYER, 1977, apud PEREIRA, 1997, p. 138)^{*1}. Preferiu investir no seu aspecto formal, consciente de construir uma síntese estética entre a Modernidade e a tradição barroca brasileira, trazendo à luz o domínio técnico do Brasil com o concreto armado. Brasília foi a grande prancheta onde ele desenvolveu essa tese, já explicitada dez anos antes:

* GULLAR, F. **Cultura posta em questão**. 1965, p.35-41.

* NIEMEYER, O. **Considerações sobre a arquitetura brasileira**. Revista Módulo. número 44. dezembro 1976/janeiro1977, p.38.

*¹ Id., p.36-7.

[...] a arquitetura no Brasil, superando a fase do funcionalismo ortodoxo, agora está em busca de expressões plásticas. É a extrema maleabilidade dos atuais métodos de construção, aliada ao nosso amor instintivo pela curva – uma verdadeira afinidade com o barroco dos nossos tempos coloniais – que sugere as descontraídas formas de um novo e surpreendente vocabulário plástico. Baseada não em caprichos, mas em tecnologia contemporânea, aplicada com criatividade à solução de problemas espaciais, é que emerge uma arquitetura real – uma verdadeira obra de arte [...] Eu teria gostado muito de estar numa posição em que pudesse apresentar uma conquista mais realista: um trabalho do tipo que refletisse não apenas aprimoramentos e conforto, mas também uma colaboração positiva entre o arquiteto e a sociedade como um todo (NIEMEYER, p. 123)^{*2}.

É inegável que, lado a lado com suas convicções políticas, a sinceridade artística de Niemeyer fez saltar suas formas curvas do espaço arquitetônico para o imaginário brasileiro. Artigas constata a transformação da coluna do Palácio da Alvorada em símbolo do moderno e do novo por todo o povo. Para ele, a arquitetura ocidental nos prova que “ela é o projeto que a sociedade se impõe e que o construtor representa em um edifício” (ARTIGAS, 1999, p. 120). Brasília teria conseguido, então, exprimir plasticamente os anseios da sociedade brasileira:

[...] é também inegável que, quanto melhor a arquitetura brasileira atual, principalmente através do gênio de Niemeyer, explora aspectos de nosso passado histórico, de nossa experiência histórica com a forma arquitetônica, mais ela ganha liberdade para a criação de novos símbolos que melhor exprimam o sentido ou a qualidade do projeto da arquitetura brasileira em seu conjunto (ARTIGAS, 1999, p. 120).

A maior contradição de Brasília talvez esteja na concepção mesma de uma cidade total, concebida historicamente num espaço democrático da sociedade brasileira, mas que representava uma intenção ditatorial. Argan coloca a fatalidade a que todo plano urbano está submetido: sem uma idéia de futuro, não pode haver plano; no entanto, seu planejador vive um presente, com uma imagem mnemônica do passado e uma imagem eidética do futuro. Isso implica que o plano em si não é um projeto, porque considera o futuro como “perspectiva histórica do agir presente”, não permitindo à sociedade a que se destina o direito de organizar a própria existência (ARGAN, 2001, p.50).

A realização global de um plano (valha Brasília como exemplo) é um erro, até porque implica um ato de império político: a fixação monumental de uma situação histórica na figura da capital substitui a realidade social pela abstração do Estado, e é preocupação primordial dos regimes ditatoriais (Id., p.49, grifo do autor).

A instauração do Regime Militar pega Brasília com apenas quatro anos de vida, após um período turbulento da política brasileira e ainda em plena fase de consolidação

^{*2} Apud PAPADAKI, S. **The Work of Oscar Niemeyer**. 1950.

como capital do País. A assunção dos militares e a interrupção da democracia não impediram que a cidade continuasse servindo simbolicamente à nação. Afastando-se da intelectualidade que, diferentemente da aproximação do período Vargas, agora representava subversão³⁶, o Regime Militar celebrou a modernização e o crescimento do Brasil e manteve, por outras vias, uma afinidade com a utopia de Brasília, que não mais apontava na mesma direção.

O “país que vai para frente” da canção reiterava a idéia de *nação e progresso*: o “futuro como promessa de redenção” se adaptou tão bem à cidade utópica modernista, que talvez sua arquitetura concreta e seus largos espaços em avenidas lembrem hoje mais a desolação dos vinte anos de ditadura do que a fé visionária da era JK. Pode ser que como capital e símbolo do País, ela nos lembre o quanto de autoritarismo sempre esteve presente em nossas vidas.

Teriam sido estes anos apenas um desagradável acidente em um processo inelutável do desenvolvimento econômico, social e político, tal como as teorias do desenvolvimento dos anos 1950 e 1960 fariam supor? Ou, ao contrário, teriam sido eles uma simples volta a um padrão recorrente e mais profundo da sociedade ou da cultura brasileira, por natureza autoritária e incapaz de evoluir para uma ordem democrática estável?(...) trata-se de uma característica mais permanente e profunda do autoritarismo brasileiro, e por isto fadada a persistir, fazendo com que o prognóstico de nossa incipiente democracia seja necessariamente pessimista? (SHWARTZMAN, 1988, apud PEREIRA, 1997, p. 177)*.

Até aqui, aproximamos discursos e fatos que viabilizaram Brasília na solidão do planalto central; mas não citamos os vazios que não construíram sua história. Quem sabe, o País não tenha dado ainda a oportunidade que Brasília merece: o cumprimento de seu destino de centro político-administrativo de um país que não duvide mais de sua democracia. Brasília é filha de um período democrático e, no entanto, não só não foi fruto de uma escolha democrática da sociedade, como representou a implantação autoritária de um plano urbano.

³⁶ O arquiteto Sérgio Ferro expressou assim a decepção de uma geração: “Brasília marcou o apogeu e a interrupção dessas esperanças: logo freamos nossos tímidos e ilusórios avanços sociais e atendemos ao toque militar de recolher”. FERRO, S. **Arquitetura Nova**, Arte em Revista, n° 4, agosto 1980, p.90. (Apud PEREIRA, 1997. p.110).

* SHWARTZMAN, S. **Bases do Autoritarismo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Campus, 1988. p.9.

Um *transplante bem-sucedido* – sucesso seguramente resultante da combinação de inúmeros fatores que não costumavam andar juntos, dentre eles, o ânimo cooperativo de uma esquerda que apostava nos efeitos positivos da modernização capitalista em curso, impulsionada por um Estado forte e desenvolvimentista. O que redundou, entre outros ‘desvios’, na enorme *carga simbólica* da arquitetura brasileira moderna, muito mais institucional e monumental do que propriamente social, apesar da fala utópica de praxe (ARANTES, 2001, p. 105).

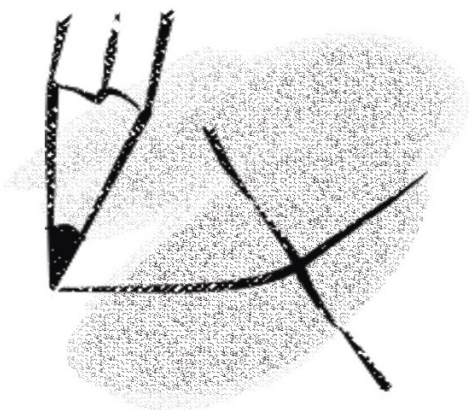
Martins sugere que tanto a rejeição total quanto a defesa incondicional de Brasília não faz jus à Cidade. Acusar a arquitetura moderna da não realização da utopia social reduz a crítica a uma argumentação que se esgota nela mesma, impedindo avaliações mais sutis. Por outro lado, o tombamento do espaço urbano em seu todo demonstra uma não compreensão da complexidade do plano proposto. Ele observa que a afinidade entre Costa e Le Corbusier parece ter ido muito além das questões funcionais e tecnológicas mais discutidas: centrava-se também na noção de beleza. Le Corbusier defendia, em seu livro *Urbanismo*, a necessidade de se colocar a *alma da cidade* acima do *mecanismo da cidade*, reconhecendo aí o que tem vocação à perenidade, o que *é inútil aos gestos práticos da existência*. Costa teria realizado essa distinção entre *civitas*, na monumentalidade proposta ao centro político-administrativo de Brasília, o Eixo Monumental, e *urbs*, flexibilizando progressivamente as determinações espaciais, desde a rigidez das superquadras até a liberdade das casas no Lago (MARTINS, 2004, p.82).

Dessa forma, há uma entrelinha no Plano Piloto que permitiria ler a poética da *urbs*, o espaço onde a vida social ganha e dá forma à cidade. Essa leitura dedica à Costa um papel de “protagonista da aventura da modernidade” (Id., p. 82), e, de certa forma, explica a singeleza de sua fala ao retornar à Brasília em 1988:

Eu caí em cheio na realidade, e uma das realidades que me surpreenderam foi a rodoviária, à noitinha. [...] Isso tudo é muito diferente do que eu tinha imaginado para esse centro urbano, uma coisa requintada, meio cosmopolita. Mas não é. Quem tomou conta dele foram esses brasileiros que construíram a cidade e estão ali legitimamente. [...] E eu fiquei orgulhoso disso, fiquei satisfeito. É isto. Eles estavam com a razão, eu é que estava errado. Então, eu vi que Brasília tem raízes brasileiras, reais, não é uma flor de estufa como poderia ser, Brasília está funcionando e vai funcionar cada vez mais. Na verdade, o sonho foi menor do que a realidade. A realidade foi maior, mais bela [...] (COSTA, 1991, p. 8).

Brasília parece condensar em seu espaço urbano as dicções e contradições desse mito de origem, o que talvez represente a maior prova de nossa “condenação à modernidade”, como queria Pedrosa: “O nosso passado não é fatal, pois nós o refazemos todos os dias. E bem pouco preside ele ao nosso destino. Somos, pela fatalidade mesma de nossa formação, *condenados ao moderno* (1981, grifos do autor). Mas se a Modernidade se

assenta na mudança, o que significa de fato essa condenação? Se o presente refaz o passado todos os dias, a fatalidade está naquilo que permanece em nós, na forma de mitos que se reificam como uma dimensão profunda da memória nacional.



Narrativas Urbanas

Marco Pólo descreve uma ponte, pedra por pedra.
-Mas qual é a pedra que sustenta a ponte? – pergunta Kublai Khan.
-A ponte não é sustentada por esta ou aquela pedra
– responde Marco -, mas pela curva do arco que estas formam.
Kublai Khan permanece em silêncio, refletindo. Depois acrescenta:
-Por que falar das pedras? Só o arco me interessa.
Pólo responde:- Sem pedras, o arco não existe.

Ítalo Calvino, p. 79

Brasília é um lugar instigante. O que, à primeira vista, mais nos impacta na Cidade? Talvez a maior das estranhezas, a que suscita outras tantas, seja sua espacialidade diferenciada, suas longas avenidas despovoadas, suas superquadras e seus vazios, resultado do traçado urbanístico de Lúcio Costa. Podemos pensar também em sua arquitetura tão especial, fruto da personalidade e estilo de Oscar Niemeyer, reconhecidamente o arquiteto brasileiro de maior prestígio internacional. Os dois aspectos se amalgamam a tal ponto que determinaram a imagem de Brasília³⁷.

A vida na Cidade se mostra rica em experiências singulares: a convivência entre pessoas do Brasil inteiro, a cidade de longas avenidas em velocidade, a vida sem surpresas da cidade planejada. Da chegada do *candango* até a assunção do *brasiliense* passaram-se 45 anos - somente agora começa a se formar a segunda geração de nascidos na Cidade, ainda sem um sotaque próprio.

Seus habitantes são pessoas vindas de várias partes, atraídas, em sua maioria, pela oportunidade de emprego estável junto ao Estado. Elas trazem consigo a naturalidade de outros espaços urbanos do País e, em geral, não se reconhecem como brasilienses,

³⁷ É fácil constatar que a maioria das pessoas não sabe identificar quem fez o quê em Brasília. A confusão é tamanha, que até um autor como Bauman comete o erro de afirmar, em seu livro *Globalização*, que o projeto urbano da Cidade é de Oscar Niemeyer.

mesmo que gostem da Cidade³⁸. Acrescente-se a alta rotatividade de grande parcela da população de funcionários públicos – mesmo nas classes mais baixas a migração ainda é forte -, e temos um sentimento geral de não pertencimento ao lugar, de uma cidade da qual não se tomou posse.

Brasília não se esgota numa primeira enumeração. Há muitas outras características, mais silenciosas, que exigem uma leitura atenta: como vivem as pessoas em Brasília, como interagem e realizam sua espacialidade única? A Cidade que habita em cada um de nós pode se enriquecer de inúmeros significados, como afirma o poeta: “Braxília não, Braxília é sonho. A cidade que cada um de nós pode inventar e construir, sem tijolos e sem dor. A utopia dentro da utopia, como se isso fosse possível” (BERH, s/data).

Primeiramente, somos tocados pelo espaço e forma do lugar. Mesmo sabendo que a cidade é muito mais complexa do que sua arquitetura, ela é a forma visível de qualquer cidade. A arquitetura é, entre todas as artes, aquela que está mais próxima, no sentido mesmo da expressão: ela se faz presente em nossa vida cotidiana. “O arquiteto é uma espécie de produtor teatral, o homem que planeja os cenários para as nossas vidas” (RASMUSSEN, 1998, p. 8)³⁹.

Não só Brasília, mas todas as cidades ainda exercem um fascínio sobre o homem, a despeito de suas contradições. A cidade espelha em suas ruas as mazelas de nossa sociedade. Mostra a dor e o prazer do cotidiano de milhões de pessoas que se esbarram por espaços urbanos que muitas vezes transcendem a materialidade de seus territórios. Queremos buscar a matéria ímpar da sociabilidade que é gerada na vivência *do* e convivência *no* espaço urbano, pensá-la como condição de possibilidade para a vida na cidade.

As pessoas reafirmam o princípio da vida social pela lida no espaço cotidiano, onde a existência adquire corpo e a espacialidade concreta da cidade vira sinônimo de sociabilidade, de cotidiano anônimo, de um ir e vir que se manifesta na presença do outro.

³⁸ Dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios indicam que 48% da população do DF já são nascidos em Brasília. As regiões que mais contribuem na migração são a Nordeste, com 26,7% da população total, e a Sudeste, com 13,7% (PDAD, 2004, p.56).

³⁹ Essa metáfora tem uma dupla leitura: tanto constata a intimidade da arquitetura em nosso dia-a-dia, quanto remete a cena teatral a uma idéia de espaço artificial. A segunda visada se encaixa no contexto de Brasília, que além de ser uma cidade projetada - o que já acentuaria a artificialidade -, possui uma inegável teatralidade em sua arquitetura moderna.

A vida na cidade pressupõe um compartilhamento de experiências em comum, que unificam percepções, constroem memórias, fazendo com que ganhe vida nas representações sociais de seus habitantes. Esse processo é recíproco, pois as pessoas devolvem à cidade, nas maneiras de usá-la, entendê-la e defendê-la, o carinho e a gentileza que dela recebem. A imagem que aí se forma, no entanto, é muito maior do que suas fronteiras⁴⁰. Para Brasília, essa questão se impõe de forma mais radical, na medida em que é a capital do Brasil, o que opera uma enorme expectativa em todos os brasileiros.

A Cidade inteira se traduz para o País na imagem do Palácio do Planalto, que aparece diariamente na mídia nacional. Não é a vida microscópica e cotidiana que vai ao ar nos noticiários. A mídia reitera no imaginário de milhões de brasileiros o grande cenário construído artificialmente, onde se descortinam os descaminhos político-administrativos do País. As ações do Estado acabam vinculadas à sua imagem, assim como o comportamento dos brasilienses fora da Cidade; mas a Brasília que nós vivemos acontece no silêncio não midiático do cotidiano de seus habitantes.

Às representações sociais da cidade, vai se somar o que sua história legou à memória coletiva de seus moradores. A memória compartilhada entre um grupo é o lugar onde se verifica seus vínculos identitários e a intensidade das interações sociais, pois é somente na dinâmica dessas relações que a memória coletiva se conforma. Para Brasília, o desafio da construção de uma memória coletiva é ainda maior, talvez mais por suas características espaciais do que por seu pequeno tempo de existência.

O espaço público é o lugar do encontro, da troca, da possibilidade de interação com o outro. Daí a relevância de pensá-lo não somente como espaço físico na cidade, mas perceber suas influências enquanto espaço político de diálogo e conflito de um grupo social. Isso implica, no caso de Brasília, pensar a cidade modernista de grandes espaços vazios, sem ruas nem praças, mas pensá-la também como cidade que abriga o poder do Estado, exercendo, por isso, um papel nacional.

A utopia modernista, que pretendia que a arquitetura determinasse mudanças na sociedade, esvaneceu-se em Brasília. A intenção de produzir espaços que reduzissem as distâncias sociais e permitissem a convivência entre classes diferentes foi realizada ao

⁴⁰ Simmel vê a cidade como um lugar cosmopolita, pois a concentração de pessoas implica, entre outros fatores, difusão. “Nas relações que a cidade estabelece para além de seus limites originais é que se estabelece quais são verdadeiramente os seus limites, o seu amplo raio de atuação, que reverte de volta ao núcleo irradiador e dá a sua dimensão verdadeira” (WAIZBORT, 2000, p. 333).

avesso, pois os menos privilegiados residem na periferia, muitas vezes em condições de extrema pobreza. A ironia é que Brasília talvez seja o lugar, entre todas as grandes cidades brasileiras, onde a segregação social é mais evidente, precisamente porque seu espaço urbano explicita-a muito claramente. O Plano Piloto delimita-se como um lugar espacialmente diferenciado das cidades-satélites.

A segmentação funcional, interna ao Plano, se expande como muros invisíveis no entorno da Cidade, concretizando-se em segmentação social para fora de seus limites. A palavra já diz: segmentar é separar, fracionar, desunir o que poderia estar junto. Hoje, não interessa apenas constatar se Brasília cumpriu, ou não, a distância entre intenção e realização de seu projeto. Importa perceber como, de fato, as pessoas interagem na Cidade, o valor que atribuem ao espaço urbano, as soluções que a vida cotidiana impõe.

Todos esses conceitos fornecem o grande painel teórico, que subsidiou a construção da pesquisa empírica – **espaço, sociabilidade, memória, representação social e espaço público**. O aparente desaparecimento de Brasília, ao longo dos textos que se seguem, é uma suspensão metodológica, pois reservei o confronto final para o último capítulo. Ressalvo, no entanto, que Brasília esteve comigo nas escolhas dos autores e conceitos e que as “narrativas urbanas” que surgiram, sussurram a Cidade em suas entrelinhas.

I ESPAÇO E SOCIABILIDADE⁴¹

Em Raíssa, cidade triste, também corre um fio invisível que,
por um instante, liga um ser vivo ao outro e se desfaz,
depois volta a se estender entre pontos em movimento,
desenhando rapidamente novas figuras de modo que
a cada segundo a cidade infeliz contém uma cidade feliz
que nem mesmo sabe que existe.

Ítalo Calvino. As Cidades Ocultas. p. 136.

Começamos por habitar-nos, tendo nosso corpo e alma como morada. Esse estar no mundo exige um lugar: o espaço habitado traz consigo a noção de casa. A casa, como a imagem desse acolhimento, se desdobra em outros espaços com os quais nos relacionamos - cidade, mundo, universo⁴². Ao movimento exterior, corresponde um movimento interior: o canto do mundo pode estar em qualquer pequeno espaço onde nos protegemos e nos voltamos para nossa solidão. A existência nos remete sempre à imperfeição, à inexistência da casa ideal.

Se, como queria Proust, só desejamos o paraíso porque ele foi perdido, estamos condenados a ser eternamente Adão em sua busca. Essa “errância do espaço” nos mostra como o mito de Adão é uma aventura espacial e coletiva. “O mito da Terra prometida e sua inscrição espacial ligam assim, de modo inexorável, os indivíduos e o território” (MAFFESOLI, 1984, p.56). A *casa social* é a cidade, aquela onde trocamos afetos, criamos raízes, nutrimos ódios e paixões.

Maffesoli afirma que esta vivência do espaço cotidiano, quando a vida adquire *corpo*, é “uma ‘casa’ objetiva e subjetiva onde uma socialidade é vivida diariamente, na palidez e no brilho, fundada, como toda situação mundana, no limite” (MAFFESOLI, 1984, p. 58). A cidade é a casa compartilhada, como a imagem que medeia nosso eterno habitar, o lugar necessário para o constante devir.

⁴¹ Coube uma escolha quanto à palavra adotada ao longo do texto. Entendo não haver diferenças conceituais entre a “socialidade” em Maffesoli e a “sociabilidade” de Simmel. Optei pela última por motivos meramente formais, por acreditar tratar-se de palavra mais familiar e disseminada na língua portuguesa.

A metáfora da porta, de Simmel, ilustra a quebra entre o natural e o construído, a instauração da forma pela mão do homem, quando o espaço ganha corpo e se delimita entre o *espaço finito* – delimitado, construído – e o *espaço infinito* – ilimitado, continuum:

A Porta representa de maneira decisiva como o separar e o ligar são apenas dois aspectos de um mesmo e único ato. O homem que primeiro erigiu uma porta ampliou, como o primeiro que construiu uma estrada, o poder especificamente humano ante a natureza, recortando da continuidade e infinitude do espaço uma parte e *con-formando-a* numa determinada unidade segundo *um* sentido (Apud CONTARDI, 1984, p.1, grifos do autor)*.

Não é só o espaço que nos conforma. Juntos, espaço e tempo conjugam a grande equação humana de ser no mundo; mas não estamos sós. Bichos coletivos que inventam deuses, que criam ritos e que morrem, somos seres sociais que caminham sobre a terra. Nossa sociabilidade se dá no encontro com esse solo-mãe, nosso abrigo e morada, e é nele que buscamos fincar raízes. A cidade é o lugar por vocação da espacialidade e o que possibilita a idéia de *rural*.

Toda a tradição das representações bucólicas, de Hesíodo à idealização contemporânea da natureza, é uma criação urbana (MAFFESOLI, 1984, p. 58-9). Assim, o campo ganha sentido em contraponto ao mercado, onde circulam mercadorias e desejos. “[...] um território se delimita pelas várias polaridades bem marcadas, que geram o que chamamos de socialidade” (Id., p. 59).

Sociabilidade é o modo como os homens articulam *espaço* e *tempo* para criar vínculos de identificação entre si e o mundo. É onde se dá a produção da vida social, que Maffesoli chama de “‘enraizamento dinâmico’, bipolaridade que especifica, de modo exemplar, o antagonismo paradoxal de toda existência” (Id., p.57, grifo do autor). Ao articular essas duas dimensões, a espacialização é o antídoto para a passagem do tempo, fundada no estar-junto que nos configura como sociedade. É como nos reconfortamos na ilusão de frear o tempo, ao ritualizarmos o cotidiano e construirmos juntos uma base real onde se dá o social, o familiar, o próximo, o local – a casa imperfeita.

Simmel considera o espaço como uma das condições da sociedade:

⁴² Bachelard nos revela “como habitamos o nosso espaço vital de acordo com todas as dialéticas da vida, como nos enraizamos, dia a dia, num ‘canto do mundo’. Porque a casa é o nosso canto do mundo. Ela é, como se diz amiúde, o nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos” (1957, p.24).

* SIMMEL, G. **Brücke und Tür**, In: Der Tag, 1909. In: ARGAN, G. Prefácio. História da Arte como História da Cidade.

[...] A interação converte o espaço, antes vazio, em algo cheio para nós, já que faz possível a referida relação [...] Assim, ao procurarmos conhecer as formas de sociação, temos de inquirir a importância que as condições espaciais de uma sociação têm no sentido sociológico, para suas qualidades e desenvolvimentos (SIMMEL, apud MORAES Filho, 1983, p. 24).

O conceito de *socialização*, também traduzido como *sociação*, enfatiza a idéia do processo, do movimento, do *fazer-se* da sociedade, inserindo a questão do tempo como uma “concepção dinâmica e relacional de sociedade como socialização” (WAIZBORT, 2000, p.106-107). *Estática* e *dinâmica* viram categorias sociológicas em Simmel, diretamente vinculadas ao mundo moderno, já que na fase pré-moderna tudo era sólido e fixo. O dinheiro simbolizará mais que tudo a interação e mobilidade entre os homens, sendo uma forma de socialização fundamental e de enorme sentido sociológico. *Proximidade* e *distância* são relações que ele utiliza para captar o mundo e a vida com uma mirada microscópica.

Para a compreensão do tecido real das sociabilidades humanas e de sua variedade e mobilidade indescritíveis, o mais importante é aguçar o olhar para esses rudimentos e transições, para as formas relacionais simplesmente sugeridas e novamente submersas, para suas configurações embrionais e fragmentárias (SIMMEL, 1908, apud WAIZBORT, 2000, p. 99)*.

A sociedade é fruto da interação entre os homens, motivados por certos impulsos na qual a forma ganha vida própria. Simmel identifica essa motivação como “tudo que está presente nos indivíduos [...] sob a forma de impulso, interesse, propósito, inclinação, estado psíquico, movimento [...]” (1983, p.166), que não são sociais por si, mas sim *fatores de sociação*. São eles que transformam um agregado de homens isolados em formas agrupadas de interação.

Aí está a base da sociedade, que se faz no “estar com um outro, para um outro, contra um outro [...]” (1983, p. 168). A sociabilidade é, portanto, o fenômeno em que as formas ganham autonomia desses conteúdos e passam a existir por si mesmas, com características de jogos sociais, que a torna uma *forma lúdica de sociação*.

* SIMMEL, G. **Soziologie**. 1908, p.132.

A sociabilidade se poupa dos atritos com a realidade por meio de uma relação meramente formal com esta. Ainda que exatamente por isso, essa relação formal extrai da realidade [...] uma importância e uma riqueza de vida simbólica e lúdica que são tanto maiores quanto mais perfeita ela é. Um racionalismo superficial procura sempre essa riqueza apenas entre os *conteúdos* concretos. Como não a encontra ali, prescinde da sociabilidade como de uma tolice superficial. Contudo, não deixa de significar algo que em muitas – talvez em todas – as línguas européias, sociedade designa simplesmente uma reunião *sociável*. É claro que qualquer sociedade, política, econômica, ou qualquer que seja a descrição de seus objetivos, é uma “sociedade”. Mas apenas a sociável é “uma sociedade” sem outras qualificações (SIMMEL, 1983, p. 169).

Entretanto, existem limiares na sociabilidade. Como complexo dinâmico de “idéias, forças e possibilidades”, o homem possui esferas diferenciadas de existência. Seja em suas qualidades objetivas – ser político e econômico, membro da família e de grupo profissional -, seja nos aspectos interiores e subjetivos de sua personalidade, o homem sociável não está em nenhum desses lugares, pois só existe nas relações sociáveis. Os limiares da sociabilidade estão colocados quando esse homem interage motivado por propósitos objetivos ou subjetivos. “Em ambos os casos, a sociabilidade deixa de ser o princípio formativo e central de suas associações e se torna, no melhor dos casos, uma conexão formalista e superficialmente mediadora” (SIMMEL, 1983, p. 171). A essa determinação negativa, Simmel encontra não uma motivação, mas um resultado positivo na troca de valores sociais que se oferecem e se recebem com a sociabilidade, configurando-se como um exercício restrito de democracia entre os homens; pois é um jogo que só se realiza dentro de um mesmo estrato social:

A sociabilidade [...] cria um mundo sociológico ideal, no qual o prazer de um indivíduo está intimamente ligado ao prazer dos outros. Em princípio, ninguém pode encontrar satisfação aqui se esta tem de ser realizada à custa de sentimentos diametralmente opostos aos que o outro pode ter (1983, p. 172).

É na metrópole, a cidade moderna que cresceu vertiginosamente, que Simmel encontra um campo profícuo para pensar as relações do homem lançado na multidão. Apenas uma parte do homem se amalgama na massa, onde cresce uma racionalidade necessária à lida com a velocidade e intensidade da vida moderna; mas uma grande parte de sua personalidade se preserva no espaço interior do ser, uma “propriedade privada”, onde ele controla também racionalmente o acesso (Apud WAIZBORT, 2000, p. 319). As relações emocionais íntimas são da ordem do individual, enquanto que as relações racionais transformam os homens e as coisas em números. As condições de vida na metrópole são reguladas por um calendário estável e impessoal que impede que a vida na cidade se faça caos.

Pontualidade, calculabilidade, exatidão, são introduzidas à força na vida pela complexidade e extensão da existência metropolitana [...]. Tais traços também devem colorir o conteúdo da vida e favorecer a exclusão daqueles traços e impulsos irracionais, instintivos, soberanos, que visam a determinar o modo de vida de dentro, ao invés de receber a forma de vida geral e precisamente esquematizada de fora (SIMMEL, 1902, p. 17).

O comportamento cotidiano ganha uma reserva e uma estilização, cujo contraponto é a liberdade individual⁴³. Por isso, o moderno é ambíguo, precisamente porque cria uma tensão entre o individualismo *quantitativo* – essa liberdade individual – e o *qualitativo*, o espaço do indivíduo diferente e único. A liberdade e a mobilidade só são possíveis pela ampliação dos círculos sociais. Na cidade pequena, há limites de movimento e de relações exteriores ao círculo, e de autonomia e diferenciação em relação ao seu interior, o que nos remete ao enfraquecimento dos vínculos sociais e ao aparecimento da *solidariedade orgânica* em Durkheim.

O homem na cidade moderna transita entre a mais alta impessoalidade e subjetividade. A proximidade física e restrição do espaço tornam mais perceptível a distância espiritual⁴⁴. Portanto, a liberdade na multidão é também a experiência da solidão, que “[...] raramente surge de modo tão decisivo e penetrante como quando nos sentimos estranhos e sem relações em meio a muitos homens que estão fisicamente muito próximos – como num grupo social, no trem, na grande multidão na rua” (SIMMEL, 1908, apud WAIZBORT, 2000, p. 324)*.

Bauman define essa característica como a mais constante na história das cidades: “são espaços em que estranhos permanecem e se movimentam em íntima e recíproca proximidade” (2003, p. 129). O autor afirma que estranhos não são uma invenção moderna, e sim sua permanência nessa condição, sendo fonte de enorme ansiedade e agressividade, pois “aumenta em grande medida a eterna incerteza das buscas existenciais de todos os habitantes” (BAUMAN, 2003, p.129). Nunca se sabe ao certo suas intenções;

⁴³ Sennet destaca como as mudanças no comércio varejista determinaram alterações profundas nas interações sociais dos consumidores. O surgimento das lojas de departamento e dos preços fixos no século XIX é responsável pela perda do caráter sociável das negociações com preços livres, hábito típico do século XVIII e que ainda resistia nos estabelecimentos varejistas e nas feiras livres de então (1974, p. 179-189).

⁴⁴ Simmel define essa nova sensibilidade do habitante da cidade moderna como a base do caráter *blasé* - a indiferença diante de tudo e de todos -, pois a intensidade e velocidade dos estímulos deixam os nervos incapacitados para novas respostas. “O *blasé* é insensível. Assim como o dinheiro, ele não liga para as pequenas diferenças e distinções, para as qualidades individuais [...]. *Blasé*: fastigado, indiferente, insensível, saturado, lasso” (WAIZBORT, 2000, p.328, grifo do autor).

* SIMMEL, G. **Soziologie**. 1908, p.96-7.

no entanto, não há saída: somos, a todo o momento, instados a compartilhar o espaço com estranhos, a encontrar soluções de convivência diária que tornem a vida suportável.

Apesar de diferentes, o *estranho* de Bauman se encontra no *estrangeiro* de Simmel⁴⁵, na medida em que todo estrangeiro também é um estranho na cidade, alguém com quem não se compartilha a familiaridade das coisas. O fascínio que as cidades exercem sobre as pessoas faz com que a cidade seja palco permanente de novos entrantes e, conseqüentemente, de novas visões que estranham o que é natural para o habitante do lugar: “os recém-chegados são inimigos da tranquilidade e da autocondescendência” (BAUMAN, 2003, p. 128). São elementos que constituem e estruturam o próprio grupo, pois representam um papel inegável nas interações sociais. Para o bem ou para o mal, o estrangeiro estabelece as “relações de reciprocidade, elementos de base de qualquer sociabilidade” (MAFFESOLI, 2004, p. 44-5, grifo do autor).

Simmel analisa as noções de *proximidade e distância, vizinhança e isolamento*, percepções espaciais e sociais que ganham na metrópole novas dimensões. A vida com o espaço se altera na mesma proporção que os laços sociais se modificam e são muitos os fatores que influenciam essa dinâmica. De fato, percepções espaciais estão longe de ser apenas um dado objetivo e impessoal da realidade. “A ‘distância’ é um produto social; sua extensão varia dependendo da velocidade com a qual pode ser vencida [...]” (BAUMAN, 1998, p. 19, grifo do autor).

Na versão clássica de Tönnies sobre a Modernidade, sai a comunidade (*Gemeinschaft*) e entra a sociedade (*Gesellschaft*) para habitar a cidade. Bauman propõe uma leitura complementar dos dois modelos antropológicos de *communitas* e *societas* como “representações de modos complementares de coexistência humana” (2003, p. 93), sendo possível encontrá-los em todo agrupamento humano, em proporções diversas. Isso significa que a *societas*, como forma estruturada e hierarquizada de convívio entre os homens, permite a existência da *communitas*, enquanto grupo desestruturado ou com estrutura rudimentar de organização interna. Mais que permitir, a *societas* precisa da dinâmica da *communitas* para o equilíbrio de suas forças de atração: “São as *societas* com sua rotina e a *communitas* com sua anarquia que, *em conjunto*, numa cooperação relutante

⁴⁵ As reflexões de Simmel sobre o estrangeiro podem ser muito úteis para refletir sobre a pluralidade dos moradores de Brasília, bem como sobre a alta rotatividade de pessoas, seja de estrangeiros em representação diplomática, ou de servidores públicos transferidos, ou ainda de brasileiros que vêm tentar a carreira pública, o que será discutido na terceira parte do Capítulo III.

e dominada pelo conflito, fazem a diferença entre a ordem e o caos” (BAUMAN, 2003, p. 94, grifo do autor).

Nas sociedades tradicionais, a espacialidade era mediada pelos corpos humanos:

O conflito era *cara a cara*, o combate *corpo a corpo*; a justiça era *olho por olho, dente por dente*; [...], a solidariedade *ombro a ombro*, a comunidade *face a face* [...] e a mudança *passo a passo*. Essa situação mudou enormemente com o avanço dos meios que permitiram afastar os conflitos, solidariedades, combates, debates e a administração da justiça para além do alcance dos homens” (BAUMAN, 1998, p. 23-4., grifos nossos).

O espaço torna-se processado pela técnica e a velocidade da ação, normatizado pela autoridade do Estado, organizado pelo planejamento, transcendendo os limites do “homem como medida de todas as coisas”⁴⁶: “Planejado, o espaço moderno tinha que ser rígido, sólido, permanente e inegociável. Concreto e aço seriam a sua carne, a malha de ferrovias e rodovias os seus vasos sanguíneos” (BAUMAN, 1998, p. 24).

A experiência da velocidade ilustra bem o quanto perdemos a referência de nossos corpos. Transportamo-nos rapidamente de um lugar a outro de carro, ônibus, metrô ou avião, o que nos exige pouco esforço físico e quase nenhuma atenção com o que está à volta. “A condição física do corpo em deslocamento reforça a desconexão do espaço” (SENNETT, 1994, p. 18). A segmentação do desenho urbano moderno evitou o contato com estranhos, ao separar as vias públicas e isolar as áreas residências das comerciais. “Através do tato arriscamo-nos a perceber algo ou alguém como estranho. A tecnologia nos permite evitar esse risco” (Id., p. 19). O carro é um exemplo de tecnologia normativa dos corpos: “O automóvel, como um espartilho, também os molda e os conforma a um modelo postural. É um instrumento ortopédico e ortoprático” (De CERTEAU, 1990, p. 240).

Ao espaço planejado, soma-se hoje o espaço *cibernético*, não territorial, o que só fez polarizar ainda mais a condição humana. A instauração do ciberespaço reduziu distâncias temporais e espaciais, tornando extraterritoriais significados de identidade. Isso cria uma liberdade sem precedentes para poucas pessoas, uma elite móvel que pode ter acesso às redes virtuais, enquanto uma maioria silenciosa permanece presa ao solo, sem ao menos perceber os fluxos de poder que essas redes permitem. “A desterritorialização do

⁴⁶ A famosa frase de Protágoras foi citada aqui apenas como metáfora livre para o tema em discussão. Está claro que seu alcance filosófico extrapola em muito o sentido aqui pretendido.

poder anda de mãos dadas, portanto, com a estruturação cada vez mais estrita do território” (BAUMAN, 1998., p. 27).

A segmentação do ciberespaço e suas redes virtuais apenas reiteram o que a realidade do mundo material nos mostra. As metrópoles contemporâneas vivem hoje uma espécie de “guerra espacial” (BAUMAN, 1998. p. 29), com uma visível deterioração da sociabilidade no espaço urbano. Por motivos diversos, que em geral findam por ser também questões econômicas - segregações raciais internas nos Estados Unidos, pressões migratórias nas cidades européias ou desigualdades sociais em países periféricos ao capitalismo -, é crescente o desejo de separar, limitar, segmentar, tudo em nome da segurança e da proteção aos corpos e à propriedade dos indivíduos pertencentes à elite com poder.

Surgem muros, cercas, barreiras físicas de fato ou criadas por outros mecanismos, como o valor imobiliário de regiões da cidade ou mesmo a exclusão pela identidade cultural dos grupos urbanos. São novas categorias de espaços que aparecem na grande cidade, os chamados “espaços proibidos”⁴⁷, todos com a finalidade de separar uns dos outros, protegendo os que se sentem ameaçados de seus “adversários”, equivalentes às muralhas que defendiam as cidades medievais (FLUSTY, 1988, apud BAUMAN, 1998, p.27-8)*.

A incerteza em relação ao futuro, a fragilidade da posição social e a insegurança existencial – ubíquos acessórios da vida na ‘líquida modernidade’ de um mundo notoriamente enraizado em lugares remotos e retirados do controle individual – tendem a se concentrar nos alvos mais próximos e a serem canalizadas para as preocupações com a segurança individual (BAUMAN, 2003, p. 132, grifo do autor).

Vemos, nos grupos que são marginalizados, a formação de guetos urbanos, onde cresce um espírito da *communas*, como uma forma de resistência ao isolamento cultural, psicológico e político a que são submetidos. Esses grupos respondem

⁴⁷ São eles: “o ‘espaço esquivo’ – [...] que não pode ser alcançado, porque as vias de aproximação se contorcem, prolongam ou inexistem; o ‘espaços espinhoso’ – [...] não pode ser confortavelmente ocupado, defendido por grades sobre os muros para afastar vagabundos ou barras inclinadas para impedir que se sentem; ou o ‘espaço nervoso’ – [...] não pode ser utilizado de forma despercebida devido ao ativo monitoramento de patrulhas ambulantes e/ou tecnologias remotas ligadas a estações de segurança” (FLUSTY, 1988).

Exemplos desses espaços são facilmente encontráveis em cidades como Rio e São Paulo e seus condomínios-bunker. Se os espaços proibidos de Flusty nos lembram as cidadelas medievais, analogamente, nos remetem também ao Plano Piloto de Brasília e o tratamento diferenciado em relação às cidades-satélites de seu entorno.

* FLUSTY, S. Building Paranoia. In: ELIN, N. (org.) **Architecture of Fear**, p. 48-9, 51-2.

agressivamente, desafiando a lei, criando rituais próprios que lhes confira a identidade negada pelos outros habitantes da cidade⁴⁸. Bauman vê no processo uma *mixofobia*, que busca a semelhança e igualdade em meio à diferença e variedade. “A atração de uma ‘comunidade de mesmidade’ é a de segurança contra os riscos de que está repleta a vida cotidiana num mundo polifônico. Ela não reduz os riscos, muito menos os afeta” (BAUMAN, p. 134, grifo do autor).

Não apenas o medo fracionou a cidade em grupos. Maffesoli identifica uma “*socialidade* confusa, heterogênea e móvel” no mundo atual, que vê surgir tribos pós-modernas, baseadas na indiferenciação sexual, no sincretismo ideológico e na mobilidade profissional, que “delimitam um novo espírito de época” (2004, p. 67). São territórios demarcados pelo fechamento dado na identificação de estilos de vida, padronização do vestuário ou mesmo da linguagem, mas que reificam o “enraizamento dinâmico” do homem, pois as relações são voláteis e se entrecruzam, atenuam-se e desaparecem. Mais que isso, o uso da palavra *tribo* não é aleatório, porque remete ao nomadismo errante das sociedades na história. A mobilidade constante nas cidades contemporâneas amplia o sentido para toda a sociedade urbana:

O sentimento de pertencer, em uma tal ‘ex-istência’, é menos social ou nacional do que tribal e faz com que cada um seja, numa certa medida, sempre um estranho. E são as justaposições dessas estranhezas que constituem o mosaico paradoxalmente tênue, mas não menos sólido, da sociabilidade pós-moderna (MAFFESOLI, 1997, p. 140, grifo do autor).

A travessia da cidade hoje se revela muito perigosa. A maior ironia da ambigüidade de atração e repulsa do espaço urbano, geradas pela sedução da efervescência da vida urbana e o medo dos riscos a que ficamos expostos na cidade, talvez se reflita na contradição contida na metáfora da *selva de pedra*. A cidade, que trazia consigo o simbolismo de espaço *organizado e racional* pela intervenção humana, em contraponto à natureza *desorganizada e irracional*, é hoje percebida como espaço caótico. Há o medo da cidade-sertão, onde estão cada vez mais presentes a violência e as relações desumanizadas, que inserem no espaço urbano o *status* selvagem da natureza ameaçadora, o mesmo que impulsiona o homem a viver nas cidades. É uma contradição que retira o lugar do homem no mundo. Hoje, a imagem de Rosa se amplia: “O sertão está em toda parte” (1988, p.1).

⁴⁸ Um bom exemplo de *communas* nas metrópoles brasileiras são as favelas do Rio de Janeiro, muitas vezes vizinhas de condomínios sofisticados, delimitando fronteiras, normas internas e rituais próprios, entre outras manifestações de vínculos identitários, que diferenciam seus moradores dos outros habitantes do *asfalto*.

II

MEMÓRIA E IMAGEM DA CIDADE

Uma descrição de Zaíra como é atualmente
deveria conter todo o passado de Zaíra.
Mas a cidade não conta o seu passado,
ela o contém como as linhas da mão,
escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas,
nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios,
nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado
por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras.

Ítalo Calvino. As Cidades e a Memória. p. 14-5.

A cidade é o espaço concreto onde se dão relações de identidade entre homens e pedras. Entendê-la como um fato histórico e cultural é apreendê-la no seu aspecto formal e visível – sua arquitetura -, mas também como produção humana, um artefato único e exclusivo, reflexo da dinâmica de uma dada sociedade.

Como artefato, é obra de arte dos homens, na medida em que reflete a história de um grupo num determinado lugar, entendido como o espaço concreto e singular onde se dá a arquitetura da cidade. A arquitetura ganha em complexidade, pois deixa de ser simplesmente a forma da cidade, mas elemento constitutivo do espaço urbano, que é, por natureza, coletivo:

A cidade é um fato natural como uma gruta, um ninho, um formigueiro. Mas também é uma obra de arte consciente, e contém dentro da sua estrutura comunal muitas formas de arte mais simples e mais pessoais. [...] a cidade registra a atitude de uma cultura e de uma época diante dos fatos fundamentais da existência. [...] A cidade tanto é uma comodidade física para a existência coletiva como um símbolo dos propósitos e unanimidades coletivos que surgem sob tais condições favoráveis. Com relação até a própria língua, ela continua sendo a maior obra de arte do homem (MUNFORD, 1961, p.15).

As relações de identidade se reproduzem por todo o espaço urbano, deixando sua marca nos objetos que nos circundam, desde móveis, ornamentos e utensílios até a roupa que vestimos, tudo finda por ser o conjunto de costumes de determinado grupo. Como uma “sociedade muda e imóvel” de objetos, que não falam, mas são por nós compreendidos (HALBWACHS, 1968, p.138). Todos esses elementos tornam complexa a

forma da cidade para muito além da sua arquitetura, acentuando seu aspecto cultural e histórico de espaço no tempo.

Também são espaço urbano os ambientes das casas particulares; e o retábulo sobre o altar da igreja, a decoração do quarto de dormir ou da sala de jantar, até o tipo de roupa ou de adornos com que as pessoas andam, representam seu papel na dimensão cênica da cidade. Também são espaço urbano, e não menos visual por serem mnemônico-imaginárias, as extensões das influências da cidade além de seus limites [...] (ARGAN, 1984, p. 43).

Desde sempre, os homens ocuparam um espaço e o transformaram a sua imagem, estabelecendo com ele uma relação dinâmica, onde o grupo todo, e não apenas o indivíduo isolado, é também influenciado pelas formas que resistem no tempo: “ele se fecha no quadro que construiu” (HALBWACHS, 1968, p. 139). Não é o indivíduo, mas os grupamentos humanos que representam o espaço a sua maneira:

[...] Todas as ações do grupo podem se traduzir em termos espaciais, e o lugar ocupado por ele é somente a reunião de todos os termos. Cada aspecto, cada detalhe desse lugar em si mesmo tem um sentido que é inteligível apenas para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outro tanto de aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade, ao menos, naquilo que havia nela de mais estável (Id., p.139).

Abordar a cidade como uma “categoria da prática social” (RONCAYOLO, apud LEPETIT, 1996, p. 83)* é enxergá-la como uma progressão narrativa no tempo, onde o presente é “um trabalho continuado de reinterpretação dos lugares”. Afinal, toda cidade é também sua história: “A cidade é o produto de toda uma história que se cristaliza e manifesta. O que interessa não é tanto sua fundação, em geral lendária, quanto seu desenvolvimento, ou seja, suas mudanças no tempo”, diz Argan (1984, p.244). Lançada em sua história, a cidade cresce, se transforma, adquire memória e consciência sobre si mesma. Os motivos originais de sua fundação não desaparecem; ao contrário, consolidam-se ao modificar-se com a história de seu desenvolvimento.

Somando-se à memória, a atualidade da cidade se renova na interação dos grupos sociais com o espaço urbano, onde as modalidades de apropriação e re-significação permitem que a cidade seja sempre contemporânea de si mesma. A temporalidade urbana reúne diferentes cronologias no presente. De sua fundação aos dias de hoje, a cidade atualiza práticas e estruturas sociais passadas, permitindo verificar o quanto do passado se faz presente em seus habitantes. “As sociedades urbanas não se alojam em conchas vazias

* RONCAYOLO, M. *La Ville et ses Territoires*. Paris, 1990, p.33.

encontradas por acaso: procedem continuamente a uma reatualização e a uma mudança de sentido das formas antigas. Elas as reinterpretam” (LEPETIT, 1996, p.147).

Não estamos acostumados a pensar em memória como um dado coletivo. Cada um de nós possui uma memória que narra fatos de sua vida pessoal, onde tomam lugar as lembranças que não se confundem com a de outros. “Não é na história apreendida, é na história vivida que se apóia nossa memória” (HALBWACHS, 1968, p. 64). No entanto, o fato de fazer parte de vários grupos sociais nos fornece muitos pontos de referência para além da memória individual. Compartilhamos lembranças impessoais, que interessam ao grupo, e nas quais a memória individual irá alimentar-se. A memória coletiva pertence a todo grupo e não é um mero somatório das memórias individuais. Seus limites de tempo e espaço são mais flexíveis e remotos (HALBWACHS, 1968, p. 57-8).

Há também os fatos históricos, os quais não vivemos necessariamente, mas que carregamos conosco como uma memória emprestada. Acontecimentos, que nos são narrados pelos jornais e livros ou pelos que ali estiveram presentes, fazem parte de uma “memória da nação”. Podem-se distinguir, então, dois níveis de memória bem distintos: um interior, pessoal e autobiográfico; e outro exterior, social e histórico. Enquanto o primeiro está contido no segundo e possui um quadro completo e denso, o segundo é bem maior e nos apresenta um passado esquemático.

É preciso, ainda, distinguir entre a História⁴⁹ escrita nos livros e a história vivida, aquela que ainda permanece na memória dos homens. A História escrita recorta o passado e descreve os “fatos que ocuparam o maior espaço na memória dos homens” (Id., p. 85). Há muito mais entre a História escrita e o que vivemos hoje, visível nos rostos, nos lugares, nos modos de sentir e agir.

A memória individual cresce no presente, mas alimenta-se do passado, atualizando-o conforme as lembranças. Dá-se uma reconstrução agora, onde várias representações distintas se misturam entre depoimentos e dados racionais, entre fatos imaginados ou sonhados. E muitas dessas lembranças nos são dadas pelos adultos com quem convivemos desde a infância. “Mas então, a parte do social ou, se quisermos, do

⁴⁹ Utilizo a palavra História com maiúscula, sem a “concordância do autor”, para enfatizar que Halbwachs se refere ao registro e análise dos fatos passados da Ciência História. A história contada por contemporâneos colabora com a memória coletiva e são relatos que, no futuro, servirão de documentos históricos para a História.

histórico em nossa memória de nosso passado, é muito maior do que pensávamos” (HALBWACHS, 1968, p. 76).

Essa parte social advém de todos os grupos que estão entre o indivíduo e a nação. “Os grupos dos quais faço parte nas diversas épocas não são os mesmos. Ora, é do ponto de vista deles que considero o passado. É preciso, então, que à medida que estou mais engajado nesses grupos e que participo mais estreitamente em sua memória, minhas lembranças se renovem e se completem” (Id. p. 79).

Mas a memória coletiva não se confunde com a memória histórica, pois enquanto a primeira é uma corrente viva de lembranças, a segunda só registra o que já não é contado pela tradição, quando se desfaz a memória social. De fato, a expressão memória histórica é quase uma contradição dos termos, na medida em que História não é memória, mas um recorte temporal feito por homens que não participaram dos fatos narrados. Enquanto a memória coletiva não ultrapassa nunca os limites do grupo a que pertence, “já que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém” (Id. p. 86), a História é sempre escrita por alguém que não participou da vida daquele grupo e lida por outro ainda mais distante do grupo e de quem escreveu.

Isso tudo se dá pelos limites da vida humana no espaço e no tempo. A memória coletiva “é o grupo visto de dentro”, por um período que não excede a duração de uma vida, ao contrário da História, que examina os grupos de fora. Ela desenha um quadro que se desenrola no tempo, mas cuja narrativa se faz reconhecível pelo grupo, formando um quadro de analogias que o mantém como se ele tivesse permanecido o mesmo. As mudanças devem ser aparentes, para que o conteúdo se mantenha com os traços fundamentais do grupo.

Sem dúvida, ele está sob a ação de uma ilusão quando crê que as analogias sobrepujam as diferenças, porém lhe é impossível dar-se conta disso, uma vez que a imagem que fazia de si mesmo outrora, transformou-se lentamente. Mas, quer o quadro seja ampliado ou restrito, em nenhum momento se rompeu e podemos admitir sempre que o grupo fixou apenas pouco a pouco sua atenção sobre parte de si mesmo, que passariam de outra feita para segundo plano (HALBAWCHS, 1968, p. 93).

Rossi amplia o conceito de memória coletiva para toda a cidade. A memória coletiva é a própria transformação da cidade no tempo. Assim como a memória percorre a vida de um homem, a cidade possibilita a união entre passado e futuro, fazendo de sua

realidade presente a concretização da memória coletiva, expressa “em seus fatos únicos, em seus monumentos e na idéia que temos deles” (ROSSI, 1966, p. 200).

[...] como a memória está ligada a fatos e lugares, a cidade é o ‘locus’ da memória coletiva. Essa relação entre o ‘locus’ e os cidadãos torna-se, pois, a imagem predominante, a arquitetura, a paisagem; e, como os fatos fazem parte da memória, novos fatos crescem juntos na cidade. Nesse sentido, de todo positivo, as grandes idéias percorrem a história da cidade e a conformam (ROSSI, 1966, p. 198, grifos do autor).

No entanto, os homens resistem às mudanças bem mais que as pedras. Os hábitos locais tendem a preservar o espaço, pois ele é o reflexo de seus movimentos e pensamentos, sua memória da vida cotidiana. O espaço transfigurado afasta o conhecido e as tradições, ao contrário do espaço que mantém a segurança do reconhecível. “As pedras e os materiais não vos resistirão. Mas os grupos resistirão, e, deles, é com a própria resistência, senão das pedras, pelo menos de seus antigos arranjos na qual vos esbarreis” (HALBWACHS, 1968, p. 143).

Se, como afirma Maffesoli, toda cidade é dada no presente, é um instante no tempo - “espaço é tempo que se cristaliza” (2004, p. 65) -, é preciso encontrar o sentido de suas permanências⁵⁰, daquilo que a memória coletiva preserva e sustém. Os elementos permanentes que as cidades mantêm ao longo de sua história podem estar não somente em seus monumentos, mas também no traçado de seu plano ou em suas ruas e na memória de seus habitantes. Os fatos urbanos históricos, antigos ou não, conservam uma vitalidade contínua e sua permanência significa que o passado ainda é presente, ou seja, o sentido do que permanece é traduzido no valor e no significado dado aos fatos urbanos pelos habitantes da cidade.

O conceito de *locus* usado por Rossi tenta abranger a complexidade dos fatos urbanos – sua arquitetura, suas permanências, sua história -, indicando um espaço de uso e sentido dado pela memória. Outros autores percorreram o mesmo caminho, como Certeau, que opôs o espaço ao lugar, como a geometria ao movimento, o silêncio à fala, o estado ao percurso: espaço é “o lugar praticado” (CERTEAU, 1990, p. 202). Essa definição nos remete aos sentidos de familiaridade e convivência, que se dá, por exemplo, na passagem da rua geométrica traçada no plano urbanístico para sua apropriação real em espaço pelos pedestres.

⁵⁰ Cf. a Teoria das Permanências, de Poète e Lavedan, que é ampliada por Rossi para ir além de uma teoria histórica (ROSSI, 1968, p. 49- 58).

Augé busca superar o conceito de lugar na antropologia, definido como “o lugar do sentido inscrito e simbolizado” (AUGÉ, 1992, p. 76), enriquecendo-o com os sentidos do espaço vivido de Certeau, para identificar o *não-lugar* como “espaços constituídos em relação a certos fins (transporte, trânsito, comércio, lazer) e a relação que os indivíduos mantêm com esses espaços” (AUGÉ, 1992, p. 76). Aponta ali uma tensão solitária, em contraponto ao social orgânico do lugar antropológico, onde não se dão vínculos de identidade com o lugar⁵¹.

A vida de todo o dia cria muitas vezes preferências, escolhas inconscientes, aparentemente arbitrárias ou mesmo involuntárias. É no ritmo cotidiano que os habitantes estabelecem com a cidade que se dá “a sensação do que realmente significa estar-na-cidade e de que incrível conjunto de pequenos mitos, ritos, tabus, complexos positivos e negativos resulta nosso comportamento de habitantes da cidade” (ARGAN, 1984, p. 232). A experiência individual permite uma infinita variedade de valores simbólicos, cada um dos habitantes da cidade construindo uma cidade invisível, onde se misturam também a imaginação e o sonho.

Cada um de nós, em seus itinerários urbanos diários, deixa trabalhar a memória e a imaginação: anota as mínimas mudanças, a nova pintura de uma fachada, o novo letreiro de uma loja [...]; lembra-se de como era aquela rua quando, menino, a percorria para ir à escola ou quando, mais tarde, por ela passeava com a namorada; ou o famoso incêndio, o crime de que falaram todos os jornais, etc (ARGAN, 1984, p. 232-3).

Para melhor apreender os aspectos simbólicos da memória coletiva e entender suas intersecções com a memória individual, podemos aproximá-la das representações sociais, que nascem nas interações sociais dos homens nos lares, nas ruas, em suas instituições, ou seja, no chamado espaço público⁵². Elas rerepresentam o mundo do sujeito social, interpretando e dando sentido ao espaço ao seu redor.

Construir representações sociais envolve, ao mesmo tempo, a proposição de uma identidade e uma interpretação da realidade. Isso significa que, quando sujeitos sociais constroem e organizam campos representacionais, eles o fazem de forma a dar sentido à realidade, a apropriá-la e interpretá-la. [...] eles também dizem quem são, como entendem a si mesmos e a outros, como se situam no campo social e quais são os recursos cognitivos e afetivos que lhes são acessíveis em um dado momento histórico (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 177).

⁵¹ Apesar do conceito querer abranger espaços contemporâneos como aeroportos, estradas, supermercados e shopping centers - entre outros lugares não identitários, não relacionais e não históricos -, o “não-lugar” enriquece a análise dos espaços funcionalistas e voluntaristas da arquitetura moderna.

⁵² O conceito de *espaço público* será mais bem desenvolvido na terceira parte deste Capítulo.

As representações são constituídas, simultaneamente, de três elementos: a cognição, os afetos e a ação. Por serem uma forma de apropriação da realidade, envolvem o desejo de saber e entender as coisas, a si mesmo e ao outro. Se falamos em desejo de saber, falamos de emoções e paixões que motivam o ato de conhecer: “Representar algo não é apenas a árida construção de um mapa cognitivo; é um ato que vem de gente que pensa e sente, que tem motivos e intenções, que sustenta uma identidade e vive em um mundo social” (Id., p. 177). A concretude do ato de representar se dá na ação de sujeitos que falam e se relacionam, ou seja, é na sociabilidade mesma que se constroem as representações.

Há uma tendência em tratar como crenças não racionais manifestações como ideologias, saberes populares ou senso comum, alerta-nos Moscovici. Disso resulta uma busca de explicação social para as formas de pensamento não racional, reservando ao individual as formas de pensamento racional. “Isto quer dizer que as representações sociais são racionais, não por serem sociais, mas porque elas são coletivas. [...] é somente dessa maneira que os homens se tornam racionais, e um indivíduo isolado e só não poderia sê-lo” (MOSCOVICI, 1994, p. 11).

Podemos dizer, então, que as representações são “atos de saber e afeto” (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 177), saberes sociais que fazem parte tanto da cultura popular quanto da erudita ou científica. Suas estruturas simbólicas se organizam em campos de redes semânticas, que estão circunscritos na história e nas tradições de determinada sociedade e variam conforme o posicionamento social dos sujeitos. “As redes semânticas que organizam o campo simbólico adquirem configurações diversas, que variam em complexidade e em como a experiência imediata é utilizada para construir a representação de um objeto dado” (Id., p. 176).

As representações sociais não excluem o poder das estruturas sociais, nem conferem uma autonomia ilimitada aos sujeitos. Sua flexibilidade reconhece o homem como “sujeito da sociedade e da história e ao mesmo tempo sujeito à sociedade e à história” (MOSCOVICI, 1994, p. 41). A teoria permite, desta forma, transitar entre o individual e o coletivo, identificando uma interação dialética entre esses dois domínios simbólicos:

[...] o individual e o coletivo não é somente do domínio da experiência de cada um, mas é igualmente realidade fundamental da vida social. Além do mais, todas as culturas que conhecemos possuem instituições e normas formais que conduzem, de uma parte, à individualização, e de outra, à socialização. As representações que elas elaboram carregam a marca desta tensão, conferindo-lhe um sentido e procurando mantê-la nos limites do suportável. Não existe sujeito sem sistema nem sistema sem sujeito (MOSCOVICI, 1994, p. 12).

Encontramos a mesma tensão dialética das representações sociais no conceito de *habitus*⁵³ em Bourdieu, que enfatiza a posição social do sujeito como base de uma matriz de percepções, avaliações e ações, que pode trabalhar, simultaneamente, para realizar tarefas infinitamente diversificadas, a partir da experiência material e objetiva da base econômica da formação social em questão. Ele o define como um “sistema das disposições socialmente estruturadas e estruturantes, (que) constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (BOURDIEU, 1999, p.191, grifo meu).

Toda a simbólica produzida por uma sociedade estará determinada pelo conjunto de suas condições objetivas, sejam econômicas, sociais ou culturais. O *habitus* quer retirar a aura do indivíduo singular e descobrir a coletividade na individualidade (BOURDIEU, 1999, p. 342). É interessante aproximar o *habitus* das atribuições de sentido das práticas sociais no espaço urbano, porque, ao negar a autonomia do discurso individual, ele politiza o símbolo, retirando resquícios puramente oníricos, para lançá-lo na concretude das condições de possibilidade da vida real.

Bourdieu vê a base de trocas simbólicas nas estruturas objetivas, reconhecendo uma autonomia relativa no sentido construído nas relações sociais:

A lógica das relações simbólicas impõe-se aos sujeitos como um sistema de regras absolutamente necessárias em sua ordem, irredutíveis tanto à regra do jogo propriamente econômico quanto às intenções particulares dos sujeitos [...] as relações de sentido que se estabelecem no interior da margem restrita de variação deixada pelas condições de existência, apenas exprimem as relações de força, sujeitando-as a uma transformação sistemática. Tratar-se-ia, portanto, de estabelecer de que maneira a estrutura das relações econômicas pode, ao determinar as condições e as posições dos sujeitos sociais, determinar a estrutura das relações simbólicas que se organizam nos termos de uma lógica irredutível à lógica das relações econômicas” (BOURDIEU, 1999, p. 25).

⁵³ É em Erwin Panofsky que Bourdieu encontra o conceito de *habitus*. Em seu estudo sobre a iconografia medieval, em que aproxima o pensamento escolástico da arquitetura gótica, Panofsky utiliza o conceito para explicar a cultura disseminada pela escola, não somente como um “código comum” ou um “repertório comum de respostas a problemas comuns”, mas sim “[...] um conjunto de esquemas fundamentais, previamente assimilados, a partir dos quais se engendram, segundo uma arte da invenção semelhante à da escrita musical, uma infinidade de esquemas particulares, diretamente aplicados a situações particulares” (BOURDIEU, 1999, p. 349).

Os homens, relacionando-se entre si, estabelecem diferentes trocas, desde as inerentes à esfera mercantil até as mais afetivas e próximas. Assim, o indivíduo desenvolve com a cidade um *habitus* e estabelece uma relação circular determinante e determinada entre esse *habitus* e as práticas dele decorrentes, configurando formas de sociabilidade na vida cotidiana da cidade; mas essa determinação não pode ser definitiva, pois a sociedade não é imóvel. É preciso encontrar aí o que não se cristaliza e se abre à mudança: o movimento.

Da mesma forma que a memória coletiva, as representações sociais alimentam-se, *no presente, do passado*. A *fluidéz* do presente se mescla com a *fixidez* do passado na vida cotidiana, re-significando suas tradições. Isso quer dizer as representações são inseparáveis das interações cotidianas, que refletem tradições estabelecidas na memória coletiva. É nessa base, entre a constância e a mudança, que se fazem as representações. “Para além das estruturas dadas da vida social, elas oferecem a possibilidade da novidade, da autonomia, daquilo que ainda não existe, mas poderia existir. Elas são, neste sentido, uma relação com o ausente e um meio de evocar o possível” (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 41). Daí a importância da noção de conflito para a teoria das representações sociais. Ela explica o dinamismo da sociedade e oferece a abertura para a mudança e o novo.

Moscovici reforça o conflito como fator constituinte das sociedades, mostrando que as representações tornam possível a socialização: “O papel das representações partilhadas é o de assegurar que sua coexistência é possível” (1994, p.12). As representações são sempre um processo de mediação social, onde se dão as trocas simbólicas e se delimita tanto uma identidade própria, quanto uma interpretação de realidade.

Seja no *locus* de Rossi, no espaço de Certeau ou no lugar de Augé, será lá que os homens atribuirão valor e significado aos territórios, construirão suas memórias e representações sociais e desenvolverão um *habitus* em relação a eles. É no uso do *locus* no espaço urbano que estruturamos nossa experiência dos lugares, que lhes damos sentido e valor. A cidade é, antes de tudo, uma dimensão da própria existência, não é uma mera

função utilitária⁵⁴. “A função não outorga o significado, mas simplesmente a razão de ser” (ARGAN, 1984, p. 230).

No entanto, a relação funcional com a cidade - aparentemente natural - é uma invenção do século XVIII, quando surge o planejamento urbano como instrumento de atuação no espaço em benefício dos habitantes. “Todo esse século procura mostrar a influência da configuração espacial sobre a felicidade ou a infelicidade dos homens em sociedade” (LEPETIT, 1996, p. 77). Souza demonstra como o urbanismo é, ele mesmo, uma poderosa representação social, que aglutina “forma, conteúdo e pensamento na forma da cidade” (1997, p. 109).

O perigo de abstrações como *função urbana* afasta da cidade o seu lado mais íntimo, fazendo prevalecer seu aspecto técnico e útil, que a transforma numa *máquina de morar*. “São justamente essas abstrações que corroem em profundidade o conceito histórico de cidade, porque o afastam das experiências e, portanto, da consciência” (ARGAN, 1984, p. 230). Desvendar o funcionalismo como um paradigma histórico é enriquecer de possibilidades a leitura urbana.

Lepetit sugere a aplicação de uma hermenêutica urbana, identificando os processos de atribuição de sentido das práticas sociais no espaço urbano, que pode se somar às relações de tempo e memória que medeiam os grupos sociais e seus lugares (LEPETIT, 1996, p. 84-5)⁵⁵. Defende a preservação das experiências, deixando que o passado reavive “suas potencialidades não realizadas” (Id., p. 189), para que seja possível esperar um futuro melhor. Só assim, o presente volta a dar e ganhar sentido na vida de todo dia.

⁵⁴ Argan explicita a diferença entre *valor* e *função*, analisando o *valor da função* – o uso imediato e prático que faço do lugar – e a *função do valor* – os sentidos e significados que atribuo ao lugar. “Isso explica por que uma arquitetura pode conservar o valor estético inclusive quando cessa sua funcionalidade objetiva – como o Coliseu, justamente, que conservou e talvez até aumentou seu valor estético, embora já não sirva para os espetáculos de circo” (ARGAN, 1984, p. 229).

⁵⁵ Lepetit sugere uma fusão da proposta hermenêutica de Paul Ricoeur e os estudos da memória coletiva de Maurice Halbwachs. “Com isso, a relação funcionalista das sociedades com o espaço, hoje paralisante tanto na ordem da ação como na do conhecimento, parecerá apenas aquilo que ela é: um caso particular, histórica, cultural e socialmente situado, das operações sociais de atribuição de sentido aos lugares” (LEPETIT, 1996, p. 84-5).

III

VIDA COTIDIANA E ESPAÇO PÚBLICO

Um mapa de Esmeraldina deveria conter,
assinalados com tintas de diferentes cores,
todos esses trajetos sólidos ou líquidos,
patentes ou escondidos.
Mas é difícil fixar no papel os caminhos das andorinhas,
que cortam o ar acima dos telhados,
perfazem parábolas invisíveis com as asas rígidas,
[...], sobranceiam todos os pontos da cidade
de cada ponto de suas trilhas aéreas.

Ítalo Calvino. As Cidades e as Trocas. p. 84

É a vida de todo dia que precisa ganhar visibilidade e sentido nos estudos da cidade. Pensar em como os homens se relacionam em determinado espaço urbano significa tentar perceber movimentos por vezes sutis que se escondem nas representações sociais da cidade. “A forma cotidiana de lidar com os espaços é a forma de significá-los” (GOMES, 2001, p. 230).

São as “maneiras de fazer”, entendidas aqui como ações cotidianas que representam modos operados nas relações sociais e não no sujeito autor da ação, sendo cada individualidade “o lugar onde atua uma pluralidade incoerente [...] de suas determinações relacionais” (De CERTEAU, 1990, p. 38).

Em contraponto à “microfísica do poder”⁵⁶, onde Foucault identifica uma “rede de vigilância dos aparelhos produtores de disciplina”, Certeau se interessa pelos procedimentos populares, pequenos e cotidianos, que jogam com esse poder disciplinar na forma de uma “rede de uma antidisiplina” (Id., p. 42), formada das astúcias dos consumidores que não se conformam com ela. “Essas ‘maneiras de fazer’ constituem as mil práticas pelas quais os usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sócio-cultural” (Id., p. 41, grifo do autor).

⁵⁶ Utilizamos a citação de Certeau, quando se refere tanto a “Vigiar e Punir” quanto a “Microfísica do Poder”, ambos livros de Michel Foucault. Apesar do interesse de seu trabalho, nosso foco aqui está centrado nas pesquisas de Certeau, e não permite maiores aprofundamentos na obra de Foucault.

Certeau faz uma leitura poética e otimista que retira a imobilidade do *poder que está em toda a parte*. Entre consumidores e cidadãos, há um espaço de liberdade não consentida, que opera cotidianamente às margens da sociedade de consumo de massa⁵⁷, formado de “histórias e operações heterogêneas que compõem os *patchworks* do cotidiano” (De CERTEAU, 1990, p. 46), que contradizem leituras estatísticas homogeneizantes da massa marginalizada: “Essa marginalidade se tornou maioria silenciosa” (Id., p.44).

Tentando resgatar a sabedoria do homem ordinário, Certeau identifica as delimitações estabelecidas pelo discurso científico na universalidade abstrata do homem comum na multidão, característica da Modernidade:

Lentamente os representantes que ontem simbolizavam famílias, grupos e ordens, se apagam da cena onde reinavam quando era o tempo do nome. Vem então o número, o da democracia, da cidade grande, das administrações, da cibernética. Trata-se de uma multidão móvel e contínua, densamente aglomerada como pano inconsútil, uma multidão de heróis quantificados que perdem nomes e rostos tornando-se a linguagem móvel de cálculos e racionalidades que não pertencem a ninguém. Rios cifrados da rua (De CERTEAU, 1990, p.58).

O que Certeau nos mostra de fundamental, e que queremos remeter especificamente no contexto do espaço urbano, é o perigo da homogeneização contida no projeto modernista⁵⁸, que o urbanismo tão bem ilustra em suas práticas. O esforço em quebrar esse paradigma histórico fez o autor penetrar nos espaços da vida cotidiana, para observar as sutilezas *consentidas* no dia a dia, “as *combinatórias de operações* que compõem também (sem ser exclusivamente) uma cultura” (Id., p. 38, grifos do autor).

São as operações simples do cotidiano, como caminhar pela cidade, que Certeau toma em analogia à fala: “O ato de caminhar está para o sistema urbano como a enunciação está para a língua ou para os enunciados proferidos” (Id., p.177). As trajetórias são narrativas não conscientes que, como as palavras, remetem à ausência do que já passou.

⁵⁷ Entendemos *consumo* como todas as relações que os homens estabelecem na sociedade e não somente em suas relações econômicas. Implica lembrar de “A Economia das Trocas Simbólicas”, em que Bourdieu amplia o sentido do mundo econômico para todas as esferas da vida, das mais pessoais às mais institucionais, e dos estudos de Simmel na “Filosofia do Dinheiro”, onde identifica o dinheiro como o maior símbolo da impessoalidade das relações modernas.

⁵⁸ É a Cidade-conceito, citada anteriormente na segunda parte do Capítulo I deste trabalho.

Esses praticantes jogam com espaços que não se vêem; têm dele um conhecimento tão cego como no corpo-a-corpo amoroso. Os caminhos que se respondem nesse entrelaçamento, poesias ignoradas de que cada corpo é um elemento assinado por muitos outros, escapam à legibilidade. Tudo se passa como se uma espécie de cegueira caracterizasse as práticas organizadoras da cidade habitada. As redes dessas escrituras avançando e entrecruzando-se compõem uma história múltipla, sem autor nem espectador, formada em fragmentos de trajetórias e em alterações de espaços [...]. Uma cidade *transumante*, ou metafórica, insinua-se assim no texto claro da cidade planejada e visível” (De CERTEAU, 1990, p.171-2, grifos do autor).

Certeau persegue o homem ordinário, aquele que desaparece na multidão das grandes cidades, já sem o susto do “homem na multidão” de Poe⁵⁹; mas percebe um movimento silencioso nessa massa. Interessa-nos aqui observar principalmente como se dão as interações cotidianas no espaço da cidade, com a delicadeza de um olhar que capte essas operações significantes, que podem estar nas caminhadas, nas trocas sociais, enfim, no uso cotidiano da cidade.

Como no teatro, o espaço urbano é cenário e agente no processo. Gomes chama de “cena pública” esse espaço onde se processa a mistura social. É um lugar físico, que orienta as práticas e os comportamentos, onde se dão os conflitos, os debates, os diálogos – a problematização da vida social. São lugares públicos de encontro e comunicação:

De fato, essa cena é uma espécie de discurso que se constrói por meio de certos gestos, pela maneira de se apresentar (em grupo, sozinho, com a família etc), pelas atividades desenvolvidas; pelas imagens criadas e lidas a partir de certos elementos, como roupas e acessórios; e pelos comportamentos, a maneira de falar e se conduzir em face da diversidade de circunstâncias oferecidas nesse espaço. Os itinerários, os percursos, as paradas são igualmente significativos, demonstrando uma escolha, uma forma de particularizar e valorizar diferencialmente esse espaço. Em suma, essas manifestações são formas de ser nesse espaço (GOMES, 2002, p. 164-5).

Em princípio, entende-se o *público*, em contraponto ao privado, como um lugar a que todos têm acesso, que pertence a todos. No entanto, essa simples acepção não o diferencia do *comum* ou do *coletivo*, nem explica porque nem o acesso é livre, nem pertence a todos. A idéia de uma coletividade que se reúne em torno a uma identidade nos remete ao conceito de *comunitas*, um grupo de iguais que compartilha uma mesma afinidade. No entanto, o público é, principalmente, regulamentado pela lei,

⁵⁹ Benjamim refere-se à obra de Poe, O Homem na Multidão, como uma das versões mais antigas do tema na literatura. O texto constrói uma imagem ameaçadora da multidão de Londres, o qual Baudelaire tenta seguir com o tipo do *flâneur*. Enquanto esse último ainda passeia pela Paris do século XIX, percebendo traços do tempo antigo, o homem na multidão de Poe tem algo de maníaco e assustado. Para cada tipo, a sua cidade: “Londres tem o homem da multidão. Nante, o homem de plantão na esquina, personagem popular da Berlim anterior a 1848, é de certo modo sua antítese: o flâneur parisiense está entre os dois” (BENJAMIM, 1955, 50-2).

firmado por um contrato entre partes diferentes, traduzindo antes uma *societas*, uma associação entre aliados.

Há duas dimensões para se pensar esse lugar de reunião e encontro da sociedade. Podemos entender o *espaço público* como um espaço de interação social que se funda no discurso político, num lugar social que se constitui em diferentes esferas, sempre relacionadas com a vida pública, inclusive a da mídia⁶⁰. Outra perspectiva localiza o espaço público especificamente na cidade - cafés, bares, praças e ruas -, contrapondo-o à intimidade da vida familiar e íntima.

Gomes defende uma aproximação dessas duas dimensões, agregando ao sentido de espaço público urbano, um aspecto imaterial e abstrato, ao mesmo tempo em que não o desvincula do seu aspecto físico e material (2002, p. 161-2). A proposta torna mais complexa a leitura social do espaço público, pois reconhece uma interação estreita entre a interpretação das representações surgidas no discurso público e as mudanças que esse discurso impõe ao espaço físico. Aponta para a estreita ligação entre esse conceito e a cidade:

Civilidade, urbanidade ou polidez. Estas denominações não deixam dúvidas a propósito da origem espacial desse tipo de comportamento, a cidade, este universo de trocas cotidianas e reguladas. É por intermédio da civilidade, seu emprego ou uso que surge a possibilidade de diálogo e que se opera a transformação desse lugar de contato e de mistura em espaço público, terreno fundamental da vida social democrática. O espaço público é assim a *mise-em-scène* da vida pública, desfile variado de cenas comuns onde nos exercitamos na arte da convivência. O lugar físico orienta as práticas, guia os comportamentos, e estes por sua vez reafirmam o estatuto público desse espaço, e dessa dinâmica surge uma forma-conteúdo, núcleo de uma sociabilidade normatizada, o espaço público (Id., p. 163-4, grifo do autor).

É no espaço de co-presença, de compartilhamento social, que pressupõe uma suspensão do íntimo em favor do público, que vemos crescer a individualidade e o anonimato. Para Sennett, esse processo se iniciou no século XIX, com as transformações promovidas pelo capitalismo industrial, alterando hábitos de consumir, habitar ou vestir. Foi dessa forma que “a personalidade se tornou uma categoria social, e assim foi introduzida no domínio do público” (SENNETT, 1974, p. 188), criando as bases para o declínio da cultura pública do século XX.

⁶⁰ Vários autores trabalham nessa direção, a exemplo de Hannah Arendt e Habermas. Este último trabalha mais especificamente com a idéia de *esfera pública burguesa*, em seu livro *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Aqui optei por usar a expressão *espaço público*, para reforçar que nossa referência principal é física. Para uma discussão mais aprofundada, ver LEITE, R. **Espaço Público e Política dos Lugares**. Usos do patrimônio cultural na reinvenção contemporânea do Recife Antigo.

É na Paris de Haussman que Sennett busca entender o fenômeno da segmentação urbana, a atomização da cidade como a consequência mais visível do impacto dessas transformações. Pelo súbito crescimento e adensamento da população e o aumento da divisão do trabalho, surgem áreas separadas por necessidades comerciais e habitacionais, dividindo casas em apartamentos ocupados por uma vizinhança homogênea. São os *quartiers*⁶¹, que findam por isolar a população por classes: “A população de Paris, ao se tornar cada vez mais densa, tornou-se, ao mesmo tempo, homogeneizada em pequenas glebas e diferenciada de gleba para gleba” (Id., p. 172).

A burguesia acabou confinada aos *quartiers*, enquanto os trabalhadores se reuniam em outros bairros. Os cafés, que antes eram lugares barulhentos e de convívio social, onde se ia após o trabalho, agora avançam pelas calçadas dos grandes bulevares haussmanianos e ganham uma clientela de classe média e alta. Instaura-se o silêncio e a intimidade propiciada pelo isolamento:

As pessoas fugiam do parlatório familiar para o clube ou o café, à cata de sua privacidade. O silêncio, portanto, superpunha o imaginário público e privado. O silêncio torna possível que se fosse ao mesmo tempo visível aos outros, e isolados dos outros. Aqui estava o nascedouro de uma idéia que o moderno arranha-céu [...] completa de modo lógico (Id., p. 268-9).

Já Habermas vê um deslocamento da divisão do mundo do trabalho da família para o mercado, rompendo os laços familiares no círculo da produção econômica e fazendo surgir a “esfera pública burguesa”, que ganha um novo espaço de sociabilidade pública, política e cultural. O autor também destaca os cafés franceses e ingleses, aonde acontecia o encontro entre comuns, para exercer o debate e a troca de informações, antes restrita à aristocracia. É ali que a burguesia reivindica seu espaço político para assegurar suas atividades econômicas. Dessa forma, o espaço público não se define simplesmente como oposto ao privado, mas sim como o lugar onde se encontram sociabilidades privadas em público (LEITE, 2001, p. 151).

O surgimento de políticas públicas de assistência social acentua uma “esfera íntima” da família, que se “desprivatiza” na medida em que depende cada vez mais dessas políticas. Há uma “re-funcionalização” do espaço público, onde a separação do privado e do público se obscurece, e uma ênfase na função de consumo, que toma o lugar da comunicação pública. Assim, a difusão dos meios de comunicação de massa penetra a intimidade familiar, fazendo do consumo uma apropriação fragmentada e individual de

⁶¹ Expressão francesa que significa frações menores que bairros.

informações. O espaço urbano responde a essas mudanças fazendo com que os espaços de lazer se tornem espaços para uma privacidade pública, que Habermas denomina “privacidade sob holofotes” (1996, apud LEITE, 2001, p. 153).

Embora aparentemente Sennett e Habermas cheguem à mesma conclusão, há uma diferença fundamental entre os dois enfoques. Enquanto Sennett aponta para um “esvaziamento” da cultura pública e para a exacerbação da intimidade, falando em “espaço público morto”, Habermas identifica um “deslocamento” do espaço público urbano para a política institucional e para os meios de comunicação de massa. Essa diferença possibilita entender o espaço público como um fato social dinâmico, “como espaço social de interações e reivindicações de diferentes pontos de vista”, que pode desenvolver outras formas de expressão (1996, apud LEITE, 2001, p. 154-5).

O que de fato esses autores reafirmam é o surgimento de uma nova idéia de política, cidadania e vida social no projeto da Modernidade⁶². Não cabe, então, a idéia de desaparecimento ou decadência do espaço público, mas antes observar sua transformação e constatar que “esse ‘projeto’ permaneceu, a despeito de algumas controvérsias, como imagem ideal da vida coletiva, imagem social e imagem física” (GOMES, 2002, p.173, grifo do autor).

A cidade contemporânea é hoje um espaço fragmentado, havendo uma predominância de espaços que são *comuns*, mas não *públicos*. Verifica-se hoje um isolamento em modelos de lugares que se redefiniram, como ruas restritas e *shopping centers*, exemplos de espaços públicos de acesso restrito, por proibições explícitas ou vigiadas e por outras mais sutis, de ordem simbólica e econômica.

Gomes afirma que “há um recuo da idéia fundadora de cidadania que organizou a cidade e a convivência social nos primeiros anos da Modernidade” e utiliza a expressão “recuo da cidadania” como um processo em curso de encolhimento do projeto social e espacial moderno, ou seja, o próprio espaço público (2002, p. 174).

O autor sistematiza quatro processos não excludentes, onde se caracteriza esse recuo e as conseqüentes mudanças no espaço público: 1) a apropriação privada dos espaços

⁶² T. H. Marshall, em ensaio clássico, identifica o surgimento de diferentes cidadanias ao longo da história: direitos civis, no século XVIII; direitos políticos, no século XIX; e direitos sociais, no século XX. Sem pretender discutir conceito tão complexo aqui, quero apenas restringir o uso que faço dele nesse texto: “A cidadania é um *status* concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o *status* são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao *status*” (MARSHALL, 1949, p. 20, grifos do autor).

comuns, que podemos ver tanto na proliferação de camelôs e guardadores de carro quanto no fechamento de ruas; 2) o avanço das identidades territoriais, grupos de afinidade ou tribos que afirmam identidades sociais na cidade, instaurando o discurso da diferença; 3) o isolamento da vida pública, traduzido nas tecnologias solitárias como telefonia, *walkmans*, *mp3 players*, celulares, internet ou mesmo serviços telemáticos (de compras, bancários, de entrega a domicílio) etc; 4) e o crescimento de ilhas utópicas, empreendimentos imobiliários que oferecem pequenas cidades protegidas da grande cidade (Id., p.176-188).

Holston corrobora com a idéia, enxergando o deslocamento da vida social das praças e ruas para recintos fechados como reflexo do sistema modernista e sua inversão lógica espacial sólido/vazio – figura/fundo praticada⁶³, que hoje ainda inspira os empreendimentos imobiliários dos condomínios fechados, talvez precisamente por isso. Resulta uma indiferenciação arquitetônica entre o público e o privado, gerando vastas áreas de espaços contínuos. Baldios, vazios, espaços sem uso e sem vida aparecem, então, como “terra de ninguém” (HOLSTON, 1995, p. 247-8).

Numa leitura mais pragmática do que Certeau, e, ao mesmo tempo, indo ao encontro de Gomes e seu “recurso da cidadania”, Holston chama a atenção para as práticas sociais consideradas “anormais” na cidade. Chama-as de “cidadanias insurgentes”, que introduzem na cidade identidades e práticas que rompem com o estabelecido.

Essas formas são encontradas tanto em manifestações organizadas de base, quanto em práticas cotidianas que, de diferentes maneiras, legitimam, parodiam, desordenam ou subvertem as agendas do estado. Encontram-se, noutras palavras, nas lutas sobre o que significa ser membro do estado moderno – razão por que me refiro a elas com o termo cidadania. A condição de membro do estado nunca foi uma identidade estática, dada a dinâmica das migrações globais e das ambições nacionais. A cidadania muda à medida em que (*sic*) novos membros emergem para fazer suas reivindicações, expandindo seu alcance, e em que novas formas de segregação e violência se contrapõem a esses avanços, erodindo-a. Os lugares da cidadania insurgente são encontrados na intercessão (*sic*) desses processos de expansão e erosão (HOLSTON, 1997, p. 249, grifos nossos).

⁶³ Em seu livro *A Cidade Modernista*, Holston estuda a inversão morfológica proposta na arquitetura moderna, fazendo interessante análise da rua da cidade pré-industrial barroca, onde os edifícios exercem o papel do fundo que dá forma ao vazio. “O espaço da rua ‘rouba’ as fachadas das paredes em volta para construir seus contornos”. Já seus monumentos utilizam-se da morfologia oposta, lançados como figuras que emergem no vazio. Essa reversibilidade da convenção sólido-vazio / figura-fundo nas cidades pré-industriais constitui-se como identificação semântica entre o âmbito público e o privado: sólido=fundo=*privado* e vazio=figura=*público*.

O que chama de “inversão modernista” promove que todo edifício aspire a monumento. O espaço é sempre contínuo e nunca figural, enquanto os edifícios, sejam monumentos ou residências, são sempre esculturais e nunca servem como fundo. “Se a inscrição arquitetônica nas cidades capitalistas constitui um discurso [...] entre ‘figuras públicas’ e ‘fundo privado’, o projeto modernista nada mais é, portanto, do que a total transformação desse discurso cívico, na qual desaparecem as próprias distinções entre o público e o privado” (HOLSTON, 1993, p.109-141, grifos do autor).

É fato inquestionável que o espaço público é hoje visto como um lugar degradado, disponível mais para as populações pobres do que para as classes dominantes. No Brasil, a coisa pública é vista como algo de baixa qualidade, a exemplo de serviços sociais, como hospitais, escolas, parques etc, que parecem destinados às camadas mais pobres. Às classes mais abastadas, ficam reservados os espaços públicos-privados, como centros culturais, museus, supermercados ou *shopping centers*, todas áreas nobres e seguras que tomam o lugar das ruas, deixadas aos pobres e marginais.

Cada vez mais, os *shoppings* se transformam em edifícios populares, onde reina um espaço de fantasia, com decorações alegóricas e ambientações que remetem a ruas e praças e propõe, de certa maneira, “espaços urbanos em edifícios” (SOUZA, 1997, p.118). Descendentes diretos das galerias parisienses, esses espaços permitem uma espécie de *flânerie* contemporânea, mas são planejados como verdadeiros templos de indução ao consumo, o que exclui uma enorme parcela da população brasileira.

Uma nova interioridade se exprime assim em tais lugares, necessitada de controle ou de abandono, e de multiplicar os olhares com os quais irá se cruzar. Cada um adquire o *status* de *neoflâneur*. Só que no *shopping* o novo vagabundo perde somente algumas horas. Ele constrói a sua própria identidade como resultado de um compromisso com os infinitos “outros”, com todos aqueles com quem se encontrará para trocar olhares ou para se oferecer ao olhar (CANEVACCI, 1997, P. 48).

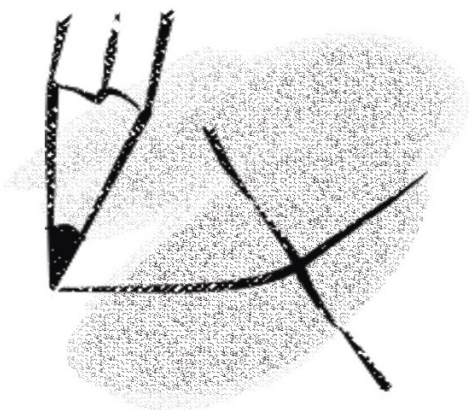
Mesmo a recuperação de espaços degradados da cidade finda, de certa forma, por segmentar quem os utiliza. O fenômeno de *gentrification*⁶⁴ enobrece áreas antigas, expulsando, por vezes, grupos de menor renda que ali residiam, para atrair outros grupos sociais. De certa forma, criam simulacros de novos espaços que alteram o perfil sócio-cultural das cidades. A afirmação de Baudrillard de que “o museu [...] está agora em toda a parte, como uma dimensão da vida” (1981, p.16) é reiterada por Arantes, que vê a transformação das cidades em mercadoria de consumo cultural, como grandes museus a céu aberto: “[...] as próprias cidades foram se transformando em museus: estetização da vida urbana encenada nesses novos ‘espaços públicos’ [...]” (ARANTES, 1996, p. 234, grifo do autor).

⁶⁴ O conceito de *gentrification*, trabalhado por autores como David Harvey, Mike Featherstone, Neil Smith e Sharon Zukin, designa investimentos econômicos, públicos ou privados, em centros antigos e degradados. Traduzido por alguns como “enobrecimento”, hoje não se refere somente à recuperação de áreas ou casarios antigos, mas também construções novas. No Brasil, podemos encontrá-lo no Pelourinho, em Salvador, no Recife Antigo, no Recife ou ainda pela *re-funcionalização* de prédios antigos no Rio e em São Paulo, transformados em centros culturais, que modificam e *re-qualificam* os quarteirões onde se inscrevem (LEITE, 2001, P.53-4).

Nós somos múltiplos e únicos em nossa vida diária. As diversas esferas que experimentamos cotidianamente nos dão dimensões diferentes do mundo: os espaços da casa, do trabalho, da cidade, do País e do próprio mundo convivem no mesmo indivíduo num só dia. Esse indivíduo complexo, que se alimenta do outro, precisa da diferença até para entender o igual. Todas essas transformações do espaço público na cidade acabam por gerar uma fragmentação que recusa a diferença, o livre acesso e o desafio do encontro cotidiano com o diverso.

A cidade contemporânea é o palco onde se misturam interesses racionais, o consumo e a produção, questões de classe e lutas por identidades excluídas. A tendência da compartimentalização do espaço enfraquece laços e acirra conflitos, pois a busca de iguais e a intimidade privatizada negam e empobrecem o que funda o espaço público: a comunicação entre diferentes.

A necessidade de defender a existência das esferas pública e privada como esferas distintas e, ao mesmo tempo, o reconhecimento de sua conexão essencial é uma questão crucial para as sociedades modernas. É crucial não apenas porque sustenta a possibilidade de democracia e cidadania – quando sujeitos políticos, na ação e no discurso, participam daquela esfera da vida que é comum a todos, e, portanto, não pode se fundar em interesses privados e intimidade. Mais ainda, ela é crucial para a constituição das vidas privadas que possam internalizar as conseqüências plenas do fato de que as pessoas vivem umas com as outras, e não há possibilidade alguma de uma vida verdadeiramente humana sem a presença de outros seres humanos (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 65, grifo nosso).



NARRATIVAS HUMANAS

Da cidade de Zirna, os viajantes retornam com memórias bastantes diferentes: um negro cego que grita na multidão, um louco debruçado na cornija de uma arranha-céu, uma moça que passeia com um puma na coleira. [...] A cidade é redundante: repete-se para fixar alguma imagem na mente.

Ítalo Calvino. p.23

Uma rápida síntese de Brasília revela uma cidade, a princípio, simples de se apreender. Seus monumentos de formas únicas, seu mapa urbano circunscrito na forma de um avião, seus eixos longos e ritmados por prédios iguais, tudo contribui para a percepção de uma cidade que se entrega, fácil e rapidamente, em sua dimensão mais visível.

Asas Sul e Norte, Eixão – simetria que exige atenção e abstração. Eixinhos, blocos de residências, as famosas superquadras. Na interseção, um centro imaginado na Rodoviária, conjunto Nacional-Conic, encontro do corpo do avião com as asas. Eixo monumental: de um lado, Catedral, Teatro, Congresso Nacional, Praça dos Três Poderes e órgãos máximos do Estado; de outro, órgãos administrativos do Distrito Federal, Torre, Memorial JK, Rodoferroviária... Que não se avance muito, porque a Cidade acaba rápido. “Bem, o Sr. já nos mostrou os blocos, as quadras, os gramados, os eixos, os monumentos... [...] será que dava do Sr. nos mostrar a cidade propriamente dita?” (BERH, apud KAQ, s/data).

Brasília já foi revirada do avesso e não queremos fazer uma reunião de narrativas que nos leve a um *patchwork* do mesmo. A pretensão é tecer uma narrativa que enriqueça a Brasília já revelada, um palimpsesto que não apague o passado, mas ilumine seu presente. Os discursos falam da cidade, mas não devem se confundir com ela, diz Calvino. São narrativas parciais, mantos que descubrem seu corpo, mas não revelam sua

alma. Brasília parece feita de forma e luz e, no entanto, é muito mais do que sua aparência formal. Não se restringe também aos números que a descrevem em densidade populacional, em extensão geográfica ou na renda *per capita*. O que é, afinal, uma cidade?

Nossa cultura ocidental nos legou uma estrutura de pensamento que nos impede de ver tudo numa simultaneidade temporal. Somos cartesianos demais para pensar relações complexas e dinâmicas como as da cidade: arquitetura e urbanismo decidem- lhe forma e espaço; homens a atravessam, dando-lhe sentido e destino; e memória e representações reconstroem-na no tempo, devolvendo-a aos homens. Na impossibilidade de ver a cidade de uma só vez, captamos fragmentos, corpos e pedras - a cidade fracionada se reencontra no homem.

Com essas questões em mente, faz-se uma discussão metodológica de como abordar Brasília. Os contornos da pesquisa aparecem na descrição da metodologia que parece mais adequada. Na seqüência, a definição do perfil dos grupos identifica quem são nossos companheiros nos percursos pela Cidade. A elaboração dos roteiros articula os conceitos trabalhados com as expectativas das hipóteses.

As vozes da Cidade só deixam ouvir o que elas podem dizer e na medida do que eu soube perguntar. As limitações de ambas as partes revelam o resultado da pesquisa, sempre aberto a novas leituras. As aproximações entre pares de grupos pesquisados e entre grupos de afinidade por residência permitiram algumas inferências óbvias e outras surpreendentes.

Esse material foi a base para o encontro no lugar coletivo das interações possíveis, espaço público onde se enfrentam os autores trabalhados, os moradores entrevistados e as hipóteses da pesquisa. Embate entre conceitos, comportamentos, idéias e representações de Brasília, que gera um corpo a corpo saudável que só o exercício do pensamento permite.

I PERCURSOS NA CIDADE

-Eu também imaginei um modelo de cidade do qual extraio todas as outras- responde Marco.
-É uma cidade feita só de exceções, impedimentos, contradições, incongruências, contra-sensos.
[...] Portanto, basta subtrair as exceções ao meu modelo e em qualquer direção que eu vá sempre me encontrarei diante de uma cidade que, apesar de sempre por causa das exceções, existe. Mas não posso conduzir a minha operação além de um certo limite: obteria cidades verossímeis demais para serem verdadeiras.

Ítalo Calvino. p.67

Até agora, lidamos com tantas formas de narrar a cidade, que o efeito polifônico desses diversos relatos confunde os caminhos escolhidos. Vamos retomar o ponto de partida e resgatar nossa primeira circunscrição da cidade. Ela será pensada como um tipo de associação entre pessoas, que gera forma e conteúdo (GOMES, 2001, p. 19). A síntese contida nesta idéia é adequada aos nossos objetivos. A referência primeira à ação humana nos remete à determinação formal da cidade, que, por sua vez, é determinante de seus conteúdos. A cidade resulta da dinâmica dessa relação complexa, em que ambos os aspectos, forma e conteúdo, não podem nem devem ser isolados.

Escolher o homem ordinário, de Certeau, como principal elemento a ser pesquisado, pressupõe que é preciso confrontar as percepções mais simples e cotidianas do cidadão anônimo com categorias simbólicas construídas nas várias narrativas de Brasília e da cidade modernista; e subsumi-las nas práticas discursivas de agentes hegemônicos da sociedade, alguns com papel de destaque na história da Cidade. Procurar o saber no homem ordinário implica acreditar que outras formas de conhecimento são necessárias na construção do saber científico. Mais que isso, retira a poeira de paradigmas, desmonta armadilhas, surpreende e ilumina as hipóteses da pesquisa.

Trata-se aqui de levantar representações simbólicas expressas nos comportamentos e práticas dos moradores de Brasília, mapeando os modos de vida, as sociabilidades, as maneiras de ser e estar em seu espaço urbano. Ouvir esse homem comum, que não tem, necessariamente, consciência crítica ou opinião formada a respeito

do tema a ser pesquisado, implica maior grau de dificuldade na obtenção das informações por perguntas em questionários ou mesmo entrevistas.

A discussão metodológica que se impõe para a pesquisa empírica diz respeito à natureza mesma do objeto em questão. Sem aprofundar o debate, diremos que nosso objeto não pode ser traduzido apenas por dados matemáticos e estatísticos, apesar de não haver qualquer dicotomia entre esses dados e os significados apreendidos na pesquisa qualitativa. Antes, podem ser solidários entre si, complementando diferentes compreensões. Para explicar a dinâmica das relações sociais, é preciso trabalhar com valores, crenças, atitudes e hábitos que conjugam a experiência humana cotidiana. Tendo a ação do homem como produtora de estruturas e instituições, lidamos com a linguagem, as práticas e as coisas como elementos de um mesmo discurso (MINAYO, 1993, p. 21-5).

Pareceu interessante a perspectiva interativa, característica dos grupos focais, na medida em que promove a discussão entre as pessoas participantes, possibilitando o amadurecimento e aprofundamento do tema. *Grupo focal* é uma técnica de pesquisa qualitativa, composta de uma entrevista grupal semi-estruturada. Também chamada de *grupo de discussão*, a metodologia propõe a formação de um grupo de 6 a 10 pessoas, que discutirão questões abertas levantadas por um mediador.

As pesquisas qualitativas, que usam instrumentos pouco ou não estruturados, possuem um papel exploratório e seus resultados não são generalizáveis. É um recurso metodológico que permite abrir caminhos para novas abordagens, pois o tema estudado pode ser iluminado por abordagens insuspeitas ao pesquisador e que sugerem perguntas fundamentais e mais corretas a ser feitas. Os grupos focais podem ser utilizados também como rastreamento inicial para um posterior aprofundamento com técnicas quantitativas, com outros tipos de pesquisa qualitativa, ou com novos grupos de discussão, forma de refinar alguns aspectos não suficientemente elucidados.

A configuração ideal para esse tipo de pesquisa é de duas salas contíguas, separadas por um vidro espelhado, o que permite que a discussão se desenrole em uma delas, com a presença dos entrevistados, do mediador e, em geral, de um assistente; na outra, ficam o pesquisador e convidados, que podem ajudar na tarefa da observação. Os participantes são avisados da existência da outra sala e das outras pessoas que assistem a cena, mas a idéia é diminuir a influência de sua presença no ambiente de discussão.

Ao mediador, cabe a explicação inicial do método e a condução das perguntas, elaboradas na forma de um roteiro base, que pode ser flexibilizado de acordo com a própria dinâmica apresentada pelo grupo. Quer dizer que as perguntas direcionam a discussão, sem, no entanto, engessá-la em matriz previamente determinada. Implica que o mediador tem que analisar, em tempo real, o desempenho do grupo: os pontos que precisam ser melhor discutidos, os que já foram antecipados antes mesmo de serem perguntados, desvios do tema e redirecionamento do debate, percepções surpreendentes que podem ser melhor exploradas etc.

A presença do mediador e dos observadores provoca sempre algum constrangimento; mas, à medida que a discussão esquenta, a tendência é o grupo relaxar e interagir, deixando fluir percepções e idéias por vezes não conscientes, que aparecem na interação. A elaboração do roteiro base é fundamental para que a dinâmica se dê, pois deve priorizar os conceitos chave de interesse da pesquisa, abordando-os de forma abrangente, mas na medida certa para não cansar os participantes. A duração média ideal de um grupo é de 90 a 120 minutos.

A interação social dos participantes do grupo focal varia de acordo com as personalidades individuais ali reunidas, o que pode ser usado a favor ou contra a técnica. Esse fator permite que um líder forte induza as respostas de outros, caso sejam pessoas tímidas. O mediador, que também interage com o grupo, tem que ser hábil e cauteloso para não manifestar nem implícita nem explicitamente sua opinião no momento. Em contrapartida, alguns participantes só emitem alguma opinião quando estimulados pelo grupo.

Apesar de não pretender reproduzir a cena cotidiana, o pressuposto é que coletar dados na interação das pessoas permite fazer surgir na entrevista informações de situações cotidianas, pois é na conversação do dia-a-dia que os homens constroem sua forma de pensar e ver o mundo. O que torna essa técnica indicada para o objeto em questão é a possibilidade de acompanhar a interação social do grupo no seu próprio acontecer. Além disso, o resultado combinado do grupo produz informações diversas e mais ricas do que o somatório das respostas individuais.

O objetivo do grupo focal é estimular os participantes a falar e a reagir àquilo que outras pessoas no grupo dizem. É uma interação social mais autêntica, um exemplo da unidade social mínima em operação, e como tal os sentidos ou representações que emergem são mais influenciados pela natureza social da interação do grupo, em vez de se fundamentarem na perspectiva individual, como no caso da entrevista em profundidade (GASKELL, 2003, apud RUEDIGER; RICCIO, 2004, p. 164)*.

DESENHO DA PESQUISA

Para a escolha dos participantes dos grupos de discussão, algumas questões foram avaliadas. O fato da pesquisa se concentrar no espaço físico do Plano Piloto⁶⁵ se apóia na especificidade de seu projeto urbano, o que não se verifica nas cidades-satélites. Acresce o fato de ser esse o espaço simbolicamente representativo da capital do País, Brasília, onde há um visível esforço de manutenção da qualidade de vida urbana, tornando-o uma ilha de primeiro mundo, quando comparado ao padrão urbano encontrado nas outras 23 Regiões Administrativas (RA) que complementam o Distrito Federal (DF).

Utilizei duas variáveis para definir os participantes dos grupos: o local de moradia e o tempo de contato com o espaço urbano. A primeira variável escolhida, o local de residência no DF, separa os grupos por domicílio, Plano Piloto ou Satélites. Considerar na escolha, exclusivamente, moradores do Plano Piloto seria endossar a segmentação social, facilmente observável na relação entre faixas de renda e local de moradia⁶⁶. O recorte se justifica metodologicamente, pois confrontá-los em um mesmo grupo poderia criar constrangimentos ou promover induções de opinião de pessoas de maior renda sobre as de menor renda.

A inclusão dos residentes das Satélites permite verificar a interação cotidiana nesse espaço privilegiado, visto ser nele que se dá a interação social dos habitantes do DF, principalmente no mundo do trabalho. Além disso, enriquecem a pesquisa com diferentes

* GASKELL, G. Entrevistas Individuais e grupais. In: BAUER, M.; GASKELL, G. (org.). **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2003.

⁶⁵ O recorte proposto para o Plano Piloto inclui as RAs de Brasília, Lago Sul, Lago Norte, Cruzeiro e Sudoeste/Octogonal. Sempre que me refiro ao Plano, estou considerando essas cinco regiões da Cidade.

⁶⁶ Há uma concentração da população com renda acima de 10 salários mínimos no Plano Piloto (considerando-se o percentual em relação às pessoas residentes em cada RA): 53,2% em Brasília, 67,7% no Lago Sul, 56,7% no Lago Norte, 66,3% no Sudoeste/Octogonal e 42% no Cruzeiro. As exceções ficam com o Guará (43,2%) e Águas Claras (50,3%), que ultrapassam a concentração do Cruzeiro, fato explicável pela proximidade do Plano e qualidade urbana oferecidas nessas áreas (Pesquisa Distrital por Amostragem de Domicílios – PDAD, 2004, p. 106). A alta concentração da renda no Plano apenas reitera o que os olhos vêem e o coração sente.

percepções do Plano Piloto, pois os moradores das Satélites, em sua maioria, utilizam-se desse espaço como local de trabalho e lazer. Esse recorte permite também comparar valores, comportamentos e práticas entre os grupos.

A outra variável, o tempo de residência na Cidade, foi definida a partir da hipótese de influência recíproca entre a experiência espacial e as práticas sociais. Para os que acabaram de chegar em Brasília, a memória de outro espaço urbano ainda é muito viva. No limite oposto, estão aqueles que nasceram na Cidade e foram lançados naquela vivência espacial desde pequenos. Entre os dois extremos, situam-se os pioneiros⁶⁷, que vieram nos inícios de Brasília e optaram por ali ficar, mas ainda possuem um referencial de outro espaço e modo de vida⁶⁸.

O tempo de residência delimita a faixa etária predominante de cada grupo – a idade diferencia as expectativas e o modo de vida –, assim como o local, em geral, possui conexão direta com a faixa de renda do indivíduo. Dessa forma, os grupos dos pioneiros serão mais velhos e tenderão a estar estabilizados na vida pessoal. Já os nascidos poderão ter até 45 anos, a idade de Brasília, e não menos que 20 anos, o que possibilita uma vida quase autônoma, mesmo que ainda morem com os pais. O mesmo critério valeu para os recém-chegados, cujo critério de escolha determinou apenas uma vida ativa, seja de trabalho ou estudo.

O limite do realizável no âmbito de um projeto acadêmico impediu que algumas variáveis importantes, que definem estilos de vida, como o estado civil ou o gênero, não pudessem ser contempladas⁶⁹. Quanto à categoria sócio-profissional, cabe destacar a peculiaridade de Brasília em relação à predominância de funcionários públicos, o que a torna não uma *variável*, mas quase uma *constante* na Cidade.

As pessoas que trabalham diretamente com a Administração Federal e do Governo do Distrito Federal (GDF) representam 22,3% da população com alguma

⁶⁷ Chamei essas pessoas de pioneiros mais para me referir ao maior tempo de vida na Cidade, do que ao fato de terem participado efetivamente da construção de Brasília. O enfoque da pesquisa não privilegia essa parte de sua história de vida, mas como lidaram e lidam com o espaço urbano da Cidade.

⁶⁸ Os migrados com até 9 anos de residência, somados aos nascidos com essa idade, representam 30% da população total; os migrados com 10 a 29 anos de residência e os naturais nesta faixa de idade correspondem a 49,4%; e os migrados e nascidos com mais de 30 anos de DF, respondem pelos 20,7% restantes (Pesquisa Distrital por Amostragem de Domicílios – PDAD, 2004, p. 22).

⁶⁹ A variável *estado civil*, se contemplada, enriqueceria bastante o resultado da pesquisa, pois seria possível identificar as interações sociais decorrentes de diferentes expectativas de vida. Da mesma forma, seria interessante observar se as sensibilidades masculina e feminina promovem, ou não, percepções diferenciadas da experiência urbana.

atividade remunerada. O comércio possui participação expressiva, com 21,4% desse mesmo total. Há que se reconhecer, portanto, uma economia centrada no setor terciário, com ênfase no funcionalismo público, e a quase inexistência de atividades industriais ou agropecuárias (PDAD, 2004, p. 65).

Essa característica, natural em uma cidade criada para ser a capital do País, torna Brasília o coração da burocracia estatal, o que é, sem dúvida, interessante de ser investigado, pois faz do Estado, Federal e Distrital, o foco das relações de trabalho, tornando todas as outras atividades conseqüências dessa, ou seja, uma espécie de subprodutos que gravitam em torno de uma mesma origem de renda.

Se observarmos o número de funcionários públicos no Plano Piloto, percebemos uma predominância da Administração Federal (55%) em relação à Administração do GDF (18,6%)⁷⁰. Isso comprova que a distribuição de renda obedece à lógica hierárquica dos setores urbanos: alta e média alta administração no Plano Piloto; escalões médios e inferiores nas Satélites (NUNES, 2004, p. 103).

A proposta da pesquisa foi constituir seis grupos de 6 pessoas em média, três deles com residentes do Plano Piloto e três com residentes das Satélites, alternando a outra variável, o tempo de residência. Os grupos ficaram assim distribuídos: *pioneiros* (55 a 75 anos), *nascidos* (20 a 45 anos) e *recém-chegados* (25 a 50 anos). Para estes últimos, estabeleci uma margem de tempo de migração de até dez anos, considerando que representam mais de 30% da população total.

A realização dos grupos focais foi viabilizada por meio da empresa Socius Consultoria Jr em Ciências Sociais⁷¹. A elaboração dos roteiros foi de minha inteira responsabilidade e os participantes selecionados junto a minha rede de relacionamentos, à exceção dos grupos de nascidos no Plano e Satélites, recrutados pela Socius entre os alunos da UnB.

⁷⁰ Os cálculos foram feitos tomando por base o número de funcionários públicos federais nas 5 RAs do Plano (42.786) em relação ao número total na Cidade (77.667). O mesmo procedimento foi utilizado para os do GDF: 20.972 funcionários, em um total de 112.315 em todo o DF (Pesquisa Distrital por Amostragem de Domicílios – PDAD, 2004, p. 101).

⁷¹ A Socius é constituída e administrada por alunos da graduação em Ciências Sociais da Universidade de Brasília, alguns deles com experiência em pesquisas correlatas realizadas sobre a Cidade. Eles fizeram a arregimentação dos participantes, a produção e a coordenação da organização necessária para a aplicação da metodologia. A mediação foi realizada pela Socius nos grupos dos recém-chegados do Plano Piloto e os nascidos das Satélites. Os outros grupos foram por mim mediados, sempre acompanhados por dois observadores da Socius. Os grupos foram gravados digitalmente e as falas transcritas em suas partes mais relevantes. Todo o material gravado e transcrito, bem como os roteiros utilizados, está anexado à dissertação em CD Rom.

A dificuldade inerente à consecução de qualquer pesquisa mostrou-se aqui parte do problema estudado. No caso em questão, o fato de morar no Plano Piloto comprovou a enorme distância das redes de relacionamento em Brasília. Nem eu nem os integrantes da Socius conhecíamos pessoas das Satélites, exceto aquelas de menor renda, normalmente alocadas em subempregos, com grande dificuldade de transporte nos finais de semana e de tempo disponível nos dias úteis. Foi preciso flexibilizar⁷² algumas premissas para que a pesquisa conseguisse ser realizada e, mesmo assim, o grupo de pioneiros das Satélites não aconteceu⁷³.

Por tratar-se da apreensão simbólica de Brasília, incluí algumas técnicas auxiliares no aquecimento inicial e ao final da discussão, quando os participantes já estão totalmente inseridos no tema. Solicitei, a cada um dos participantes, um desenho que representasse uma imagem síntese de Brasília, bem como as técnicas de personificação e associação, propostas ao final da discussão⁷⁴.

Essas técnicas permitem somar outras leituras para além do discurso verbal. Acredito que a combinação desses recursos à metodologia de grupo focal enriqueceu os resultados e, conseqüentemente, a análise final dos dados, exercitando a imaginação preconizada por Laville:

A pesquisa permanece um domínio em que a imaginação deve desempenhar um papel importante: não como o fim de 'inventar a realidade', mas para melhor abordá-la (...). Cabe ao pesquisador imaginar e ajustar a técnica, os instrumentos que lhe permitirão delimitar o objeto de sua pesquisa, extrair deles a informação necessária à compreensão que ele quer ter para logo partilhá-la e contribuir assim para a construção dos saberes (LAVILLE, DIONNE, 1999, p. 190-1).

⁷² A flexibilização se deu no número de participantes de recém-chegados das Satélites, grupo que foi realizado com apenas 5 pessoas e nos lugares utilizados para a realização dos grupos – salas comuns da UnB e a própria casa de alguns participantes, pois houve greve na UnB nesse período.

⁷³ Outros fatores contribuíram para o insucesso na realização do grupo de pioneiros das Satélites: o período, que coincidiu com festas de final de ano e férias; e o tempo limitado pelo prazo de entrega da dissertação. Diante do impasse, havia três caminhos a escolher: retirar a idéia dos pioneiros da estrutura desenhada inicialmente; manter a estrutura, mas retirar o grupo de pioneiros já realizado da análise; e manter a estrutura, considerando na análise o grupo realizado. Optei pela última, por considerar que houve dados interessantes o suficiente que justificavam sua permanência. Encarar o problema de frente me deu também o aprendizado de que o real tem a força do imprevisto, do acaso e do erro, e que tudo isso tem mais verdade que qualquer planejamento ou metodologia possa supor a princípio.

⁷⁴ Os desenhos produzidos pelos grupos foram digitalizados e inseridos no mesmo CD Rom anexo.

ELABORAÇÃO DOS ROTEIROS

A estruturação dos roteiros⁷⁵ parte dos dois conceitos-chave na construção das hipóteses da pesquisa - *sociabilidade* e *espaço urbano*. São esses dois grandes temas que percorrem e se interceptam nos conjuntos de perguntas, abordadas sempre como *relações*, sejam explicitamente sociais, sejam na lida mesma com o espaço. A tentativa foi de circunscrever, na medida possível da pesquisa, os diversos níveis de interações sociais, contemplando os principais papéis sociais que assumimos em nossa vida cotidiana. A família, a vizinhança, o trabalho, o lazer e a política como dimensões da vida social, do mais íntimo ao mais público e coletivo, tendo sempre como pano de fundo a cidade de Brasília.

A proposta de Holanda e Kolsdorf, para “que se entenda arquitetura como uma *situação relacional* entre padrões físico-espaciais e expectativas sociais de muitos tipos” (2004, p. 20, grifo dos autores), tem sua ênfase invertida: para que se entendam as relações sociais na cidade, não podemos perder de vista a importância do espaço como cenário de nossas vidas. Perceber, na complexidade mesma dessas “situações relacionais”, intersecções, inflexões e influências, reveladas por meio das representações e práticas sociais dos habitantes na cidade.

Dessa forma, ficou assim configurado o roteiro base da pesquisa: 1) Relações Pessoais; 2) Relações Sociais; 3) Relações Políticas; 4) Relações Estruturais; 5) Relações Econômicas e 6) Relações Emocionais e Simbólicas.

O primeiro bloco de perguntas aborda família e vizinhança, com as nuances dos que têm ou não família aqui, os casados e os solteiros⁷⁶. O segundo bloco referiu-se a trabalho, lazer e religiosidade, o que muitas vezes foi antecipado no primeiro bloco, conforme as características do grupo. Nesta parte, foram inseridas questões sobre relacionamentos virtuais pela internet, sobre a visibilidade dos estrangeiros em Brasília e ainda sobre a rotatividade dos moradores.

⁷⁵ Os roteiros, gravados no CD Rom anexo, foram condensados em três arquivos: Recém-chegados, Pioneiros e Nascidos. Cada um deles contém as perguntas em comum para os participantes do Plano Piloto e Satélites. As perguntas pertinentes somente às Satélites estão marcadas em amarelo.

⁷⁶ A questão sobre paquera, inserida neste momento, antecipava discussões sobre Relações Sociais, mostrando que estaria melhor contextualizada no bloco seguinte de perguntas.

O terceiro bloco de perguntas investigou o nível de participação política dos moradores e a influência da proximidade com o poder do Estado⁷⁷. O quarto bloco referiu-se às questões ligadas à localização, referências, pontos marcantes, tipos de deslocamentos e preferências de uso.

O quinto bloco colocou a questão da empregabilidade e dos problemas sociais da Cidade: saúde, educação, transporte e segurança. A última parte, das *Relações Emocionais e Simbólicas*, incluiu temas como imagem da Cidade, sentimento de pertencimento ao lugar, memória coletiva e o nível de expectativas em relação a mudanças ideais e aos impedimentos do tombamento.

Após o último bloco de perguntas, pedi aos participantes que fizessem uma associação de idéia e de pessoa com Brasília, para que as sínteses obtidas também auxiliassem na compreensão das falas e impressões. A pergunta final, sobre gostar ou não de viver em Brasília, pretendeu um fechamento da discussão que acabou, de maneira geral, não ocorrendo. Essa resposta estava dada, de forma explícita ou implícita, ao longo da interação no debate.

O uso de imagens descontraíu os grupos e serviu para introduzir e esquentar o debate. Solicitei a realização de desenhos síntese de Brasília sempre ao início da discussão, para que as imagens produzidas fossem efetivamente individuais. Ao final, com os participantes já aquecidos pelo debate realizado, devolvi os desenhos e pedi a todos que explicassem a imagem escolhida e perguntei se havia um consenso sobre qual delas melhor representava a Cidade.

⁷⁷ A pergunta sobre votar ou não na Cidade, formulada para os recém-chegados, pouco acrescentou, visto os participantes dos dois grupos realizados terem menos de um ano de vida em Brasília. Se tivessem mais tempo de residência, esse poderia ser um bom indicador sobre o sentimento de pertencimento à Cidade e a vontade de participar de sua vida política.

II

AS VOZES DA CIDADE

Desse modo, nada do que se diz a respeito de Aglaura é verdadeiro, contudo permite captar uma imagem sólida e compacta da cidade, enquanto os juízos esparsos de quem vive ali alcançam menor consistência.

O resultado é o seguinte: a cidade que dizem possui grande parte do que é necessário para existir, enquanto a cidade que existe em seu lugar existe menos.

Ítalo Calvino. As Cidades e o Nome. p. 65

O motivo da escolha de Brasília não se esconde – ela ainda é uma cidade cheia de perguntas. Viver na cidade pesquisada é condição de partida, que nos autoriza a fala. Ao mesmo tempo, essa autoridade com o objeto Brasília arrisca tornar nosso olhar “cego de tanto vê-la”⁷⁸. É importante cair no estranhamento, perder-se da Cidade: “muitas vezes o olhar desenraizado do estrangeiro tem a possibilidade de perceber as *diferenças* que o olhar domesticado não percebe, interiorizado e demasiadamente habituado, pelo excesso de familiaridade” (CANEVACCI, 1997, p. 17, grifo do autor).

É preciso, então, fazer um exercício delicado de escuta. Ouvir as vozes da Cidade para fazer falar as avenidas em silêncio. Perceber a articulação que conspira à nossa volta, para tirar dela o sentido dessa experiência. Não somente porque, no calor da discussão, as vozes se misturam; mas, principalmente, para que a minha própria voz não obscureça dissonâncias, ruídos, o não dito, quebras significantes de sentidos esperados. As esquinas que não vemos na Cidade.

A tarefa de análise impõe que se identifique a melhor maneira de realizar essa escuta. Dados os recortes dos grupos focais, duas aproximações se desenharam: entre perfis iguais do Plano Piloto e Satélites e entre os três diferentes perfis de cada localização⁷⁹. Essa leitura ortogonal dos grupos serve de ponto de partida, de forma a permitir que ao longo do exercício, surjam outras associações, possíveis e não antevistas.

⁷⁸ Cito Caetano Veloso e a Baía de Guanabara, em sua música O Estrangeiro (1994).

⁷⁹ Como não foi possível realizar essa leitura na sua totalidade, optei por fazer apenas um relato do grupo de Pioneiros do Plano Piloto e uma aproximação dos Nascidos e Recém-chegados das Satélites. A análise vertical, em que aproximo os três tipos, só foi possível com os grupos do Plano Piloto.

Relações Pessoais, Sociais e Políticas

Os participantes do Plano Piloto eram todos solteiros e estudantes em sua maioria, sendo que alguns estagiavam e outros apenas trabalhavam. O grupo das Satélites era de jovens nascidos na Cidade, funcionários públicos de médio escalão e alguns estudantes.

Ambos não se sentem diferentes dos outros moradores, mas sabem que têm uma imagem de “frios” (NCS) e “finlandeses” (NPP). Não conhecem vizinhos, só os da infância; e interagem com os comerciantes locais a ponto de deixar a chave na padaria (NPP). Todos convivem com a família regularmente, na Cidade ou fora dela, mas alguns acham que os caminhos retos da Cidade não convidam a desvios para eventuais visitas (NPP) e outros constatam que “ninguém quer vir nos visitar em Brasília” (NCS).

A paquera não é fácil, mas isso é mais sentido pelos nascidos no Plano. Os meninos reclamam que as meninas são “chatas”, ficam em grupos fechados, o que os tornam medrosos da rejeição e um pouco agressivos em relação às mulheres. Um participante observou que é possível reconhecer no carnaval de Salvador quem são os brasilienses pela forma como agarram as meninas. E são críticos com relação a sua geração, dizendo que Brasília tem a imagem de “habitat natural da patricinha e do mauricinho” (NPP). “Ainda bem que Brasília não deu certo, porque se estivesse dando certo... A cidade realmente ajuda a formar essas panelas” (NPP).

Os nascidos das Satélites fazem amigos mais no trabalho que na faculdade, mas gostam de conhecer gente além desses círculos, principalmente em shows gratuitos em Brasília. Frequentam o Plano depois do trabalho, mas reclamam dos grupos fechados nos barzinhos. Os nascidos no Plano vão em lugares onde se identificam, o que faz com que sempre encontrem as mesmas pessoas. Parece ser uma forma de reconhecer os grupos de sempre, percebidos pelos das Satélites. Tem uma visão muito mais ampla do que seja o lazer na cidade - boteco, CCBB, cinema, música local, churrascos, parques, mas reconhecem que nesses últimos “ninguém vai pra conhecer gente nova” (NPP). Viagem de férias mesmo só os do Plano, fator tão importante para uma participante que afirmou que

⁸⁰ Para evitar a repetição, utilizarei sempre as siglas NPP para nascidos do Plano Piloto e NCS para os nascidos das cidades-satélites.

“uma vez não viajou e nunca mais esqueceu” (NPP). Ninguém usa a internet como forma de conhecer pessoas, apenas com os já conhecidos. E não apresentam quase nenhuma religiosidade em seus cotidianos.

A participação política é baixa, um pouco mais presente entre os do Plano. A razão varia em cada grupo: são muito críticos com o que consideram “um povo de direita”, que relacionam ao fato de serem funcionários públicos (NCS); identificam certa “repulsa” pelo tema em função do excesso de informação política na Cidade (NPP)⁸¹.

Relações Estruturais

Em geral, ambos os grupos lidam bem com Brasília, têm a cidade mapeada, a numeração ajuda a chegar no endereço sem nunca ter ido, mas isso não é igual nos Lagos (NPP) e nas Satélites (NCS/NPP). O mais marcante em Brasília é a “falta de bueiros no eixinho e ausência de postes de alta tensão” (NCS) e o plano e a urbanização (NPP). A maior referência é a Rodoviária: “é dessa forma que você explica pras pessoas que chegam aqui... aqui é o centro da cidade” (NPP).

Os das Satélites usam o comércio do Plano e de Taguatinga – as outras Satélites não têm nada -, mas reclamam da tendência à segmentação do comércio de quadra em Brasília; e confessam: “A gente foi num restaurante uma vez e depois queria voltar e ficou três meses pra encontrar o restaurante de novo...” (NCS). Todos andam de ônibus e acham terrível a qualidade do transporte.

Sobre o que mais gostam em Brasília, foi unânime a opção por elementos naturais - a seca (com certa ironia – “galera sangrando o nariz, o sorin”), o clima, lua cheia, lago, cachoeiras, o parque (NCS). Já os do Plano hesitaram um pouco para dizer que gostavam da “beleza da cidade”, porque “dá orgulho”, mesmo sendo críticos em relação ao contraste das Satélites (NPP).

⁸¹ Faço aqui uma autocrítica com a abordagem do roteiro, que não explicitou a questão da cidadania de forma mais clara, induzindo os participantes de todos os grupos a associarem sempre a pergunta com o fazer político institucionalizado pelo Estado.

Relações Econômicas

No grupo das Satélites, a maioria era funcionário público e reconhecia uma vida tranqüila, o que gerava um sentimento antagônico com o desejo de ir embora de Brasília: “‘Tá’ vendo, como é que vai embora de uma cidade dessas?” (NCS). Essa não foi uma questão para os do Plano, pois eram, em sua maioria, estudantes. Possuíam uma perspectiva de sair da Cidade sem maiores traumas, apesar do relato de um deles, que já experimentou partir e voltou, morto de saudade, para iniciar um negócio em Brasília.

Ambos percebem os problemas sociais, sendo que o discurso dos do Plano contém uma crítica mais política, enquanto o das Satélites é auto-referenciado. Sentem-se discriminados, no Plano, pela aparência, modo de vestir ou apenas por dizer que moram numa Satélite. Um participante morou no Plano e constatou que ninguém se fala nos prédios (NCS); nas Satélites há mais solidariedade, são casas, as pessoas se cumprimentam. E reconhecem que o preconceito é de mão dupla: eles também são preconceituosos com o pessoal do Plano.

Ninguém acha o Plano inseguro, embora a maioria do Plano já tenha sido assaltada. Os das Satélites vêem no descaso da polícia com o entorno o motivo da insegurança por lá.

Relações Emocionais e Simbólicas

A família de origem deixou suas marcas na cultura dos dois grupos. “É isso mesmo, é manter as tradições mesmo, matar a saudade” (NCS). Os do Plano estranham muito a lógica das outras cidades, observando como São Paulo, por exemplo, tem “dez tipos de asfalto diferentes só num pedacinho de chão... Isso me dá uma agonia...” (NPP). Já os das Satélites observam essa diferença no DF mesmo. Nos carros, que envelhecem ao sair dos limites do Plano: “É a maior Cuba” (NCS).

Todos acham muito difícil se relacionar no Plano. “Acho difícil você conhecer uma pessoa fora do ambiente de trabalho, de colégio [...] já tive uma experiência de viajar pra praia e conhecer um vizinho meu. Achei isso muito estranho” (NPP). Os das Satélites se ressentem de uma falta de identidade com as “panelinhas” e percebem que não há intercâmbio entre o Plano e a periferia: “Moram no Plano, não saem para outra cidade”. E

quando alguém tenta salvar a cena:“...mas tem muita gente boa por lá, no Plano também...”, outro replica: “Tem sim, mas o difícil é achar”.

Quanto à história da Cidade, já citam alguns casos de “lendas urbanas”, o assassinato de Ana Lídia, o estudante de letras da UnB e outras histórias, sempre relacionadas com assassinatos envolvendo a classe média (NPP). O outro grupo nega qualquer história ou identidade própria, porque é difícil juntar tanta cultura diferente, “é tudo importado” (NCS). Fazem uma leitura amarga de quem veio para Brasília, de “gente querendo se dar bem, ganhar lote”, mas reconhecem um vir a ser na Cidade, do qual se sentem parte, porque têm a memória até aqui – “Então, quem tá iniciando isso aí é a gente mesmo, e a gente vai contar a história, lembra disso, lembra daquilo, lembra que o cinema virou igreja Universal?” (NCS).

Brasília é ilha, não se parece com o Brasil, já teve cara de capital, hoje não tem mais (NCS). A cara do Brasil está nas Satélites, nas pessoas e seus sotaques. Ironizam: o Brasil só está mesmo na bandeira; mas esse sentimento irônico se transforma em orgulho e pertencimento, porque as Satélites são Brasília. “Mas assim, sinceridade, todo dia eu passo ali pela plataforma superior da Rodoviária e olho por cima e vejo aquilo lá. Eu me sinto parte mesmo” (NCS). Para os do Plano, Brasília é Brasil porque “parece uma representação das diversas culturas” e, apesar de concentrar o poder, não deixa de ser uma cidade brasileira (NPP).

O tombamento da Cidade traz críticas ao imobilismo e à politicagem do título: “A Rodoviária ‘tá’ um lixo, dá pra mexer sem perder o que é bom”, a Rodoferroviária não comporta mais tanto ônibus, mas elogiam o gabarito de 6 andares dos prédios (NCS). Os do Plano se mostram mais desligados da questão - “eu até me esqueço desse detalhe”, mas também criticam a hipocrisia e querem algumas modificações, mas reconhecem que o tombamento conserva a cidade (NPP). Constatam que o título de Brasília mantém sua imagem de “ilha” - “o brasileiro não se sente convidado a estar aqui” (NPP).

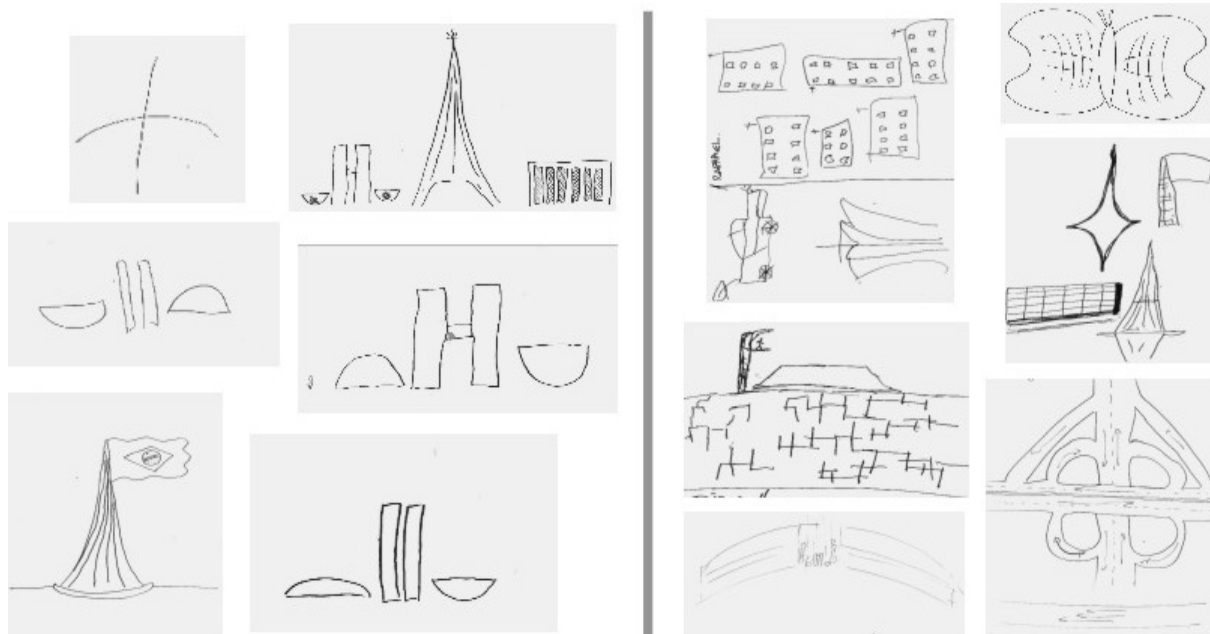
Associação e Personificação

Apesar dos dois grupos terem apresentado comportamentos bastante críticos em relação à Cidade, os participantes das Satélites mostraram coerência em suas imagens também críticas e irônicas de Brasília: **concreto /mistura /quente /pesadelo de Dom**

Bosco /diversidade /lindo de se ver /muita mulher; e nas figuras caricaturais de um **político /funcionário público /PC Farias / Collor (NCS).**

Já os nascidos do Plano produziram imagens otimistas e algumas quase poéticas da Cidade: **planejada /espaço /paz /esperança /poder /amor /asas;** e figuras entre o conservador e o *underground*: **mulher inteligente (independente) /Lílian Witefibe (por ser certinha) /escritor /moleque com guitarra /músico jovem.**

Desenhos



Nascidos Satélites

Nascidos Plano Piloto

As imagens reiteraram as associações dos nascidos nas Satélites. Produziram, em sua maioria, imagens do poder político – 3 Congressos, 1 Congresso com a Torre TV, 1 bandeira. Apenas um participante registrou o traçado do Plano. O resultado do outro grupo foi bem mais heterogêneo. Demonstraram forte percepção do espaço urbano e seus monumentos, pois aparecem aspectos diversos da Cidade: o sistema viário, o Memorial JK, as quadras residenciais, a Catedral, a coluna do Alvorada e somente dois fizeram menção ao Plano, sendo um deles com a leitura livre de uma borboleta. Nos dois grupos, não houve consenso para a escolha de uma única imagem que representasse Brasília.

Relações Pessoais, Sociais e Políticas

Os dois grupos chegaram a menos de um ano na cidade, vieram em função do emprego público e a maioria é de solteiros. O padrão de vida dos moradores do Plano, em suas cidades de origem, pareceu ser mais alto do que os que optaram por morar nas Satélites, apesar de todos estarem com um padrão de renda semelhante em Brasília. Foram unânimes em afirmar uma forte solidariedade no trabalho. Observam que Brasília é uma cidade “muito família” e sentem-se sós, só tendo feito amigos no trabalho (RPP). Percebem também um preconceito com relação ao sotaque deles, porque “a Cidade não tem sotaque, não se identifica de onde é” (RPP). Há outro clima em Taguatinga, onde é mais fácil de se relacionar, tem gente na rua, vêem os vizinhos (RCS). Na vizinhança, já conhecem alguns comerciantes, principalmente nas padarias.

A paquera é muito diferente de suas cidades de origem para os dois grupos. Constatam que em Brasília “é outra abordagem, os meninos só olham” (RPP), nem em Taguatinga dá, são grupos fechados (RCS), enquanto outra participante, separada e com um filho, planeja: “eu não sei, vou acabar montando uma agência de casamento...” (RPP). Essa mesma participante percebe que o filho é um caminho para sua socialização, principalmente na quadra onde mora.

Não falta opção para o lazer - barzinho, cinema e *shopping*, mas acham caro e “acaba todo mundo no mesmo lugar” (RPP). Encontram-se pessoas nos bares, mas só se interage com “amigos dos amigos” (RCS). Férias é sinônimo de encontro com a família e os amigos de origem. A internet só funciona com amigos já conhecidos, ninguém conhece estrangeiros na Cidade e a religiosidade é quase nenhuma. Sentem a rotatividade e a temporariedade das relações a partir deles mesmos, pois já vêm com a idéia de pedir transferência e voltar (RPP). Os das Satélites percebem a rotatividade nas imobiliárias e nas lojas de móveis usados: “são todos novos” (RCS)⁸³.

⁸² Utilizarei as siglas RPP para os recém-chegados do Plano Piloto e RCS para os recém-chegados das Satélites.

⁸³ Esse comentário é interessante por mostrar o quão surpreendentes podem ser os lugares de observação de um fenômeno social. Neste caso específico, a rotatividade das pessoas na Cidade foi lida no comportamento de descaso das imobiliárias pelo excesso de demanda e na quantidade de móveis novos das lojas de usados.

Os dois grupos não têm participação política em Brasília, nem nas suas cidades de origem, com exceção de uma participante do Plano. Os da Satélite notam que a política é tema constante no trabalho, mas acham que é por interesse pessoal em relação ao próprio emprego. Os do Plano percebem o mesmo fenômeno, mas acreditam que é por estímulo da proximidade do poder. Mesmo assim, isso é distante do seu dia-a-dia.

Relações Estruturais

Os do Plano só se localizam de carro, acham fácil, mas brincam com as tesorinhas, que causam “enjôo”, e não se encontram se andarem de ônibus. Os das Satélites não têm carro e se perdem bastante. Não entendem a lógica da cidade, nem de Taguatinga. A Rodoviária é o ponto de referência para todos, mas a numeração do Plano é também notada (RPP). Marcante é o Congresso, o Eixo Monumental, a visão da Torre (RCS) e, além do Congresso, o sol, a lua e as quadras comerciais (RPP). Todos usam tanto o comércio de rua quanto o *shopping*, mas brincam com a segmentação de algumas quadras: “é o setor de óticas sul, setor de parafusos norte ...” (RPP). Os do Plano reclamam a falta de um centro como referência do comércio em suas cidades.

Ninguém anda a pé, só de metrô, ônibus e carona e reclamam muito do horário e da lentidão do metrô (RCS). Os do Plano gostam da segurança e da tranquilidade, enquanto os das Satélites radicalizam: não gostam de nada. “Aqui é tudo igual, enjoa tanto” (RCS).

Relações Econômicas

Todos consideram a vida em Brasília muito cara. Os das Satélites observaram que os apartamentos no Plano para alugar são pequenos, velhos e caros, enquanto em Taguatinga são maiores e mais baratos. Não notaram nada de diferente nos serviços de saúde, educação, mas reclamam muito do transporte público. Os dois grupos acham o problema social bem visível, principalmente na Rodoviária (RCS). Já foram a outras Satélites e concluíram que a falta de ônibus para lá é proposital, para excluir os pobres do Plano (RCS). Criticam as pessoas do Plano por não perceberem isso: “Parece um grande condomínio o Plano Piloto” (RCS). Todos acham boa a segurança.

Relações Emocionais e Simbólicas

Quando viajam, os participantes das Satélites se chocam com o custo de vida em Brasília, e gostam de ver pessoas na rua e de poder andar em calçadas. Os do Plano acham que Brasília já tem história, mas eles “estão só de passagem”. Os outros ironizam ao apontar que “a história de Brasília está na Globo” (RCS)⁸⁴.

Brasília não é parecida com o Brasil porque “por ter todo o Brasil, não é parecido com nada”, “A vida daqui não é igual” (RPP). Os das Satélites acham que Brasília lembra o Brasil na miséria e na forma de escondê-la. E não parece a capital, porque teria que ser uma cidade mais importante, com mais influência como Rio ou São Paulo (RCS). A política não se materializa na vida cotidiana, continua sendo uma imagem na tela da TV (RCS).

O patrimônio não tem grandes significados para os dois grupos, mas dão várias sugestões de melhorias do espaço: calçadas, metrô para a Asa Norte, transporte melhor (RCS) e centros e espaços de convivência (RPP), e reconheceram que “não dá pra mudar, senão teria que ser para algo que a gente conhece” (RPP).

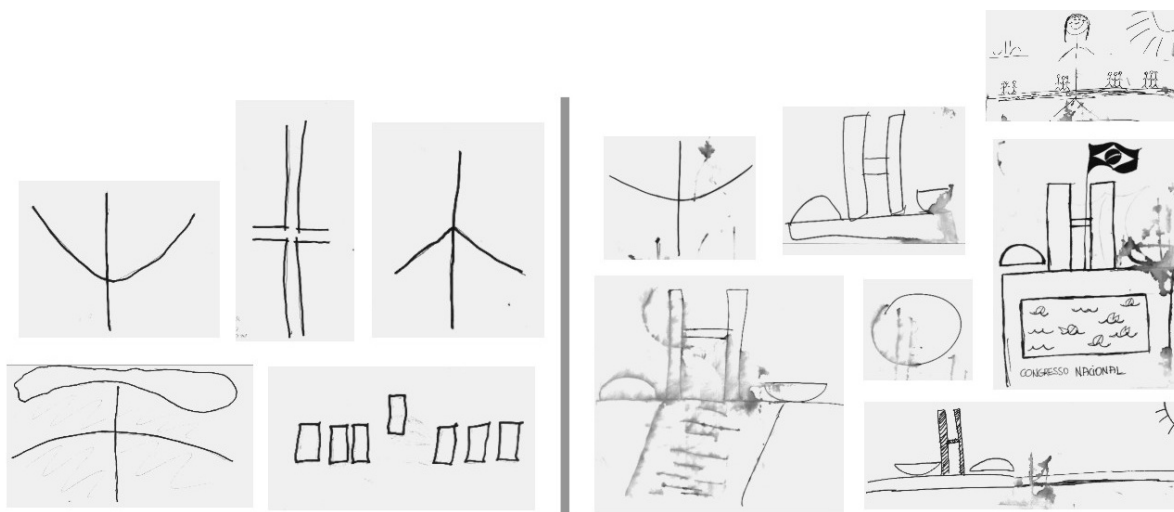
Associação e Personificação

As associações dos dois grupos foram muito homogêneas, demonstrando que o pouco tempo de interação com a Cidade não mudou percepções mais genéricas como **política, poder, concreto, Congresso** (RCS e RPP) e percepções estreitamente vinculadas a sua realidade de vida atual: **oportunidade e trabalho** (RPP).

O mesmo ocorreu com a personificação. O grupo das Satélites produziu uma figura única, construída em conjunto, de “um homem gravatado, sério, conservador e burocrata, porém não é o *yuppie* de São Paulo” (RCS). Já os do Plano escolheram as figuras da origem de Brasília: Niemeyer e JK.

⁸⁴ Referência à mini-série sobre a vida de JK, que esteve recentemente em cartaz na TV Globo.

Desenhos



Recém-chegados Satélites

Recém-chegados Plano Piloto

As imagens produzidas pelos participantes do Plano Piloto foram menos uniformes que as associações e teve dois desenhos de destaque: a lua e gente andando pela orla do Lago (com uma citação em segundo plano do Congresso, à esquerda), além de 3 Congressos e um traçado do Plano. O grupo das Satélites teve produção mais homogênea: todos se referiram ao traçado da Cidade, exceto um participante, que reproduziu o Eixo Monumental e o Congresso. Apesar de não ter havido consenso na escolha das imagens, podemos afirmá-lo pela produção quase uniforme dos recém-chegados das Satélites.

PIONEIROS PLANO PILOTO⁸⁵

Relações Pessoais, Sociais e Políticas

O motivo de sua permanência na Cidade foi, sem dúvida, a oportunidade de uma vida melhor; mas surgiu também, nas falas, o cosmopolitismo de Brasília em relação ao interior do País⁸⁶. Não se consideram diferentes dos outros moradores, mas constata

⁸⁵ O grupo produziu resultados interessantes, razão pela qual fiz sua análise isolada, mesmo sem poder aproximá-los do grupo de pioneiros das Satélites.

⁸⁶ Essa observação voltou ao longo da discussão, o que reforça o fato de que Brasília funcionou como pólo de atração por ser a capital, uma cidade que prometia ser grande, para os que moravam no interior. Se, como se dizia na Idade Média, “o ar da cidade liberta”, a Cidade ainda atrai os brasileiros interioranos, nos dias de hoje, pela mesma razão.

que não fazem mais amigos atualmente, estão mais caseiros. Frequentam o comércio local e estranham que alguém compre pão em outra quadra que não a que mora, fato normal em Brasília; mas não demonstram interagir de forma muito próxima com os comerciantes com quem convivem.

Os amigos feitos à época da chegada permaneceram até hoje, são “amigos de mais de quarenta anos”. Reconhecem que, no início, as relações foram profundas e solidárias, entre os pioneiros, mas relações de trabalho e vizinhança, que, muitas vezes, se confundiam, pois as quadras eram segmentadas pelos órgãos. Uma participante pontua que isso aconteceu mais com os homens, que formaram uma espécie de irmandade, que hoje não existe mais. Comentam que os colegas do tempo de faculdade não ficaram.

A interação com as pessoas das Satélites é baixa, conhecem pessoas, não têm amigos. Observam a rotatividade pelos militares e pelos estrangeiros, que alugam e desalugam casas, principalmente, no Lago Sul, sem interagir com a vizinhança. Não usam internet, nem conhecem estrangeiros.

O lazer se faz em lugares muito distintos dos citados pelos nascidos e recém-chegados: orla do Lago, Clube do Choro, cinema, navegar no Lago, os centros culturais e museus, além de clubes náuticos, como o Iate Clube e o Cota Mil. Aparecem também o Conjunto Nacional e o Schlob como pontos frequentados pelas pessoas da sua faixa etária.

Para aquele grupo, Brasília não incentivou sua religiosidade. Uma participante afirmou que era de “comunhão diária, vim pra cá... e depois que entrei na UnB também a minha cabeça mudou e eu... Não sei porque, deixei a religião... Eu sou religiosa, mas...”. Apenas uma participante é evangélica praticante.

Quanto à política, o grupo se dividiu entre dois participantes bastante politizados e o restante, que a princípio, negou veementemente qualquer relação com política. Reconhecem que a proximidade do poder ajuda a fazer contatos, a transitar profissionalmente com mais facilidade.

Relações Estruturais

O grupo não tem qualquer problema de localizar-se na Cidade. O deslocamento é fácil, porque andam de carro e o trânsito é tranquilo. Não tem dificuldade em encontrar as coisas que precisam e homens e mulheres se dividem na preferência por comércio de rua e *shopping*, respectivamente.

A melhor referência é a Rodoviária, mas citam também a Torre TV e a Esplanada dos Ministérios. O mais marcante da Cidade está relacionado com o espaço urbano: a superquadra, o teatro, o Plano Piloto; mas o que mais gostam, é predominantemente ligado aos aspectos naturais, como ar, céu, arborização e tempo.

Relações Econômicas

Reconhecem os problemas sociais, apontando Brasília como “uma cidade que separou os ricos”. O participante mais politizado cita o privilégio na distribuição de lotes no início de Brasília e o fato de ser um dos poucos lugares do Brasil onde houve “uma distribuição real da terra. Isso ninguém jamais vai tirar do Roriz. Ele distribuiu mais de 100 mil lotes. E olha que eu sou petista”. Quanto à segurança, foi item elogiado por todos. O mesmo participante afirmou com ironia: “– Sim, talvez porque os marginais estão concentrados pra lá”.

Relações Emocionais e Simbólicas

Os pioneiros demonstram gostar muito da Cidade – “a melhor cidade do mundo é Brasília” -, e ficam aflitos com o trânsito caótico, quando vão a outros lugares; mas constatam que está longe de ser uma cidade ideal: poderia ser mais humana, a Cidade não conseguiu os objetivos de integração. A questão do patrimônio é “ganância da mentalidade brasileira”, não precisava ter sido tão abrangente, mas reconhecem a importância do tombamento na manutenção da qualidade de vida.

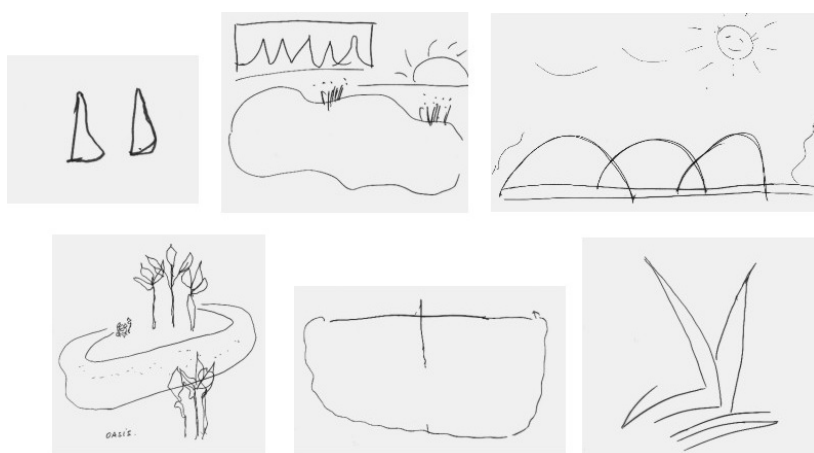
Acham que a Cidade tem história, aquela que viveram, e se sentem parte dela. Para eles, Brasília não tem nada a ver com o Brasil. Enfatizam o processo de interiorização provocado pela capital: “Foi o grande encontro do Brasil. No Rio de Janeiro, não se encontrava [...] O Brasil não tinha um centro [...] com a construção de Brasília, veio gente de todos os lugares”. Entendem que se criou algo de novo com a construção da Cidade: “parece que colocou num liquidificador e bateu”.

Associação e Personificação

As idéias associadas foram, em sua maioria, ligadas ao poder do Estado e à política, mas apareceu também uma percepção de “paraíso”: **oásis**, além de **poder**,

arquitetura, corrupção, riqueza, e Brasil. As figuras humanas que apareceram remetem a uma visão futurista, tecnológica e estranha, como **robô, cidade lunar e marciana**; a figura de uma mulher **balzaquiana** também foi citada.

Desenhos



Pioneiros Plano Piloto

As imagens do grupo de Pioneiros do Plano foram muito heterogêneas. Enquanto um participante, cuja profissão é urbanista, desenhou um oásis, os outros optaram pelas formas da Cidade. Houve três citações do Palácio da Alvorada, sendo uma delas a visão poetizada da forma de suas colunas; uma referência ao Plano e, curiosamente, aparece a Ponte JK, obra bem recente em Brasília e que não tinha aparecido nas representações dos grupos mais jovens.

NASCIDOS, RECÉM-CHEGADOS E PIONEIROS PLANO PILOTO

Os participantes dos grupos de nascidos e recém-chegados tinham a mesma faixa etária e padrões semelhantes de lazer, o que determinou estilos de vida semelhantes. A aproximação é interessante, pois freqüentam os mesmos lugares da Cidade, mas aparentemente sem se encontrarem. A fala dos nascidos reconhece a formação de grupos fechados e uma dificuldade de interação com pessoas de outras origens, o que vai ao encontro da fala dos recém-chegados, que não conseguem interagir com os nativos.

Parece se estabelecer aí um círculo vicioso, em que os “estrangeiros” se ressentem e buscam apoio nos iguais, associando à Cidade o mal estar da não interação,

enquanto os nascidos, apesar de críticos, se abrigam em grupos de afinidade. Já os pioneiros, prováveis “pais e avós dos nascidos”, não freqüentam os mesmos lugares de lazer e não interagem com os mais jovens.

A rotatividade é um fato banal em suas vidas, não é sequer um ponto de atenção, o que reafirma a pouca interação com os “estrangeiros” na Cidade⁸⁷. Ao contrário, eles próprios assumem a rotatividade como possibilidade de vida futura, demonstrando certo desapego à cidade de origem. Nesse sentido, a aproximação dos nascidos com os recém-chegados mostra sentimentos opostos em relação ao local de origem: uma espécie de “amor desapegado”, nos primeiros, e um “amor melancólico”, nos segundos.

Os pioneiros, por estarem em outra faixa etária, possuem outro estilo de vida. Estão naturalmente mais caseiros, aposentados em sua maioria, e acham que quem chega hoje faz mais amigos do que eles. Constatam que os amigos são herança do tempo em que chegaram a Brasília, de um momento de solidariedade que não existe mais em suas vidas.

É natural que recém-chegados ainda não tenham desenvolvido uma relação política com a Cidade; porém, não estão muito distantes do comportamento dos nascidos e pioneiros. Apesar do discurso social articulado, poucos nascidos tiveram qualquer ação política na vida. Os pioneiros eram ainda mais desinteressados da questão, com exceção de dois participantes, que contrastaram seu discurso com o silêncio dos outros.

Brasília não oferece grandes dificuldades de apreensão espacial para nenhum dos grupos. Mesmo os recém-chegados demonstraram rápida compreensão do desenho do Plano. A Rodoviária foi apontada como a grande referência da Cidade para todos, sendo que os pioneiros citam também a Torre e a Esplanada, pontos que somados nos dão o Eixo Monumental.

Pioneiros e nascidos se aproximam na identificação do ponto mais marcante, quando apontam a urbanização, os prédios baixos, a superquadra. Já os recém-chegados escolhem o Congresso, imagem mais difundida pela mídia nacional, ou elementos mais óbvios da natureza, como o sol e a lua.

Sobre o que mais gostam na Cidade, os nascidos projetaram nos pontos marcantes um juízo de valor: a beleza da Cidade. Os pioneiros escolheram símbolos da natureza, como qualidade do ar, o tempo, as árvores, como se negassem o espaço urbano

⁸⁷ Quando perguntados sobre amigos e amores, reagiram normalmente, reconhecendo que os fizeram ao longo da vida, na quadra, na escola ou na faculdade. Houve total ausência de relatos de separações e despedidas de pessoas que partiram.

nesse gostar. Os recém-chegados apontam a segurança e a tranquilidade, talvez fatores de contraste em relação às suas cidades de origem⁸⁸.

Todos produziram falas críticas em relação aos problemas sociais de Brasília, sempre com o discurso do cidadão brasileiro indignado com a injustiça social, que atinge uma parcela da população da qual não fazem parte. Os nascidos e os recém-chegados também pontuaram a questão que mais os atinge pessoalmente: o transporte público. Os pioneiros, nem isso, talvez pelo fato de andarem de carro em sua maioria.

Os pioneiros reiteram sua escolha por Brasília nos aspectos relativos à qualidade de vida, ao se confessarem incomodados pelo caos, pelo trânsito caótico e pela poluição das outras cidades. Os nascidos estranham também os outros espaços urbanos, mas sem relacioná-los tanto ao stress das cidades; antes, apontam diferenças mais simbólicas, como a estranheza com os sinais do tempo, expressa no incômodo com os “dez asfaltos de São Paulo”, ou mesmo a sensação de acolhimento no retorno a Brasília.

A Cidade tem história, naturalmente, para os pioneiros; os recém-chegados também identificam a mesma história, a partir da fundação de Brasília. Os nascidos já elaboram uma história recente, identificando fatos da crônica policial da Cidade. Todos se sentem parte dessa história, com exceção dos recém-chegados, que se vêem apenas “de passagem”.

Brasília e Brasil só estão próximos para os nascidos. Os pioneiros rejeitam essa aproximação com a explicação de que o Brasil ganhou um centro que não tinha com a construção da Cidade, reconhecendo nisso um fato “novo” para o País. O motivo da não semelhança para os recém-chegados é de outra ordem: “a vida aqui não é igual”, o que traduz uma percepção do “diferente”.

NASCIDOS E RECÉM-CHEGADOS SATÉLITES

Os participantes desses grupos também estavam na mesma faixa etária e mesmo nível social, indicando uma semelhança de modos de vida. Os nascidos não sentem falta de interação social, não têm maiores dificuldades em paquerar e fazer amigos, mesmo fora do ambiente de trabalho. Não percebem a rotatividade dos moradores, fato que

⁸⁸ Observei que a idéia de “marcante” produziu imagens de coisas próximas e bastante reconhecíveis para cada grupo. Essa apreensão poderia se misturar com o sentido do “que mais gostam”; mas isso só aconteceu com os nascidos em Brasília.

comprova que, realmente, andam em grupos fechados de amigos. Os recém-chegados se ressentem um pouco da falta de interação, mas demonstraram muito menos preocupação com o fato de que os recém-chegados do Plano. A questão da sociabilidade foi, sem dúvida, bastante presente nos dois grupos do Plano, contrastando com a abordagem ocorrida nos grupos das Satélites.

Em relação aos pontos discutidos, não há muito a acrescentar quanto aos aspectos analisados anteriormente na aproximação dos nascidos e recém-chegados do Plano. Vale destaque apenas o fato de ambos ter projetado uma figura em comum: o funcionário público como a personificação de Brasília.

III

INTERAÇÕES POSSÍVEIS

Única entre todas as cidades do império,
Eutrófia permanece idêntica a si mesma.
Mercúrio, deus dos volúveis, patrono da cidade,
cumpriu esse ambíguo milagre.

Ítalo Calvino. As Cidades e as Trocas. p. 63

São muitos os caminhos a escolher para percorrer as Brasília que surgiram nas vozes da Cidade. Ler suas representações sociais como visão de mundo, mas também identificando as identidades que se constituem nessa representação. Verificar os encontros e desencontros entre Brasília e seus moradores, os pontos de intersecção entre a Brasília narrada por seus habitantes e a suposta Brasília de nosso ponto de partida, sempre com foco em suas sociabilidades. Essas narrativas parciais da Cidade são todas maneiras de pensá-la aos poucos, isolando e analisando cada aspecto recortado, qual peças de um jogo, que, ao final, reunidas em sua lida cotidiana, reconstroem outro mapa da Cidade: uma possibilidade de ver Brasília.

Brasília nasceu pronta, não como um “artefato” ou um “fato cultural” de uma associação humana, que ali precisou tomar posse de um território e construir uma cidade, para constituir sua “forma e conteúdo” nessa relação. Como cidade planejada, Brasília é um fato cultural do País, da sociedade brasileira que a construiu durante o Governo de JK. Os pioneiros é a parte dessa sociedade que interagiu com sua história, construindo-a literalmente ou apenas permitindo que sua história entrasse em suas vidas⁸⁹. A Cidade fundada se ofereceu com reservas aos seus futuros “donos”. E hoje, passados 45 anos, como se comporta?

⁸⁹ Muitos dos pioneiros, que vieram transferidos por seus órgãos de origem, não o fizeram por vontade, mas por circunstância. Apesar de não termos dados quantitativos a esse respeito, sabemos que muitos não permaneceram na Cidade. Os que optaram por ficar, provavelmente o fizeram por ter encontrado oportunidades reais de melhoria de vida e por possuir um perfil mais ousado e aventureiro, que os fez resistir a morar em condições ainda precárias. Não há como acreditar que essas pessoas escolheram Brasília pelo que ela oferecia enquanto cidade, pois sua inauguração foi quase simbólica. O término de sua construção se deu ao longo dos anos e, com certeza, representou enorme sacrifício na vida cotidiana dos que ali viviam. No entanto, não nos esqueçamos da força atrativa que uma capital - cidade cosmopolita - exercia simbolicamente sobre quem morava no interior do País. Isso apareceu de forma muito clara no grupo dos pioneiros.

Ela é hoje, de fato, uma metrópole cosmopolita, pois é uma cidade por onde transitam estrangeiros, políticos, homens de negócio e uma classe média com excelente padrão de consumo, o que torna seu mercado atraente para investimentos. É possível encontrar quase tudo na Cidade, de alta tecnologia a serviços sofisticados, de lojas de *griffe* a roteiros culturais. O centro do Brasil foi, realmente, ocupado, fazendo parte das rotas de ligação do Sul e Sudeste com o Norte e o Nordeste do País⁹⁰.

Porém, esse ritmo aparentemente frenético não está calcado numa economia plural⁹¹. Não houve nenhum esforço para trazer para o *centro* outras atividades além da administração federal. Apesar do crescimento industrial pelo qual o Brasil passou à época, nenhuma indústria se implantou na região, o que poderia ter propiciado um outro devir para a Cidade. Brasília se manteve em seu escopo inicial, o de capital burocrática do Estado, cujo maior atrativo sempre foi, e continua sendo, o da oferta de emprego público⁹².

Não podemos, então, utilizar em Brasília o conceito de “sociedade urbana” de Lefebvre. Ela não foi fruto de um processo dialético entre o antigo e a industrialização, e sim uma cidade “artificialmente” construída, no sentido mesmo de seu planejamento, e no sentido econômico, que a preservou dos prováveis males da presença da indústria, mas a condenou aos males da racionalidade da ação burocrática estatal.

A este aspecto de exceção, soma-se outro, tão definitivo quanto aquele: seu espaço urbano ímpar, fruto do ideário proposto pela arquitetura moderna, que reproduziu brilhantemente seus princípios, mas os concentrou no Plano Piloto, fragmentando o que poderia ser um todo urbano em várias cidades-satélites⁹³. A segregação espacial do entorno de Brasília não é também social por acaso. Não havia mesmo lugar para a pobreza

⁹⁰ O aeroporto de Brasília ocupa hoje o 3º lugar no Brasil em número de pousos e decolagens -127.181-, atrás somente de São Paulo - 312.673 - e Rio de Janeiro -138.332 (**Movimento Operacional Acumulado da REDE INFRAERO** – janeiro a dezembro de 2005).

⁹¹ A recente aprovação da chamada Cidade Digital, pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, pode inaugurar uma nova fase para Brasília. Se o projeto chegar a se implantar, a Cidade servirá de chamariz para empresas de tecnologia, que tenderão a formar um pólo especializado na área, nos moldes do Vale do Silício, no norte da Califórnia. Isso representaria enorme ganho econômico e social, pois é uma indústria “limpa” e que atende amplo espectro das empresas do País. As estimativas são de que sejam gerados 40 mil novos postos de trabalho.

⁹² Nunes aponta para a fragilidade dessa situação: “[...] permanece portanto de forma contraditória a sensação de uma economia pouco complexa e que se dinamiza quase que exclusivamente a partir de estímulos ditados pelo Estado, frente ao qual apresenta uma autonomia relativa bastante frágil” (2004, p. 105).

⁹³ Brasília é considerada “uma cidade polinucleada de assentamentos urbanos”, definição dada por Aldo Paviani, que publicou diversos estudos sobre seus problemas urbanos e sua “metropolização” (PAVIANI, 1988, p.48).

brasileira no espaço mítico reservado ao poder do Estado ou, pelo menos, não seria nem política, estética ou simbolicamente adequado mostrá-la⁹⁴.

Apartados da cena, esses brasileiros construíram cidades que negaram o urbanismo moderno. Há alguns respingos de influência natural, identificáveis, por exemplo, nas tentativas de quadras de cidades como Taguatinga, mas respira-se por lá uma atmosfera em muito semelhante às das demais cidades brasileiras. O cotidiano das Satélites, descrito nas falas de seus moradores, parece preservar algumas características urbanas que Brasília não tem: gente caminhando pelas ruas, interações de vizinhança e uma geração de nascidos ali com aparentemente menos conflitos de relacionamento que os nascidos do Plano⁹⁵.

Há um isolamento qualitativo entre as Satélites e o Plano Piloto, não somente social. Em contraponto ao “caos” do entorno, o espaço urbano de Brasília é ordenado, asséptico, bem cuidado, sem as dissonâncias e as polifonias normais das outras cidades brasileiras. Nada é muito colorido, nada é excessivo. Nunes vê nisso uma espécie de “transposição da racionalidade do mundo do trabalho para o espaço coletivo da cidade, onde os dois mundos se complementam” e questiona se é possível falar sociologicamente de “vida urbana” quando estudamos Brasília (2004, p. 148). Se considerarmos como vida urbana o movimento de pessoas pelas ruas das cidades e as possibilidades de interações cotidianas, o planejamento urbano de Brasília eliminou praticamente os lugares de vida coletiva, reservando-os aos espaços fechados de *shopping centers* e clubes.

A percepção espaço-tempo em Brasília se desequilibra na ênfase dada ao uso do carro e no esquecimento das calçadas e no desestímulo ao pedestre. As escalas do projeto não se harmonizaram na vida cotidiana, restando ao morador o contraste entre a imobilidade doméstica e a velocidade dos deslocamentos, prejudicando a escala intermediária da “lentidão do passeio solitário” - o *flanêur* brasiliense já nasceu morto. Isso

⁹⁴ Há os que ainda defendem a utopia social do projeto de Brasília. Porém, Lúcio Costa sempre se referiu à interação social entre escalões superiores e inferiores do poder administrativo, o que significava ainda uma segmentação muitos degraus sociais acima da pobreza dos brasileiros que construíram a Cidade. Nem mesmo esses escalões conseguiram resistir à valorização da terra no Plano e migraram para as cidades satélites. Holanda ainda acrescenta: “ela foi comandada por políticas públicas como resposta a princípios ideológicos, não como resposta a forças de mercado, regra nas demais cidades brasileiras. Nem por isso foi menos perversa – talvez mais” (2003, p.2).

⁹⁵ A “falta de bueiros nos eixinhos e postes de alta tensão”, aspectos apontados como marcantes na Cidade pelo grupo de nascidos das Satélites, é uma observação irônica de alguém acostumado aos mais prosaicos detalhes da vida urbana comum das Satélites. Algumas questões de relacionamento, como a paquera, foram enfatizadas pelos nascidos do Plano e nem sequer debatidas pelos das Satélites.

reforça a visão totalizante de quem a percorre e cria a impressão de “um grande condomínio” (RCS)⁹⁶.

Mesmo que o talento de Costa e Niemeyer nos tenha legado uma Cidade com personalidade muito própria, temos que reconhecer que a vida em Brasília continua fortemente submetida aos princípios da arquitetura moderna. Nada de muito significativo se deu em seus 45 anos de existência, exceção feita à nova ponte JK, rapidamente integrada à vida e à simbologia da Cidade⁹⁷. A quantidade de projetos de Niemeyer, que ainda hoje são construídos na Cidade, acentua a tendência de Brasília tornar-se, cada vez mais, um espaço de exposição permanente de um só arquiteto.

O urbanismo modernista de Costa produziu um núcleo urbano onde o poder do Estado ganhou *design* diferenciado, enquanto se reservou a homogeneidade e a indiferenciação às áreas residenciais. A Cidade se impõe como um *monumento em si*, por duas razões complementares. Na unicidade de sua concepção, o que ganha espaço na memória é sua forma-síntese, seu mapa; e a primazia dos espaços abertos e a clareza dos volumes isolados como puras formas geométricas fazem todos os edifícios parecerem monumentos (HOLSTON, 1993, p. 139). A repetição contínua dessa ordem dá à cidade um ar permanentemente grandioso, de um “museu a céu aberto”.

O Plano Piloto se comporta como os “espaços proibidos”, citados por Bauman, que aqui ganham o contorno de uma cidade inteira. As grades invisíveis de seu entorno, ou os muros de uma cidadela medieval, podem ser encontrados nos preços e escassez do transporte coletivo, principalmente no final de semana (RCS), nos códigos de moda e vestuário dos “mauricinhos e patricinhas” (NPP), que corroboram a discriminação e o preconceito dos seus moradores em relação aos das Satélites (NCS).

À segmentação espacial do Plano, acresce-se a segmentação funcional interna, que cria limites funcionais de uso e retiram do espaço o fator preponderante de vida dos lugares: a diversidade. Jacobs observa que o uso contínuo de um espaço se deve,

⁹⁶ Continuarei usando as siglas dos grupos de pesquisa para identificar suas falas ao longo do texto.

⁹⁷ Refiro-me ao uso da nova ponte como lugar de caminhadas e mirante do Lago e ao uso de sua forma como símbolo do Governo do Distrito Federal.

Sem intenção de fazer simplesmente crítica arquitetônica, constato apenas que não apareceu em Brasília nada que alterasse ou quebrasse a concepção do espaço modernista. Claro que seu tombamento é o maior responsável; mas há também o referencial estético da arquitetura de Niemeyer, tão forte quanto paralisante. Nas poucas oportunidades oferecidas, especialmente os Setores Comercial e Bancário Norte ou os espaços religiosos, os projetos provaram ser incapazes de produzir nada além da repetição do mesmo, com piores resultados.

principalmente, à “diversidade física funcional de usos adjacentes, e pela conseqüente diversidade de usuários e seus horários” (1961, p.106). Em Brasília, a segmentação por setores transforma-os em espaços desertos fora do horário de uso habitual. O Setor Comercial Sul, cheio de movimento durante o dia, quase fazendo lembrar a efervescência de outros centros urbanos, fica completamente vazio à noite. “[...] a animação e a variedade atraem mais animação; a apatia e a monotonia repelem a vida” (JACOBS, 1961, p. 108).

Ao espaço urbano que se oferece cheio de singularidades, soma-se um espaço social e econômico peculiar, onde transitam diariamente milhares de brasilienses de origens, memórias e sotaques de diversos pontos do País, em sua maioria, com atividades econômicas dependentes do estado empregador. Como esse “Brasil inteiro” interage com a racionalidade espacial e econômica da Cidade e como se dão os vínculos sociais é o que queremos analisar.

Na Brasília de hoje, circulam várias gerações com tempos diferentes de vida na Cidade: pioneiros que envelheceram, brasilienses que aqui cresceram, brasileiros que não param de chegar e até estrangeiros de verdade, que todos sabem existir, mas que raramente conhecem⁹⁸. A princípio, o que as vozes da Cidade revelam é que moradores do Plano Piloto e das Satélites possuem mais em comum do que a fragmentação espacial indica.

Brasília é ambígua porque é o elemento em comum, aquilo que une e fraciona simultaneamente seus moradores. Seu simbolismo é tão forte, que rouba qualquer espaço das Satélites, que só são nomeadas no âmbito local. Fora da Cidade, ninguém diz que mora no Distrito Federal, e sim em Brasília, expandindo sua imagem para além das fronteiras do Plano Piloto. Os grupos de pesquisa demonstraram inteira consciência da separação espacial e social que ocorre, mas isso não impede que os das Satélites se sintam pertencentes à capital: “As Satélites são Brasília” (NCS).

Como capital do Brasil, Brasília acaba sendo sinônimo e síntese das representações sociais dos brasileiros em relação ao poder do Estado. Era de se esperar que seus moradores enfatizassem os aspectos mais cotidianos do lugar. No entanto, ela apareceu representada de forma muito semelhante por todos, à exceção dos que convivem

⁹⁸ Todos os participantes dos grupos relatam praticamente não conhecer nenhum estrangeiro, o que confirma a percepção inicial de que os estrangeiros em missão diplomática formam grupos isolados da vida na Cidade.

mais diretamente com o Plano há mais tempo e por motivos diferentes⁹⁹. Se tentarmos uma síntese das representações produzidas pelos grupos da pesquisa, Brasília é, apesar de seu nome induzir ao contrário, predominantemente *masculina*¹⁰⁰, associada ao *poder do Estado* e a suas derivações, como *política*, *corrupção* ou ainda *oportunidade de trabalho*.

Os nascidos do Plano confirmam ser uma geração que aprendeu a lidar com esse espaço, a chamá-lo de “casa” e a ver nele acolhimento. São os únicos que vêem a “beleza da cidade” como um fator de orgulho original (NPP). Os outros recusam sua urbanidade, ao identificá-la em seus aspectos “naturais”, como o clima, o ar, as árvores, o Lago, a lua ou o céu. Suas falas parecem indicar que ninguém se sente, de fato, pertencendo ao lugar. Por razões diferentes estão aqui, e não se percebe o olhar afetuosamente de quem fala de sua “casa”.

As reflexões de Mafesolli sobre o “enraizamento dinâmico”, que instaura a sociabilidade dos homens, parecem encontrar aqui sua experiência limite. As relações fechadas em pequenos grupos identitários¹⁰¹, mostram contornos claros em Brasília. As gerações, que se fracionam naturalmente por faixa etária, tornam a se dividir por culturas de origem (PPP), local de residência (NPP e NCS) e por identidade na diferença (RPP e RCS).

Não há interação entre os grupos de identidade. Interação, aliás, é palavra de uso raro nas falas dos moradores da Cidade. As possibilidades de interseção e encontro não são otimizadas nas relações, circunscrevendo-as a fatores de parentesco, vizinhança e trabalho, que se desdobram nos “amigos dos amigos” (RCS), ou seja, é preciso “passaporte” para entrar nos grupos de identidade. A constatação de que os amigos não foram feitos na faculdade (NPP e PPP) mostra que nem mesmo com anos de convivência, as amizades se fixam.

Os amigos da vizinhança e da escola foram feitos na infância (NPP) ou por meio da amizade dos filhos (PPP). Ninguém no Plano conhece os vizinhos, não interage

⁹⁹ Os pioneiros revelam um estranhamento com a Cidade ao vê-la ainda como uma “cidade futurista”. Os nascidos vêem “paz”, “esperança”, “amor” e chegam a poetizar seu desenho urbano, associando-o a uma borboleta.

¹⁰⁰ As únicas figuras femininas foram a de Lílian Witefibe e uma balzaquiana.

¹⁰¹ Apesar de citar Mafesolli, acredito tratar-se aqui de dois fenômenos distintos. As tribos pós-modernas se unem em torno a fatores de identidade cultural, a exemplo de grupos de *funk*, no Rio de Janeiro, ou de *gangs* de quadras de Brasília. O fracionamento de grupos de identidade, a que me refiro, não chega a configurar *tribos*, mas mera divisão por afinidade de idade, amizade, vizinhança, trabalho, ou seja, a diferença fundamental é de escolha. Nas tribos, eu escolho o grupo por concordar com seus valores e princípios; na segunda, eu sou escolhido por critérios quase alheios ao meu desejo.

com eles e nem sequer os encontra, não somente nas quadras, mas também nos Lagos (PPP). “Tem até uma piadinha que diz que, antes de sair de casa, o brasileiro típico dá uma conferida para ver se o corredor está vazio, e assim evitar de dar ‘bom dia’ pro vizinho” (NOGUEIRA, site s/data, grifo do autor). Nas Satélites, os laços se fazem “enquanto se varre o quintal” (NCS)¹⁰². Os resultados da pesquisa não são surpreendentes, pois tudo isso é sabido e comentado na crônica da vida na Cidade:

Nossos pais também se tornaram amigos e até hoje nós todos mantemos contato. Foi a única vez em que tive amigos-vizinhos – tudo graças àquela sociabilidade típica de quem tem menos de dez anos de idade. [...] Fiquei pensando que isso é sinal de que criança já nasceu sabendo fazer o que realmente importa na vida: amigos. Coisa que nós, brasileiros de nascimento ou de coração, estamos mesmo precisando reaprender (NOGUEIRA, site s/data)¹⁰³.

Os brasileiros que chegam se isolam entre os pares, normalmente apoiados na solidariedade que se forma no ambiente de trabalho, mais por impossibilidade do que por vontade (RPP). A não interação dos locais com quem chega fica clara na ausência de relatos sobre encontros e despedidas, ou seja, a rotatividade não interfere em suas vidas (NPP e PPP). Só quem a observa, de fato, são os “estrangeiros” mais recentes (RPP e RCS). Ao final, as relações sociais da Cidade se constituem em vários grupos diferentes, relacionando-se todos como “estrangeiros” entre si. As questões de *proximidade* e *distância* adquirem aqui outra dimensão, como no estrangeiro de Simmel:

O estrangeiro está próximo na medida em que sentimos traços comuns de natureza social, nacional, ocupacional, ou genericamente humana, entre ele e nós. Está distante na medida em que estes traços comuns se estendem para além dele ou para além de nós, e nos ligam apenas porque ligam muitíssimas pessoas (1983, p. 183).

No limite, essa relação com o estrangeiro pode rejeitar até o que se tem em comum. Simmel cita o exemplo típico de gregos e bárbaros, quando o estrangeiro vira ameaça e se recusa até o que é mais comum aos dois, os atributos puramente humanos. O comum, por possuir o caráter mais genérico, acentua o não comum. Os estrangeiros mais estranhos em Brasília seriam, nesse exemplo, os que não são sequer brasileiros, o que os

¹⁰² É interessante observar o número predominante de casas nas Satélites. Isso é notável pelo percentual total de casas no Distrito Federal: 73,5% dos domicílios totais. A maior contribuição é, sem dúvida, das Satélites, pois as 5 RAs consideradas aqui como Brasília contribuem com apenas 5,7% desse total (PDAD, 2004, p.130).

¹⁰³ Carol Nogueira é jornalista, “brasiliense convicta” e escreve a coluna **Grande-Circular**, quinzenalmente, no Canal Brasília (<<http://www.candango.com.br>>. Em 29.10.2005).

configura como “estranhos de um tipo particular: o elemento de distância não é menos geral em relação a eles que o elemento de proximidade” (SIMMEL, 1983, p.187).

Brasília não parece com o Brasil. Os únicos que vêem Brasília próxima do Brasil, por uma ótica positiva, são os nascidos do Plano: a “representatividade da diversidade de culturas” (NPP). Os recém-chegados das Satélites também o fazem, mas pela “miséria” brasileira aqui presente (RCS). Os outros recusam essa aproximação, chegando a inverter a lógica positiva de “lugar de encontro do Brasil”: “por ser todo o Brasil, não é parecido com nada” (RPP). Não seriam as reações dos grupos da pesquisa uma forma de mostrar que o elemento mais genérico – o ser brasileiro -, não é suficientemente integrador das identidades?

Sentir-se “estrangeiro” também é perceber as diferenças na falta de familiaridade com as coisas; então, podemos inferir que a maioria na Cidade lida permanentemente com uma tensão em relação ao espaço urbano e à sociabilidade com o outro, o “estrangeiro” que mora ao lado. Todos percebem as dificuldades de interação fora dos grupos de identidade de trabalho, vizinhança ou família, mas o sentimento da diferença, entretanto, não é consciente nem verbalizado, a não ser pelos que acabaram de chegar¹⁰⁴. O fato de não se sentir diferente de ninguém no seu dia-a-dia neutraliza o desconforto, é uma “maneira de fazer”¹⁰⁵ a vida cotidiana mais suportável.

Se todos lidam, de formas diferentes, com o sentimento de estranhamento do lugar e das relações, é possível que falte ainda um elemento que preencha e fortaleça os vínculos sociais: a memória coletiva. De fato, Brasília não revela sua história no tempo, não se atualiza no presente, no sentido dado por Argan (1984, p.244). Parece repetir ao infinito a história de sua fundação, o seu mito de origem, como se estivesse cristalizada no momento mítico de seu surgimento. Todos se referiram a essa mesma história (RPP e PPP) e alguns com a ironia de defini-la “na série da Globo” (RCS), fazendo da analogia uma afirmação de distância da vida real.

Novamente, os nascidos do Plano reafirmam uma relação diferenciada, ao identificar a existência de “lendas urbanas” na Cidade; mas o que, a princípio indica a

¹⁰⁴ Quando perguntados se sentiam diferentes em relação aos outros moradores, os únicos que responderam afirmativamente foram os grupos de recém-chegados.

¹⁰⁵ Refiro-me aqui a Certeau e a sua “invenção do cotidiano”.

formação de uma memória coletiva, revela também uma face anômica¹⁰⁶ da Cidade: citam somente crimes, envolvendo, em sua maioria, garotos da classe média brasileira e suas *gangs* famosas¹⁰⁷. Os nascidos das Satélites não reconhecem nenhuma história, acham “tudo importado” de outras regiões do Brasil, mas se vêem como ponto de origem de um futuro compartilhado; eles serão a memória de amanhã.

A constatação de uma memória coletiva incipiente, e localizada em parte de uma geração, leva a enxergar um recrudescimento das memórias individuais, o individualismo de Simmel levado ao seu limite. Brasília talvez enfatize um isolamento do coletivo mais acentuadamente do que as outras cidades, principalmente pela ausência de praças e ruas, estímulos espaciais de convivência e compartilhamento.

Poderíamos imaginar que a exacerbação do individual em Brasília levasse a práticas religiosas frequentes, forma tradicional de encontrar o coletivo. A imagem de uma Brasília mítico-religiosa, lugar mágico dos desígnios de Dom Bosco, sempre se reiterou na grande quantidade de seitas e religiões praticadas na Cidade. Entretanto, os grupos da pesquisa foram quase unânimes em negar qualquer religiosidade fundada na prática. Pelo menos, aqueles participantes lidam com suas idiossincrasias diárias sem pedir ajuda aos deuses.

Outra maneira de compensar a falta de espaços de interação na Cidade seria o uso expressivo de salas de bate-papo do mundo virtual da internet, natural de se esperar entre as gerações jovens e mais ligadas em tecnologia. Também não é no virtual que as interações se dão, pois todos a utilizam para falar com os amigos feitos no mundo da vida, ou seja, apenas como um meio de comunicação e não de encontro e troca.

Parece que a Cidade leva as pessoas a se acostumarem a um *habitus* de interação social segmentada, sem a riqueza que a mistura na heterogeneidade possibilita. O coletivo desse *habitus* se dá por grupos de vivência, o que faz o indivíduo segmentar muito fortemente cada parte de sua vida. O compartilhamento fracionado resultaria em memórias segmentadas, repetindo a segmentação funcional do espaço urbano. Poderíamos ousar ver

¹⁰⁶ Durkheim considerava o crime um fator *normal* na sociedade, já que todas as sociedades apresentam o mesmo fato social. Já seu conceito de *anomia* refere-se às patologias sociais, que ele viu, nas formas de suicídio, como prova da desorganização da sociedade moderna (ARON, 1967, p.307). Utilizo aqui o conceito no sentido de “doença social”.

¹⁰⁷ Registro o fato de não terem surgido histórias ligadas à música e aos vários personagens famosos de Brasília, a exemplo de Renato Russo e Cássia Eller, como parte da memória da Cidade.

aí não somente o declínio do homem público e o aparecimento da personalidade narcísica, de Sennet, mas uma personalidade fracionada numa espécie de *esquizofrenia urbana*¹⁰⁸.

A personalidade decomposta por vivências dos moradores de Brasília não induz, assim, ao fortalecimento dos vínculos sociais locais e à construção de uma identidade coletiva por meio da memória. Esse afrouxamento dos laços também se observa nas demonstrações de apatia política e mesmo repulsa ao tema, manifestada pela maioria dos participantes da pesquisa. Embora a questão pretendesse abordar também os aspectos de cidadania em relação à Cidade, o que veio à tona foi certa irritação por todo o País associar a capital política a seus moradores, quando o sentimento cotidiano é de distanciamento do poder.

No entanto, a vida cotidiana na Cidade demonstra um comportamento cidadão quase “suíço”. Em Brasília, respeitam-se as faixas de pedestre, não se estaciona em vagas de idosos e deficientes, evita-se buzinar – aviso que consta nas placas de entrada da Cidade -, cachorro grande tem que andar de focinheira no Parque da Cidade, tem radares controlando a velocidade por todos os lados. E todos esses impedimentos cotidianos foram absorvidos pela sociedade local a ponto da vigilância se dar entre pares. Seria essa uma “maneira de afirmar” que existe uma Brasília que se faz muito além da capital do Brasil, que brasilienses são corretos e civilizados e que não reproduzem os problemas do poder só por morarem ao seu lado?

A sensação de vigilância é tão grande que antes mesmo do poder público se mexer, os próprios cidadãos se policiam e inventam regras novas: recentemente o barzinho da moda na 409 Sul cortou o barato dos clientes e instalou uma grade que impede o pessoal de sentar na janelona que existe no segundo andar. Regras, regras, regras. [...] Há quem diga, como os meus amigos, que isso tudo é sintoma de uma chatice crônica, incurável dos brasilienses. Mas para mim, tem outro nome: civilidade. Modéstia à parte, claro (NOGUEIRA, site s/data).

Há uma tendência à estetização da vida, nos dias de hoje, que não é exclusiva de Brasília; mas encontramos na Cidade muitos aspectos que corroboram para transformá-la num grande museu a céu aberto. Viver numa cidade com *status* de obra de arte reforça um distanciamento das coisas do mundo e uma aproximação com o sagrado, gerando, talvez, uma relação sem intimidade entre o espaço urbano e seus moradores. À sacralidade do objeto artístico intocável, somam-se a monumentalidade do cenário teatral; o fato de ser

¹⁰⁸ Ao usar essa expressão, não tive intenção de psicanalisar a questão; ao contrário, minha intenção foi fazer o contraponto à expressão “narcísica” de Sennet, mas reforçando o caráter social do fenômeno ao associá-lo ao espaço urbano.

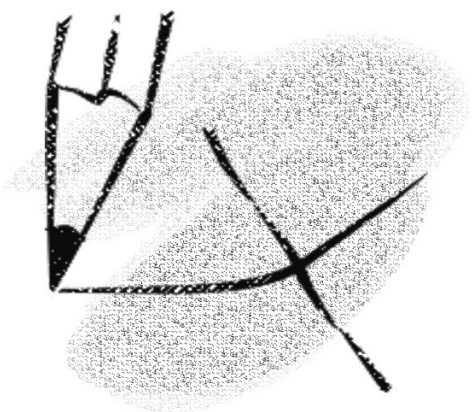
vista, na maioria das vezes, em velocidade; a falta de espaços públicos compartilhados ou ainda a imobilidade de seu tombamento pelo patrimônio.

A confusão entre cidadão e consumidor, identificada por Gomes no seu “recoo da cidadania” (2002, p.174), pode ter transformado o brasileiro num *consumidor* muito exigente com o espaço urbano. Não há muita diferença entre a vida idealizada e asséptica das “cidades em miniatura”, reproduzida nos *shopping centers*, e a vida encerrada em carros climatizados, quando se percorre a Cidade-Museu, repleta de monumentos e vazios que se oferecem ao consumo visual e simbólico. A experiência dessa relação espacial não identitária parece ser a mesma dos “não-lugares” da “supermodernidade” (AUGÉ, 1992, p.87).

Augé refere-se, em especial, às experiências novas de solidão e de não reconhecimento, expressas no olhar que esvazia de conteúdo e sentido a paisagem. Encontra em Baudelaire e Benjamin, então “representantes da modernidade de ontem”, reflexões que antecipam aspectos do que chama a “supermodernidade” de hoje, “[...] não pelo acaso de algumas intuições felizes, mas porque já encarnavam, excepcionalmente (como artistas), situações (posturas, atitudes) que passaram a ser, em modalidades mais prosaicas, um bem comum” (AUGÉ, 1992, p. 86-7, grifos do autor).

Do bulevar de Haussman, Baudelaire nos acena, enquanto cruzo a mil o Eixão de Brasília... Não teria o espaço urbano de Brasília antecipado, numa espécie de “Modernidade avant la lettre”, as características que hoje diversos autores identificam na pós-modernidade?¹⁰⁹ Se assim for, o estudo de seu espaço urbano ganha novos contornos e uma atualidade privilegiada como *locus* de observação de sociabilidades urbanas do mundo contemporâneo... Cuidado! Diminui a velocidade! Olha o pardal!!!

¹⁰⁹ Devo essa reflexão a um amigo arquiteto, que de tanto procurar entender a pós-modernidade na arquitetura, acabou encontrando-a na *esquina* da cidade onde mora – Brasília.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como é realmente a cidade sob esse carregado invólucro de símbolos, o que contém e o que esconde, ao se sair de Tâmará é impossível saber. Do lado de fora, a terra estende-se vazia até o horizonte, abre-se o céu onde correm nuvens. Nas formas que o acaso e o vento dão às nuvens, o homem se propõe a reconhecer figuras: veleiro, mão, elefante...

Ítalo Calvino. A Cidade e os Símbolos. p.18.

O fato cultural que funda uma cidade, que a faz artefato na mão de seus habitantes, permaneceu, no caso de Brasília, como uma memória coletiva nacional, o mito de origem na qual se alimentam cotidianamente os brasilienses. A certeza da origem não traz, no entanto, nenhum conforto para o presente, porque a descontinuidade da história cria um lapso que impede a tradição. Por isso, os nascidos sentem “saudade do que não viveram”, se alimentam das tradições de seus pais e avós e se assustam com as “marcas do tempo” que muitas vezes encontram nas outras cidades¹¹⁰.

Porém, não é só o desconforto da falta de história que une nascidos das cidades-satélites e do Plano Piloto. O orgulho pela Cidade, por sua “beleza” ou mesmo a consciência de que eles são a história de Brasília, também os une em um sentimento comum. Brasília é o bem e o mal na vida dessa geração de brasilienses, autores de sua história de amanhã.

É claro que Brasília tem história em seus 45 anos de vida, inclusive, de resistência e adequação de uso de algumas propostas da arquitetura moderna. O caso mais flagrante foi a transformação das vias de acesso aos Setores Comerciais Locais, que

¹¹⁰ Cito o incômodo de uma participante, que se angustia com o palimpsesto do tempo no chão das ruas de outras cidades - os “dez asfaltos de São Paulo” -, quando seu referencial é o asfalto liso e impecável de Brasília.

separam as superquadras residenciais, em ruas de uso comum¹¹¹. Apesar de exemplo antigo, foi uma demonstração de resistência ao projeto anti-rua do Plano Piloto de Costa, resgatando um código espacial mais próximo das pessoas que as usaram¹¹². A Via W-3 é um caso oposto, de espaço que teve bastante uso - foi também uma espécie de “rua” no período inicial da Cidade -, mas que hoje apresenta um comércio decadente e um visual degradado, precisando urgente de um projeto que a revitalize.

Esses fatos não esgotam, com certeza, tantas outras histórias interessantes da Cidade; mas o que quero dizer é que a ausência dele e de outros nas falas das pessoas entrevistadas ilustra que a memória coletiva, que reporta o passado recente no presente, ainda não se formou na Cidade, talvez como reflexo da baixa interlocução entre os grupos de identidade ou mesmo pelo seu pouco tempo de existência. Serão precisos outros 50 anos para que isso comece a ocorrer?

A sociabilidade fracionada em grupos de identidade, que se verificou, pode ser encontrada também em outras cidades. É fato que as pessoas tendem a se relacionar por afinidades que, na maioria das vezes, estão ligadas a classes de renda e hábitos de consumo; mas, em Brasília, nem essas afinidades são integradoras, como se constatou entre os nascidos e os recém-chegados do Plano Piloto. Daí, a sensação de que, na Cidade, o fato ganha uma força a mais que não se vê em outros lugares do Brasil. Apontar a influência do espaço urbano modernista nas interações sociais não pretendeu reduzir sua complexidade a uma leitura simplista de causa e efeito. O que quis mostrar foi que compreender essa dinâmica pode nos revelar soluções sociais para a prática do planejamento urbano da Cidade.

A vida cotidiana de interações parciais em grupos fechados gera alguns fenômenos típicos de Brasília. As *gangs* de meninos classe média e a violência de crimes idem, que atuam até fora dos limites da Cidade, assustam a elite local, que, não sabendo onde “comprar” a solução para a crise familiar, em geral vai procurá-la nos consultórios de

¹¹¹ Inicialmente projetadas para servirem de área de serviço das lojas, seriam utilizadas apenas por caminhões e veículos de entrega. A fachada principal ficaria virada para dentro das superquadras, permitindo que os moradores fossem a pé até elas. Na Asa Sul, os blocos comerciais contíguos logo viraram suas fachadas para a via de acesso, pois as pessoas chegavam em seus carros e já paravam diretamente nas lojas. Hoje, essas comerciais mais antigas da Asa Sul são as únicas onde se experimenta uma sensação mais próxima da rua tradicional. As comerciais da Asa Norte receberam tratamento diferenciado, com a padronização de blocos separados e elevados em relação ao nível da rua, o que transforma qualquer passeio em um sobe e desce permanente entre blocos.

¹¹² Para maior detalhamento, ver HOLSTON, 1993. **A Cidade Modernista**, p. 141-9.

psicanálise; mas a *esquizofrenia urbana* não é tarefa psicanalítica. As questões coletivas devem ser tratadas pelo que são: uma anomia social.

O que pergunto é se a criação de espaços de encontro e de sociabilidade, permitindo que grupos se abram e compartilhem valores, idéias e opiniões, não anularia, pela diversidade e enriquecimento pessoal, as tensões surgidas nas relações viciadas de mesma identidade. Há falta de relativização de valores, práticas e costumes de vida nas “tribos urbanas” de Brasília, que nem sequer conhecem as gerações das Satélites. Não faltam espaços vazios e outros “não-lugares” da Cidade, disponíveis, a implorar por intervenções que lhes dê sentido e uso¹¹³.

E aqui invoco a importância da inclusão nesse projeto de diversidade das pessoas das Satélites, que, apesar de se mostrarem reticentes em relação ao Plano e naturalmente preconceituosas com seus moradores, certamente também precisam da convivência múltipla dos espaços públicos de lazer e encontro. Já o fazem, quando podem, nos esporádicos shows gratuitos na Torre e na Esplanada dos Ministérios.

Apesar de suas singularidades, Brasília é uma cidade brasileira, sujeita às instabilidades do País e do mundo. A tendência a ver crise urbana para todos os lados é uma característica da atualidade, assim como localizar no passado uma imagem idealizada da cidade “antes da crise urbana” contemporânea. Ambas as visões confundem a realidade complexa do espaço urbano e projetam soluções milagrosas no tombamento e na preservação (MONNET, 1996, p. 222).

A discussão do tombamento do Plano Piloto pelo Patrimônio Histórico é tema polêmico, que comporta um aprofundamento que não cabe fazer aqui. Porém, a imobilidade quase total que ele determina à Cidade, coloca-a num beco sem saída. Brasília não tem becos, mas precisa ter uma saída para o impasse. A participação da população do DF seria fundamental para trazer o debate na esfera pública, hoje restrito aos meios

¹¹³ Quem passa pelo Setor Bancário Sul, à tarde, pode ver diversos adolescentes brincando de *skate* no cimento liso do grande largo entre os prédios, quase atropelando os bancários e as poucas pessoas que passam, e quebrando, às vezes, tijolos de vidro do prédio do Banco do Brasil, cuja reposição é difícil, porque já saíram de fabricação. Perguntei, informalmente, à engenharia do Banco por que não fazer uma área própria, com rampas, e ofertá-la aos meninos com a marca BB. Ali tem tanto espaço vazio e inútil, que não faria falta a ninguém. Fui informada que isso já foi tentado, mas o tombamento impediu.

acadêmicos e profissionais¹¹⁴.

Aqui se coloca a questão da cidadania. A *esquizofrenia urbana* também interfere diretamente na atitude cidadã. O sentimento de pertencer a vários grupos isolados finda por fazer o indivíduo não pertencer, de fato, a nenhum. Se existem vigilância e civilidade, expressas em vários comportamentos na Cidade, porque não se ouvem reivindicações ou manifestações coletivas por conquistas no espaço urbano?

O que se vê em Brasília são atitudes isoladas, em geral da classe média, que invadem o espaço público com “puxadinhos” nos comércios das entrequadradas e com ocupações da orla do Lago, tanto por clubes e outras atividades, quanto por residências¹¹⁵. São ações individualistas e demonstrações claras de uma visão fracionada em prol de interesses pessoais.

É claro que a situação faz o ladrão. O desinteresse do poder público na fiscalização das irregularidades permitiu que essas situações se reproduzissem; mas o silêncio da sociedade em torno dele também. Por que aqui a vigilância das ações não se deu? Não se percebe o desejo de mudanças que beneficiem o coletivo, mas uma atitude de conivência silenciosa em torno a conquistas individuais. A vigilância na proibição e a ênfase em alguns “nãos” obscurecem as possibilidades afirmativas do “sim”. Quando se pergunta sobre a Brasília ideal, todos têm alguma contribuição a dar: reformas na Rodoviária, na Rodoferroviária, campinho de pelada, até um centro de cidade sugerem.

A Rodoviária, por exemplo, é a maior referência do Plano, unanimidade entre todos os entrevistados. Parece tão óbvio o papel fundamental que ela cumpre: muito além de sua função, seu valor está na sua *localização* privilegiada na Cidade. Ela é o centro que Brasília não tem. A falta de cuidado com as suas instalações é, certamente, resultado da utilização maciça da população das Satélites, a quem cabe o abandono e a desatenção. A inserção de elementos novos, que dêem novas funções aos espaços comuns e atraiam

¹¹⁴ É preciso olhar a questão sem ingenuidade. Há interesses econômicos e políticos em jogo que fazem com que alguns projetos sejam permitidos e outros não. Holanda exemplifica com os edifícios do Setor Comercial Norte, que implantaram, nos últimos anos, um espaço radicalmente diferente do Setor Comercial Sul, com estacionamentos enormes e a total exclusão dos pedestres, enquanto reformas da Rodoviária, para resgatar sua proposta original, são impedidas. “[...] a aplicação do estatuto tem *impedido mais e permitido mais* do que devia, concomitantemente” (HOLANDA, 2003, p.8, grifos do autor).

¹¹⁵ Brasília talvez seja um raro exemplo de invasão de terra por parte da classe média. Enormes extensões de terras de posse controvertida foram sendo tomadas por condomínios fechados de casas, reproduzindo a mesma tendência de isolamento e segregação das outras cidades. Os diversos condomínios irregulares de casas proliferaram em áreas do Lago Sul e Norte e na direção da cidade satélite de Sobradinho e hoje são realidades irreversíveis.

peças por outros motivos que não somente o transporte, pode ser uma solução. O embelezamento, o cuidado, a segurança e a limpeza, todos são fatores que contribuem para um espaço saudável e atraente. Muito mais pessoas poderiam se sentar por lá, comer um pastel da Viçosa e ver a vida passar.

A Cidade fala por si. Poderíamos continuar a listar “não-lugares” de Brasília, que poderiam se transformar em espaços compartilhados, em *locus* de atração social, quando vida atrai vida, e não a solidão e o vazio atravessado por veículos¹¹⁶. Mas interessa-nos compreender porque alguns problemas se mantêm por anos, outros viram crises, e nem o poder público nem as pessoas que os sofrem em sua vida cotidiana agem.

A dificuldade começa, por parte dos que detêm o poder do planejamento urbano, em perceber o real em sua dinâmica contraditória e utilizá-lo como premissa e subsídio para o próprio planejar. Os pressupostos do urbanismo praticado nos dias de hoje diferem muito pouco das práticas urbanísticas de um século atrás. Ainda acreditamos na previsibilidade e conciliação que o plano urbano materializa, “aliando harmoniosamente as dimensões técnicas, arquitetônicas, políticas, econômicas e sociais” (MONNET, 1996, p. 227).

Se a Modernidade se constituiu na separação sujeito e objeto do homem frente à natureza, é precisamente essa herança que nos coloca o dilema de como lidar com as contradições do ambiente social. Se olharmos a sociedade como um objeto, o ato de planejar a vida nas cidades excluirá exatamente os fatores que a tornam um complexo dinâmico:

A sociedade não pode dar-se como objeto ao indivíduo, a cada um dos seus componentes: ela não é estável e arquitetada como a natureza; muda continuamente, e cada um pode fazer alguma coisa para mudá-la; a relação com os outros não é de contemplação, mas de interação e de interesse (ARGAN, 2001, p. 19).

¹¹⁶ Alguns aspectos originais do Plano de Costa, que não foram construídos, contribuiriam para criar espaços de convivência na Cidade. O projeto previa a construção de um edifício sobre a plataforma da Rodoviária, entre os Setores de Diversão Sul e Norte, hoje um grande espaço vazio. A complementação do Eixo Monumental pelos edifícios da Biblioteca Pública e do Museu Nacional já está em construção; mas a proposta original também previa, para a Esplanada dos Ministérios, edifícios mais baixos de comércio e serviços, que interligariam os blocos dos Ministérios, o que poderia criar atratividade não só para os que trabalham ali, mas para outros visitantes, nos horários chamados de *happy hour*, de não funcionamento dos prédios, propiciando lazer e interação, a exemplo do que ocorre no centro do Rio de Janeiro. Isso permitiria, tanto no trecho da Rodoviária, quanto no dos Ministérios, o uso real de um espaço que hoje é meramente simbólico (HOLANDA, 2003, p. 6-7).

A impossibilidade de entender a complexidade da sociedade se exemplifica no atual deslocamento da política urbana para o âmbito de uma ação “informal” da organização civil. Somos ainda “modernos” demais para compreender o fenômeno em toda a sua extensão. Chamá-lo de “informal” é prova mesma de nossa incapacidade de nomeá-lo para além de seu aspecto não normativo. São barreiras culturais, que nos impedem de identificá-lo como novas formas urbanas (PEIXOTO, 2003, p.4.). Resta-nos a opção mais fácil de enxergá-los genericamente como *crises urbanas*.

Holston sugere que, a partir das formas insurgentes do social, se capte seu dinamismo num planejamento que consiga “entender a sociedade como uma contínua reinvenção do social, do presente, do moderno e de seus modos de narrativa e comunicação” (1995, p. 250). As “cidadanias insurgentes” se aproximam dos processos contemporâneos de “ação informal civil”, a que Peixoto se refere. Por que nos interessaria a leitura dessas *crises urbanas*, aparentemente tão distantes dos problemas de Brasília?

Principalmente, pelo alerta que contém dos perigos de utilizar parâmetros urbanos que não cabem mais na realidade contraditória das cidades; mas essas crises não estão tão longe assim de Brasília. Seus sinais estão no entorno do Plano, mantidos ainda a certa distância da visão. Vemos “cidadanias insurgentes” e “urbanismos informais” acontecerem tanto na ocupação da Estrutural, quanto nos condomínios de classe média dos Lagos. São fenômenos com causas diferentes, mas que têm em comum a ausência do poder público¹¹⁷.

Por enquanto, o poder público tem conseguido “limpar” o Plano Piloto das tentativas de acampamento em suas áreas gramadas e livres. Porém, o Brasil real está na porta, em cada Satélite de seu entorno, a atrair pessoas em busca de oportunidades. Qualquer solução para o Plano tem que considerar e incluir soluções para a população de

¹¹⁷ É interessante observar os níveis diferenciados de cidadania nestes dois exemplos. A falta de renda e de moradia provocou uma ocupação miserável na Estrutural, enquanto o desejo de ascender socialmente (morar no Lago) incentivou a construção de casas confortáveis em invasões de condomínios privados, apostando na inércia do poder público.

menor renda, ou continuaremos a ver urbanizações informais e caóticas a todo instante¹¹⁸.

É essa quebra na percepção que precisa ser exercitada pelos que planejam e pelos que sofrem o planejamento. A responsabilidade das questões urbanas nunca é uma via de mão única, mesmo possuindo pesos diferentes. A força de uma ação pública pode ter um impacto devastador para uma cidade; porém, ela também responde à ação diária de seus habitantes e ao mais banal dos usos que se faz dela. É na liberdade de cada um que reside o perigo de se perder o coletivo em nosso cotidiano:

[...] você e eu também tomamos decisões, por menores que sejam [...] que dão forma física à cidade. Por vezes, aquilo que parece ser uma força impessoal revela-se um vetor [...] resultante de todas as nossas decisões e cujo ângulo ou direção, assim como seu impacto, nós inevitavelmente modificamos, ainda que sutilmente, com nossas atividades diárias (RYKWERT, 2000, p. 12).

Porém, não basta apenas reconhecer a responsabilidade de cada um na vida da cidade. Há o limite dado pela configuração econômica da sociedade e, no caso brasileiro, pelas enormes desigualdades sociais resultantes. Os com maior poder aquisitivo tenderão a fazer escolhas pouco democráticas e a excluir a pobreza para longe de suas vidas. O papel do Estado é fundamental para equilibrar as tensões entre o possível e o desejado. Sem esse âmbito do poder público, não há possibilidade de conciliar os conflitos naturais que envolvem essas questões, porque dizem respeito à própria vida cotidiana de todos.

Nada é ao acaso. Mesmo as nuvens de Calvino, à saída da cidade, adquirem forma e significado quando olhamos para elas. Por vezes, as atitudes mais distraídas revelam valores e afeições que, de tão arraigadas, viram naturais. A Sociologia me ensinou a suspeitar delas, procurar suas conexões, entendê-las como fenômenos sociais. Nas esquinas da vida cotidiana, de repente, a gente encontra a mais pura matéria bruta do social. Foi assim que construí meu percurso pela Cidade: aguçando o olhar, refinando a audição, me deixando impregnar por uma Brasília nova que eu ainda não conhecesse.

Essa experiência me abriu perspectivas das quais eu nem de longe suspeitava. Percebo agora que o melhor resultado não foi afirmar ou negar intuições iniciais. Mais que

¹¹⁸ Holanda faz um diagnóstico para Brasília, indicando dois caminhos simultâneos, a partir de uma visão macro da Cidade: o não incentivo a novos empregos na RA de Brasília e o incentivo a tipos residenciais que contemplem as pessoas de menor renda. Constata que as atuais tendências só contemplam a classe média e alta, a exemplo do Setor Sudoeste e, ao que tudo indica, o futuro Setor Noroeste. E se pergunta: “Afinal, para que tempo estamos a projetar? Para um pressuposto futuro quando todos vão “virar, pelo menos, classe média”, ou para a sociedade atual, com seus problemas e contradições? [...] A única posição ética defensável é resgatar lições de cidades do mundo inteiro, inclusive brasileiras, onde os pobres têm guarida em locais próximos a empregos e serviços.[...] A manter-se tão lastimável cenário, Brasília continuará a reproduzir o espaço perverso atual e, mais que outras metrópoles do país, será atingida por uma nova crise energética, aí incluída uma crise de combustíveis – apenas uma questão de tempo” (HOLANDA, 2003, p.3-4).

minhas próprias perguntas, o que esse trabalho me mostrou foi o quanto de saber está contido nas pessoas comuns, que usam as cidades no seu dia-a-dia, e quão importante é para os estudos urbanos perceber isso - o homem ordinário de Certeau assumindo o papel que lhe é sempre negado.

Devo a Jane Jacobs a delicadeza de um olhar que valoriza exceções, procura irregularidades, reconhece a singularidade desse saber a que me refiro. Sua influência foi decisiva na forma como lidei tanto com os pesquisados quanto com suas falas. Sua visão otimista do destino das cidades não inclui qualquer romantismo ingênuo; antes, reconhece que lidar com gente é sempre muito difícil e que toda coletividade tem problemas. As cidades não são exceções e os problemas aumentam na mesma proporção que suas populações; mas onde há vida e diversidade, há competência para agir:

[...] as cidades cheias de vida não são impotentes para combater mesmo os problemas mais difíceis. Não são vítimas passivas de uma sucessão de circunstâncias, assim como não são a contrapartida maléfica da natureza. [...] As cidades vivas têm uma estupenda capacidade natural de compreender, comunicar, planejar e inventar o que for necessário para enfrentar as dificuldades (JACOBS, 1961, p. 498).

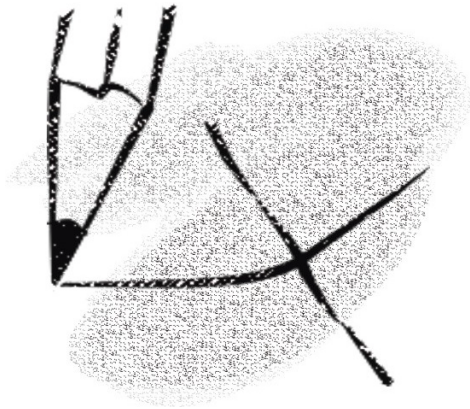
À pergunta inicial, sobre a existência de um discurso próprio na Cidade, posso ousar um “sim”. Brasília fala uma língua só dela, expressa na tentativa mesma dos nascidos em reconhecer uma “frieza” nas relações, dado não presente nas representações tradicionais do brasileiro¹¹⁹. A negação de tal natureza nacional cria um fato de exceção, que, de certa forma, reflete a excepcionalidade mesma da Cidade¹²⁰. Queria-se um novo Brasil: conseguiram um “novo” brasileiro. Lembra-me Benjamim, identificando em “cada tipo, a sua cidade”.

Seria uma resposta à singularidade de seu espaço urbano, uma “maneira de fazer” a vida cotidiana possível nas grandes avenidas, retraindo o olhar nas relações sociais para as distâncias menores e de maior identidade, que demandam menos esforço que as distâncias “estrangeiras”? Uma interação fracionada e reiterada nas oportunidades raras que Brasília oferece de compartilhamento e diversidade em espaços públicos? Aqui, eu ousou apenas um “talvez”.

¹¹⁹ Refiro-me especificamente ao “homem cordial”, o tipo-ideal brasileiro, identificado por Sérgio Buarque de Holanda em seu livro *Raízes do Brasil*.

¹²⁰ Para não ficar uma afirmação muito genérica, restrinjo seu sentido a dois fatores principais: seu espaço urbano e sua economia centrada no emprego público. Não considero excepcionalidade o fato de Brasília ser capital do País, pois o Rio de Janeiro e Salvador o foram e o mesmo não ocorreu por lá. Ao contrário, as duas sempre foram referência de cidades calorosas e hospitaleiras.

A Brasília que se revelou até agora continua sendo uma cidade estranha, difícil de penetrar e viver, mas é indiscutível a força de vida que há nela. Estão disponíveis os elementos necessários para resolver suas questões. Não é preciso nenhum fator místico ou um milagre político que a transforme em cenário democrático do Brasil, apesar de ela fazer jus a esse destino. Os problemas de Brasília têm que estar além das questões dos Governos, pois o que a mídia não mostra nem relata, mas que está ali, cotidianamente, fazendo a Cidade, é uma população cheia de vida e diversidade. Sem dúvida nenhuma, sua maior riqueza.



REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARANTES, O. Do Universalismo Moderno ao Regionalismo Pós-Crítico. In: _____ **Urbanismo em Fim de Linha**. São Paulo: Edusp, 2001. p.93-116.

_____. Cultura da Cidade: animação sem frase. **Revista do Patrimônio**. Cidadania. Número 24. p. 229-240.1996.

ARGAN, G.C. **História da Arte como História da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1998 (1984). 4a ed.

_____. **Projeto e Destino**. São Paulo: Editora Ática, 2001.

ARON, R. As Etapas do Pensamento Sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 1999 (1967). 5ª ed.

ARTIGAS, V. **Caminhos da Arquitetura**. São Paulo: Cosac & Naify, 1999.

AUGÉ, M. **Não-Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papyrus, 1994.

BACHELARD, G. **A Poética do Espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1996 (1957).

BANHAM, R. Teoria e Projeto na Primeira Era da Máquina. Apud ELIAS, E. **Escritura Urbana**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1989.

BARTHES, R. Semiologia e Urbanismo. **A Aventura Semiológica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001(1985).

BAUDRILLARD, J. **Simulacros e Simulações**. Lisboa: Relógio d'Água, 1991 (1981).

BAUMAN, Z. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999 (1998).

_____. **Amor Líquido**. Sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004 (2003).

BENJAMIN, W. **Obras Escolhidas III**. Charles Baudelaire. Um lírico no auge do Capitalismo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991. 2ª ed.

_____. Experiência e Pobreza (1933). _____. **Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994. p. 114-19.

_____. **A Modernidade e os Modernos**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1975 (1955).

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986 (1982).

BERH, N. Apud KAQ, F. **As Cidades de Nicolas Berh**. s/ data. In: < <http://www.nicolasbehr.com.br>> em 14 de janeiro de 2006.

_____. Brasília ou Braxília? Qual Utopia Inspira Mais?. In: **Por que construí Braxília?**. s/ data. < <http://www.nicolasbehr.com.br>> em 14 de janeiro de 2006.

_____. **L2 Nove Fora W3**. 1980. < <http://www.nicolasbehr.com.br>> em 14 de janeiro de 2006.

BOURDIEU, P. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999. 5ª ed.

CALVINO, I. **As Cidades Invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000 (1972). 14ª ed.

CANEVACCI, M. **A Cidade Polifônica**. Ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. São Paulo: Studio Nobel, 2004 (1997). 2ª ed.

COLQUHOUN, A. **Modernidade e Tradição Clássica**. Ensaios sobre arquitetura. São Paulo: Cosac & Naify, 2004 (1989).

COSTA, L. **Razões da Nova Arquitetura**. Arte em Revista. 1980. Apud PEREIRA, M. Arquitetura, Texto e Contexto. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

_____. **Relatório do Plano Piloto de Brasília**. Elaborado pelo ArPDF, CODEPLAN, DePHA. Brasília: Governo do Distrito Federal, 1991.

_____. **Com a Palavra, Lúcio Costa**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

_____. Relatório do Plano Piloto de Brasília. **Correio Braziliense**. Brasília, 27 de fevereiro de 2002. (1957). Encarte Especial. Lúcio Costa. 100 Anos.

De CERTEAU, M. **A Invenção do Cotidiano** – Artes de Fazer. Petrópolis, Vozes, 2002 (1990). 8ª ed.

DURKHEIM, E. **Da Divisão do Trabalho Social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999 (1930). 2ª ed.

FLÓSCULO, F.; GÜNTHER, H. Psicologia Ambiental no Distrito Federal. In: PAVIANI, A.; GOUVÊA, L.A. (org). **Brasília: controvérsias ambientais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2001 (1971). 7ª ed.

FREITAG, B. Duas Cidades Entre a História e a Razão. In: _____ **Cidade dos Homens**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. Apud RUEDIGER, M. A.; RICCIO, V. Grupo focal: método e análise simbólica da organização e da sociedade. In: VIEIRA, M.; ZOUAIN, D. (org.). **Pesquisa qualitativa em administração**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GOMES, P. C. C. **A Condição Urbana**. Ensaios de Geopolítica da Cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. (Org.). **Pesquisa Social**. Teoria, Método e Criatividade. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1994. 21^a. ed.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004. (1968).

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2002 (1989).

HOLANDA, F. Brasília - A Trajetória Perversa: de como danificar qualidades e amplificar problemas. Desenvolvido a partir de HOLANDA, F. KOHLSDORF, M. E. KOHLSDORF, G. **Brasília: da Carta de Atenas à Cidade de Muro**. 5º Seminário DOCOMOMO Brasil – Anais em CD-ROM. São Carlos: Depto. de Arquitetura e Urbanismo, Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2003.

_____ KOLSDORF, G. Sobre o conceito de arquitetura. HOLANDA, F. (org.). **Arquitetura e Urbanidade**. São Paulo: ProEditores, 2004.

HOLSTON, J. **A Cidade Modernista**. Uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____ Espaços de Cidadania Insurgente. **Revista do Patrimônio. Cidadania**. Número 24. p.243-253.1996 (1995).

HOUAISS, A. VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

JACOBS, J. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000 (1961).

JOVCHELOVITCH, S. **Representações Sociais e Esfera Pública**. A Construção Simbólica dos Espaços Públicos no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.

KUBITSCHKE, J. **Por que construí Brasília?** Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1975.

LAVILLE, C; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas.** Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

Le CORBUSIER. **Urbanismo.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004 (1970).

_____ **De lo rural a lo urbano.** España, Barcelona: Ediciones Península, 1971.

_____ **Espacio y Política: el derecho a la ciudad II.** España, Barcelona: Ediciones Península, 1976.

LEITE, R. **Espaço Público e Política dos Lugares.** Usos do patrimônio cultural na reinvenção contemporânea do Recife Antigo. Tese de Doutorado - Departamento de Antropologia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

LEPETIT, B. **Por Uma Nova História Urbana.** São Paulo: Edusp, 2001 (1996).

LYNCH, K. **A Imagem da Cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1999 (1960).

MAGALHÃES, T. Q. **Brasília: mitos e vivências.** Tese de Mestrado - Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília. Brasília, 1985.

MAFFESOLI, M. **A Conquista do Presente.** Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

_____ **Sobre o Nomadismo.** Vagabundagens Pós-Modernas. Rio de Janeiro: Record, 2001 (1997).

_____ **Notas sobre a pós-modernidade.** O lugar faz o elo. Rio de Janeiro: Atlântica Editora, 2004.

MARSHALL, T. H. Cidadania e Classe Social (1949). **Leituras sobre a Cidadania.**

MARTINS, C. A. F. Lucio Costa e Le Corbusier: afinidades eletivas. In: NOBRE, A. L. et al. (org.) **Lúcio Costa, um modo de ser moderno.** São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

MINAYO, M. C. (Org.). **Pesquisa Social. Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1994 (1993). 21^a. ed.

MOSCOVICI, S. Prefácio. In: JOVCHELOVITCH, S. GUARESCHI, P. (org.). **Textos em Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1994.

MUNFORD, L. **A Cultura das Cidades**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1961.

MONNET, J. O Álibi do Patrimônio. **Revista do Patrimônio. Cidadania**. Número 24. p.220-228. 1996.

NOGUEIRA, C. **Boa Vizinhança**. Brasília. Grande Circular.
<<http://www.candango.com.br>>. Em 29.10.2005.

_____ **Será que a gente é chato?**. Brasília. Grande Circular.
< <http://www.candango.com.br> >. Em 29.10.2005.

NUNES, B. Weber, Simmel e Wirth: a cidade e o cidadão na sociedade de mercado. In: COELHO, M. F.; BANDEIRA, L.; MENEZES, M. (org.) **Política, ciência e cultura em Max Weber**. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

_____ **Dádiva e Solidariedades Urbanas**. In **Sociedade e Estado. Revista Semestral de Sociologia**. UnB. Volume XVI, número 1-2, janeiro-dezembro, 2001.

_____ A Lógica Social do Espaço. In: PAVIANI, A. GOUVÊA, L.A. (org). **Brasília: controvérsias ambientais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

_____ **Brasília: a fantasia corporificada**. Brasília: Paralelo 15, 2004.

OLIVEIRA, M. **Gaston Bachelard e o Imaginário das Cidades**: imagens da construção de Brasília. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília. vol. XIII, n^o 1, Jan/Jun 1998.

PAVIANI, A. **Brasília, a metrópole em crise**. Ensaios sobre Urbanização. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1989 (1988).

PEDROSA, M. **Dos murais de Portinari aos espaços de Brasília**. São Paulo: Perspectiva, 1981.

PEIXOTO, N. B. Paisagem Humana. **Correio Braziliense**, Brasília, 6.9.2003. Pensar, p. 4.

PEREIRA, M. **Arquitetura, Texto e Contexto**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD 2004. Brasília: SEPLAN – Subsecretaria de Estatística e Informações, 2004.

PORTO, W. (coord.). **Brasília: Fundação Projeto Rondon**, 1988.

RASMUSSEN, S. **Arquitetura Vivenciada**. São Paulo: Martins Fontes, 2002 (1998).

RIKWERT, J. **A Sedução do Lugar**. A História e o Futuro da Cidade. São Paulo: Martins Fontes, 2004. (2000).

ROSA, G. **Grande Sertão Veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. 26^a ed.

ROSSI, A. **A Arquitetura da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2001 (1966). 2^a ed.

RUEDIGER, M. A.; RICCIO, V. Grupo focal: método e análise simbólica da organização e da sociedade. In: VIEIRA, M; ZOUAIN, D. **Pesquisa qualitativa em administração**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SALGUEIRO, H. (Org.). **Cidades Capitais do Século XIX**. São Paulo: Edusp, 2001.

SANTOS, B. **Pela Mão de Alice**. O Social e o Político na Pós-Modernidade. São Paulo: Cortez, 2000 (1995).

SANTOS, M. V. A Produtividade Política da Representação Estética. In: **Revista Performáticos, Performance e Sociedade**. Cópia mímeo, s/data.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo**. 1994. Apud FERRARA, L. Os Significados Urbanos. São Paulo: Edusp, 2000.

SENNETT, R. **O Declínio do Homem Público**. As Tirantias da Intimidade. São Paulo: Editora Schwarcz, 1988 (1974).

_____. **Carne e Pedra**. Rio de Janeiro: Record, 2001 (1994). 2ª. ed.

SHWARTZMAN, S. (1984). Apud PEREIRA, M. **Arquitetura, Texto e Contexto**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

SILVA, L.S. **A Construção de Brasília**: modernidade e periferia. Goiânia: Editora Universidade Federal de Goiás, 1997.

SIMMEL, G. A Metrópole e a Vida Mental. In: VELHO, O (org). **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993 (1902).

_____. O indivíduo e a liberdade. In: SOUZA, J. ÖELZE, B. (org.). **Simmel e a Modernidade**. Brasília: Universidade de Brasília, 2005. 2ª ed.

_____. O Estrangeiro. In: MORAES Filho, E. (org.) **Georg Simmel: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

_____. Sociabilidade – Um exemplo de sociologia pura ou formal. In: MORAES Filho, E. (org.) **Georg Simmel: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

SOUZA, C.F. Construindo o espaço da representação: ou o urbanismo de representação. In: _____; PESAVENTO, S.J. **Imagens Urbanas**: os diversos olhares na formação do imaginário urbano. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS. 1997. p. 107-122.

WAIZBORT, L. **As Aventuras de Georg Simmel**. São Paulo: USP, Curso de Pós-graduação em Sociologia: Editora 34, 2000.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Vol.2. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

WISNIK, G. **Lúcio Costa**. Entre o Empenho e a Reserva. São Paulo: Cosac & Naify, 2001.

BIBLIOGRAFIA NÃO CITADA:

ABUHAMAD, E. **Desenho Urbano Modernista e Sociabilização em Brasília**. Dissertação de Mestrado - Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília. Brasília, 2002.

ANDERSON, P. **As Origens da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. (1998).

BASTOS, M. A. **Pós-Brasília**. Rumos da Arquitetura Brasileira. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2003.

BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

BENÉVOLO, L. **A Cidade e o Arquiteto**. São Paulo: Perspectiva, 2001. 2^a ed.

BRESCIANI, M.S. (org.). **Palavras da Cidade**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2001.

BRANDÃO, L. **A Casa Subjetiva**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2002.

BUCHMAN, A. **Lúcio Costa. O Inventor da cidade de Brasília**. Brasília: Thesaurus, 2002.

CHOAY, F. **O Urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

COELHO Neto, J. **A Construção do Sentido na Arquitetura**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

COSTA, L. **Considerações em torno do Plano Piloto de Brasília**. I Seminário de Estudos Urbanos de Brasília. Senado Federal. Comissão DF, 1994.

_____. **Arquitetura**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003. 2ª ed.

COSTA, C. B. MACHADO, M.S.K. (org.) **Imaginário e História**. São Paulo: Editora Marco Zero; Paralelo 15, 1999.

DUMONT, L. **O Individualismo**: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. RJ: Rocco, 1985.

DURAND, G. **A Imaginação Simbólica**. São Paulo: Cultrix, Edusp, 1988.

FREYRE, G. **Brasis, Brasil, Brasília**. Livros do Brasil, 1960.

FOUCAULT, M. **A Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002. 17ª ed.

GOROVITZ, M. **Brasília, Uma Questão de Escala**. São Paulo: Projeto, 1985.

GOTTDIENER, M. **A Produção Social do Espaço Urbano**. São Paulo: Edusp, 1997.

GUATTARI, F. Espaço e Corporeidade. In: _____. **Caosmose**. São Paulo: Editora 34, 2000.

HELLER, A. **O Cotidiano e a História**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989 (1970). 3ª ed.

HILLMAN, J. **Cidade e Alma**. São Paulo: Livros Studio Nobel, 1993.

HOLANDA, F. **O Espaço de Exceção**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

KATINSKI, J. **Brasília em três tempos**. Editora Revan

KOHLSDORF, M.E. **A Apreensão da Forma da Cidade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

Le CORBUSIER. **Planejamento Urbano**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

Le GOFF, J. **Por Amor às Cidades**. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1998.

LEFEBVRE, H. **A Vida Cotidiana no Mundo Moderno**. Ática, 1991.

MAFFESOLI, M. **O Instante Eterno**. O Retorno do Trágico nas Sociedades Pós-Modernas. São Paulo: Zouk, 2003.

MOREIRA, V. **Brasília: a construção da nacionalidade**. Vitória (ES): EDUFES, 1998.

MUNFORD, L. **A Cidade na História**: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

NIEMEYER, O. **Conversa de Amigos**. Revan, 2002.

_____. **E Agora?**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

_____. **Conversas de Arquiteto**. Revan, 1997.

_____. **As Curvas do Tempo** – Memórias. Revan, 1998.

_____. **Meu Sócia e eu**. Revan

_____. **Minha Arquitetura**. Revan, 2000.

_____. **Minha Experiência em Brasília**. RJ: Vitória, 1961.

NUNES, B. (Org.). **Brasília: a construção do cotidiano**. Brasília: Paralelo 15, 1997.

OLIVEIRA, G. **A Utopia Reinventada**. *Revista Veredas*. Nº 76. Abril de 2002.

PARK, R. A Cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: Velho, O.(org.). **O fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1967.

PEIXOTO, N. B. **Paisagens Urbanas**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo: Editora Marca D'Água, 1996.

Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Cidade**. Número 23. 1994.

RODRIGUES, G. M. **Ideologia, propaganda e imaginário social na construção de Brasília**. Tese de Mestrado - Departamento de História, Universidade de Brasília. Brasília, 1990.

ROLSNIK, R. **O que é a Cidade?** São Paulo: Brasiliense, 1995. 5ª ed.

SANTOS, M. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Livraria Nobel, 1987.

SODRE, N. W. **Sobre Niemeyer**. Graal Editores, 1999.

SILVA, A. **Imaginários Urbanos**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

SUBIRATS, E. **Viagem ao final do paraíso. Arquitetura e crise civilizacional**. Texto Especial Arqtextos n. 139, julho de 2002.

< <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp139.asp>>. em 11.11.2005.

VELHO, G. (Org.). **Antropologia Urbana**. Cultura e sociedade no Brasil e Portugal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

VENTURI, R. BROWN, D. IZENOUR, S. **Aprendendo com Las Vegas**. O simbolismo (esquecido) da forma arquitetônica. São Paulo: Cosac & Naify, 2003 (1972).

WILHEIM, J. **Cidades: o substantivo e o adjetivo**. São Paulo: Perspectiva, 2003. 3ª. ed.

WIRTH, L. (1975). O Urbanismo como Modo de Vida. In: VELHO, O.(org.). **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.